

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM TURISMO E HOSPITALIDADE**

**RAFAEL LIMA DE SOUZA**

**O TURISMO NO ESPAÇO RURAL COMO ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE  
GERAÇÃO DE RENDA E OCUPAÇÃO NÃO AGRÍCOLA NO COREDE DAS  
HORTÊNSIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL**

Caxias do Sul

2015

**RAFAEL LIMA DE SOUZA**

**O TURISMO NO ESPAÇO RURAL COMO ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE  
GERAÇÃO DE RENDA E OCUPAÇÃO NÃO AGRÍCOLA NO COREDE DAS  
HORTÊNSIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL**

Dissertação de Mestrado em Turismo para  
obtenção do título de Mestre em Turismo pela  
Universidade de Caxias do Sul. Área de  
concentração: Turismo, Organizações e  
Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Eurico de Oliveira Santos

Caxias do Sul

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade de Caxias do Sul  
UCS - BICE - Processamento Técnico

S729t Souza, Rafael Lima de, 1985-

O turismo no espaço rural como atividade complementar de geração de renda e ocupação não agrícola no COREDE das Hortências do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil / Rafael Lima de Souza. – 2015.

110 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Turismo, 2015.

Orientação: Prof. Dr. Eurico de Oliveira Santos.

1. Turismo rural - Rio Grande do Sul. I. Título.

CDU 2.ed.: 338.48-44(1-22)(816.5)

Índice para o catálogo sistemático:

1. Turismo rural - Rio Grande do Sul 338.48-44(1-22)(816.5)

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária  
Paula Fernanda Fedatto Leal – CRB 10/2291

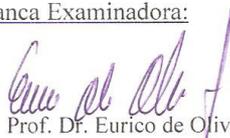
**“O turismo no espaço rural como atividade complementar de  
geração de renda e ocupação não agrícola no COREDE das  
Hortênsias do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil”**

Rafael Lima de Souza

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade – Mestrado e Doutorado, da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Turismo, Área de Concentração: Desenvolvimento Regional do Turismo.

Caxias do Sul, 10 de julho de 2015.

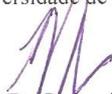
Banca Examinadora:



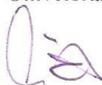
Prof. Dr. Eurico de Oliveira Santos (Orientador)  
Universidade de Caxias do Sul



Profa. Dra. Marlei Salette Mecca  
Universidade de Caxias do Sul



Prof. Dr. Pedro de Alcântara Bittencourt César  
Universidade de Caxias do Sul



Prof. Dr. Marcelo Ribeiro  
Universidade Federal de Santa Maria

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a meus pais todo o incentivo e principalmente todo o apoio. Sem eles nada do que alcancei até hoje seria possível. Em especial, queria agradecer a minha mãe por ter me mostrado que nunca é tarde para correremos atrás do que é nosso e por me mostrar que desbravar novos caminhos pode ser muito prazeroso.

Agradeço também a minha noiva Fernanda que jamais me deixou fraquejar e que é, sem dúvida alguma, a pessoa pela qual me motivo diariamente a correr atrás dos meus sonhos.

Ao meu orientador, Dr. Eurico de Oliveira Santos que me conduziu nessa caminhada, mostrando-se sempre disposto, ajudando-me e acompanhando-me nas pesquisas. Muito obrigado por toda a dedicação nesses dois anos de estudo.

A todos os professores do programa de mestrado da UCS a convivência e troca de saberes. Em especial, à Susana de Araújo Gastal que me trouxe para dentro da vida acadêmica e incentivou-me todo o tempo, muito obrigado por tudo!

“Você nunca sabe que resultados virão da sua ação. Mas se você não fizer nada, não existirão resultados.”

Mahatma Gandhi.

## RESUMO

Como resultado das grandes mudanças ocorridas no meio rural nas últimas décadas, fez-se necessária a inserção de atividades não agrícolas como alternativa para a renda das famílias que residem no campo, e uma dessas atividades é o Turismo. Este tipo de Turismo, além de permitir uma interação do homem urbano e o meio ambiente rural em pequenas e médias propriedades rurais, em diversas partes do mundo, permite que famílias rurais aumentem seus rendimentos e diversifiquem suas atividades. Partindo dessa lógica, foi realizado um estudo acerca do turismo no espaço rural no Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) das Hortênsias, no Rio Grande do Sul, Brasil. Essa pesquisa foi dividida em duas fases, sendo a primeira de caráter exploratório e bibliográfico, quando se realizou o levantamento do número das propriedades rurais ativas em relação à atividade turística, credenciadas na Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Sul. Na segunda etapa, realizou-se um censo nas propriedades, para aplicação de um questionário, com perguntas abertas e fechadas. Foram visitadas 10 propriedades rurais em novembro de 2014. O objetivo deste estudo foi verificar se o turismo no espaço rural pode ser considerado atividade complementar de geração de renda e ocupação não agrícola na região, diferenciar as propriedades rurais que praticam agroturismo das que praticam o turismo rural, bem como estabelecer o perfil da geração de emprego e renda nos setores primário e terciário no COREDE e avaliar em qual estágio se encontra a comunidade receptora ativa com relação à atividade turística no espaço rural desenvolvida em suas propriedades. Entre os resultados apresentados, foi identificado que a atividade turística aumentou significativamente a renda das famílias, que o Turismo Rural é o mais praticado na região, em 80% das propriedades visitadas. Os empregos gerados pelo turismo, em sua maioria, são temporários e a atividade se encontra na fase de “envolvimento”, segundo modelo teórico apresentado por Butler (1980).

**Palavras-chave:** Turismo no espaço rural. Agroturismo. Turismo rural. Corede. Hortênsias. Censo.

## ABSTRACT

As a result of major changes in rural areas in recent decades, it was necessary the inclusion of non-agricultural activities as an alternative income to families residing in the field, as tourism. This activity allows greater interaction between the urban man and rural environment, of small and medium rural properties around the world. In addition, the Tourism provides opportunities for rural families to increase their income and diversify their activities. Based on this logic, it was conducted a study on rural tourism in the Regional Development Council (COREDE) of Hortênsias in the state of Rio Grande do Sul. The research was divided into two phases, the first exploratory and bibliographic, in which was carried out a survey of the number of active rural properties in relation to tourism, accredited at the *Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Sul*. In the second stage, we elaborated census in the properties through a questionnaire with open and closed questions. Therefore, ten rural properties were visited in November 2014. The objective of the study was to determine whether the rural tourism can be seen as complementary activity to generate income and non-agricultural employment in the region. In addition, we sought to differentiate rural properties practicing agro tourism from the ones practicing rural tourism, establishing a profile of the generation of employment and income in the primary and tertiary sectors in COREDE. Finally, we pursued to evaluate in which stage can be found the active host community with regard to tourism in rural areas developed on their own properties. Among the results presented, we identified that tourism significantly increased the rural families income. Rural Tourism is the most practiced activity in the region, with 80% of the visited properties. The jobs created by tourism are mostly temporary jobs and activity at the stage of "involvement" according to theoretical model presented by Butler (1980).

**Keywords:** Rural Tourism. Agro tourism. Rural tourism. Corede. Rio Grande do Sul. Hortênsias. Census

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Divisão dos Coredes .....	26
Figura 2 – COREDE das Hortênsias .....	30
Figura 3 – Estágio das atividades turísticas desenvolvidas .....	97
Gráfico 1 - O Ciclo de Vida das Destinações Turísticas .....	55
Gráfico 2 - Classificação da atividade turística total .....	73
Gráfico 3 - Gênero dos proprietários .....	78
Gráfico 4 – Local de residência dos proprietários rurais .....	80
Gráfico 5 - Setorização dos empregos gerados .....	88
Gráfico 6 - Quantidade de empregos fixos e temporários .....	89
Gráfico 7 - Média salarial praticada no Corede das Hortênsias. ....	90
Gráfico 8 - Resultados obtidos pelo turismo.....	95

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Lista das propriedades ativas do Corede das Hortênsias .....	21
Tabela 2 - Os 28 Coredes do RS e suas respectivas datas de fundação .....	28
Tabela 3 -Tabela 3 – Localização das propriedades ativas .....	76
Tabela 4 - Área das propriedades do Corede das Hortênsias em hectares (ha).....	77
Tabela 5 - Estado civil dos proprietários rurais.....	79
Tabela 6 - Escolaridade dos proprietários rurais .....	79
Tabela 7 - Local de residência dos filhos .....	81
Tabela 8 - Atividade primária nas propriedades .....	83
Tabela 9 - Infraestrutura básica das propriedades (energia elétrica) .....	84
Tabela 10 - Infraestrutura básica das propriedades (abastecimento de água) .....	84
Tabela 11 - Número de vagas de empregos fixos e temporários .....	87
Tabela 12 - Capacidade hoteleira .....	91
Tabela 13 - Equipamentos de lazer.....	91
Tabela 14 - Motivos para permanecer na atividade turística .....	93
Tabela 15 - Dificuldades para permanecer no turismo.....	93
Tabela 16 - Período de permanência dos hóspedes.....	94
Tabela 17 - Retorno dos hóspedes .....	94

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS .....</b>	<b>16</b>
2.1	OBJETIVO GERAL.....	16
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	16
2.3	PROBLEMA.....	16
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>18</b>
<b>4</b>	<b>CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>24</b>
4.1	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS HORTÊNSIAS...29	
4.1.1	<b>Cambará Do Sul .....</b>	<b>30</b>
4.1.2	<b>Canela.....</b>	<b>31</b>
4.1.3	<b>Gramado .....</b>	<b>32</b>
4.1.4	<b>Jaquirana.....</b>	<b>33</b>
4.1.5	<b>Nova Petrópolis .....</b>	<b>34</b>
4.1.6	<b>Picada Café .....</b>	<b>35</b>
4.1.7	<b>São Francisco de Paula .....</b>	<b>35</b>
<b>5</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>38</b>
5.1	INTRODUÇÃO.....	38
5.2	PLURIATIVIDADE .....	38
5.3	ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS.....	45
5.4	O TURISMO .....	50
5.5	O CICLO DE VIDA DAS DESTINAÇÕES TURÍSTICAS: O CONCEITO DE BUTLER (1980).....	54
5.6	ELEMENTOS HISTÓRICOS DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL .....	60

5.7	O TURISMO NO ESPAÇO RURAL.....	63
5.8	TURISMO RURAL.....	65
5.9	AGROTURISMO.....	69
<b>6</b>	<b>APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS – O TURISMO NO ESPAÇO RURAL COMO ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE GERAÇÃO DE RENDA E OCUPAÇÃO NÃO AGRÍCOLA NO COREDE DAS HORTÊNSIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL.....</b>	<b>72</b>
6.1	QUANTO À ATIVIDADE TURÍSTICA .....	72
6.2	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS E DA PROPRIEDADE .....	75
6.3	INFORMAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE PRIMÁRIA .....	81
6.4	INFORMAÇÕES SOBRE A INFRAESTRUTURA.....	83
6.5	EMPREGOS FIXOS E TEMPORÁRIOS .....	84
6.6	POTENCIAL TURÍSTICO DA PROPRIEDADE .....	90
6.7	MOTIVAÇÃO E PERMANÊNCIA NA ATIVIDADE TURÍSTICA.....	92
6.8	ESTÁGIO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS DESENVOLVIDAS NAS PROPRIEDADES.....	95
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>98</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>102</b>
	<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....</b>	<b>110</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Mediante as frequentes revoluções e transformações, a atividade turística deixou de ser restrita às classes com maior poder aquisitivo e tornou-se sinônimo de qualidade de vida, inventando e reinventando espaços diversificados. Global e ao mesmo tempo local, particularizado e abrangente, o fenômeno traz em seu âmago paradoxos peculiares das variadas crises e dificuldades que a sociedade pós-moderna enfrenta. Talvez, nesse contexto, o mais importante obstáculo seja a segmentação da atividade, visto que essa prática tem como objetivo atender necessidades e interesses de grupos sociais muito diferentes justamente no período em que o mundo se encontra globalizado, adentrado na revolução técnico-científica e em plena era da informação, ou seja, momento de integração dos povos.

Concomitantemente, desaparecem as fronteiras geográficas e surgem novas territorializações econômicas, o local ganha visibilidade de novos e curiosos olhares, livres da aproximação da marginalidade socioeconômica e da homogeneização cultural que são características provenientes da tal globalização. Como há muito não se via, nos lugares, estão outra vez explícitas as muitas culturas, tradições, diferenças regionais e as identidades das diferentes comunidades, além de outras inúmeras particularidades, como os recursos naturais, as várias paisagens que possibilitam um contato único e íntimo com o equilíbrio natural, assim, revitalizando para o enfrentamento do dia após dia. Segundo Krippendorf (2009, p. 34):

[...] a possibilidade de sair, de viajar, reveste-se de uma grande importância. Afinal, o cotidiano só será suportável se pudermos escapar dele, sem o que, perderemos o equilíbrio e adoeceremos. O lazer e, sobretudo, as viagens pintam manchas coloridas na tela cinzenta da nossa existência. Eles devem reconstruir, recriar o homem, curar e sustentar o corpo e a alma, proporcionar uma fonte de forças vitais e trazer um sentido à vida.

Deve-se também prestar atenção que muitas pessoas atualmente organizam seus significados não necessariamente em torno do que realmente fazem, pois muitas vezes isso lhes é imposto pela ordem econômica na qual se inserem, mas sim em torno daquilo que elas almejam ser ou simplesmente pensam que são. Faz-se necessário compreender que as necessidades culturais, a política e a economia podem ser globalizadas, pois são oriundas das diversas atividades e interesses de diferentes grupos sociais. Contudo a sociedade é constituída por indivíduos que, por

natureza, constroem novos símbolos e significados, busca desafios, aprecia o diferente, o novo, cria novas imagens a partir de novas motivações e necessidades. O desafio imposto ao pesquisador está em acreditar nesta capacidade do homem de ser criativo para recriar modelos, situações e paradigmas.

Desta maneira, defrontar-se com o fenômeno turístico se torna algo muito mais desafiador do que simplesmente apontar seus números e falar sobre a importância da atividade para a economia mundial. Torna-se cada vez mais latente a necessidade de se encarar o turismo como um agente capaz de modificar a realidade das pessoas, de reorganizar os espaços onde elas vivem, de reinventar o modo de vida delas e de todo o contexto no qual estão inseridas.

O intuito não é esquecer que existem áreas com características bem peculiares "turistificadas", exploradas pelos mais diversos segmentos do turismo. O desenvolvimento econômico deve ocorrer desde que seja acompanhado de um crescimento qualitativo e quantitativo que atenda as necessidades da comunidade local, preserve o meio ambiente e garanta o bem-estar dos visitantes. Valls (2006, p. 51) corrobora com isso ao dizer que:

Para ser competitivo, um destino deve gerar benefícios de longo prazo superiores à média da concorrência em três âmbitos: benefícios econômicos para os negócios da região, de modo que atraia melhores investidores, empresários, trabalhadores, fornecedores, peritos, etc.; benefícios sociais, em termos de qualidade de vida, postos de trabalho de qualidade, inovação etc.; benefícios ambientais, de maneira que o uso turístico financie integralmente a taxa de regeneração e que não tenha de recorrer a excepcionalidades.

A vida urbana, na contemporaneidade, vem acompanhada de todo o tipo de poluições, doenças e violências geradas pelo constante desgaste físico e psicológico das pessoas, e esses são os principais motivos do desejo de fuga do cotidiano e da cada vez mais frequente busca pela natureza, do reencontro com lugares que fizeram parte da história, da infância das pessoas. Em sintonia com essa dinâmica moderna e a falta de perspectiva na agricultura, processo que teve início na década de 1960, a partir da mecanização do campo, a utilização de insumos agrícolas industrializados e seleção de sementes, vislumbrando a exportação, tornou-se insustentável a condição de pequenos produtores, o que resultou no êxodo rural e na inversão da pirâmide populacional rural e urbana.

A falta de políticas públicas e a importância, cada vez menor, da agricultura familiar na ocupação produtiva, fez com que uma grande parcela da população do campo entrasse em elevada estagnação econômica. Assim, a busca por atividades complementares à produção agropecuária se mostrou como uma das possíveis possibilidades desses produtores para garantirem a sobrevivência.

Novos arranjos econômicos passaram a configurar o cenário do campo quando o conceito de ruralidade passou a fazer parte do imaginário de preservação da natureza, dando-se na forma de práticas relacionadas às atividades não agrícolas como, por exemplo, a industrialização de produtos agropecuários, prestação de serviços, entre os quais, o turismo.

Segundo Schneider (2003, p.22):

[..] o que está acontecendo, no entanto, é que o rural não mais se resume à atividade econômica agrícola, pois a ele passaram a incorporar-se, nas leituras analíticas e nas representações sociais, outras dimensões como a natureza, as famílias rurais, as paisagens, o patrimônio cultural e as tradições, entre outras.

Com base na inserção da atividade turística no campo, seja na forma de turismo rural, seja na forma de agroturismo, foi realizado este estudo em uma região específica do estado do Rio Grande do Sul, onde a prática do turismo começou a ser explorada no meio rural, procurando identificar as particularidades da região e tentando evidenciar as diferentes percepções dos proprietários rurais em relação à atividade. A região deste estudo foi o Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) das Hortênsias.

Esta dissertação está dividida em sete partes. Inicialmente, apresenta-se a introdução, no segundo capítulo, apresentam-se os objetivos geral e os específicos, bem como o problema de pesquisa deste estudo. No terceiro capítulo, descreve-se a metodologia utilizada para a realização da pesquisa. No quarto capítulo, expõe-se, brevemente, alguns aspectos dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE's) e do Corede das Hortênsias em específico. A seguir, coloca-se o referencial teórico que é tido como base para o desenvolvimento deste estudo, nesse referencial são abordados conceitos que se fazem necessários para a sustentação da presente dissertação. Na sequência, está o capítulo seis, onde se

descrevem os resultados obtidos na pesquisa. No capítulo sete, encontram-se as considerações finais, seguidas das referências. E, por fim, o apêndice.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 OBJETIVO GERAL

Verificar se o turismo no espaço rural pode ser considerado atividade complementar de geração de renda e ocupação não agrícola nas propriedades rurais ativas, em relação à atividade turística, do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) das Hortênsias, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

### 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Diferenciar as propriedades rurais ativas que praticam agroturismo daquelas que praticam turismo rural no COREDE das Hortênsias do estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

- Estabelecer o perfil da geração de empregos fixos, temporários e renda nos setores primário e terciário nos COREDE das Hortênsias do estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

- Avaliar em qual estágio se encontra a comunidade receptora ativa com relação à atividade turística no espaço rural desenvolvida em suas propriedades.

### 2.3 PROBLEMA

A identificação de uma situação problemática é a base e o ponto de partida de qualquer investigação científica. Mas o que é um problema? Para Köche (2007, p.108), problema é: “um enunciado interrogativo que questiona sobre a possível relação que possa haver entre (no mínimo) duas variáveis, pertinentes ao objeto de estudo investigado e passível de testagem ou observação empírica”.

Desta forma, a contestação empírica e generalizada do crescimento do turismo no espaço rural brasileiro, que se dá de maneira descompassada com os avanços tecnológicos no setor, é o ponto central da problemática desta pesquisa.

As mudanças em relação à tecnologia que ocorreram nos grandes centros urbanos chegaram também aos espaços rurais, nestes locais, produtores rurais e

pecuaristas passaram a usufruir dessas transformações, e isso fez com que o tempo destinado às atividades primárias fosse otimizado de maneira significativa, criando uma lacuna de tempo livre no cotidiano das famílias rurais. Desta maneira, essas famílias se encontraram com a necessidade de aumentar a renda familiar valendo-se deste tempo livre para realizar outras atividades.

Partindo dessa premissa, surgiram nos espaços rurais as atividades não agrícolas, entre elas: o turismo, que emergiu como uma alternativa de renda familiar.

Verificou-se, também, a partir de pesquisa realizada nos *websites* dos programas de mestrado em turismo do Brasil, que faltam estudos que permitam construir uma base sólida para o desenvolvimento da atividade turística no meio rural em âmbitos nacional, estadual e regional e que identifiquem quais são as limitações e possibilidades deste segmento na geração de alternativas para os envolvidos no fenômeno, ou seja, turistas, empreendedores e comunidade local.

Assim, a hipótese deste estudo é que o turismo no espaço rural, praticado em propriedades do Conselho Regional de Desenvolvimento das Hortênsias, foi inserido como alternativa de aumento da renda familiar.

E para saber como o turismo no espaço rural foi desenvolvido nas propriedades rurais ativas em relação ao turismo, do Conselho Regional de Desenvolvimento das Hortênsias, surge o problema de pesquisa que é:

O turismo no espaço rural pode ser considerado uma atividade complementar de geração de renda e ocupação não agrícola nas propriedades rurais ativas, em relação à atividade turística, do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) das Hortênsias, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil?

### 3 METODOLOGIA

A palavra grega *methodos* vem da justaposição de *meta* e *hodos*, ou seja: através ou ao longo do caminho. Metodologia seria, portanto, o estudo ou a ciência do caminho por meio da racionalidade, da descrição e da busca de alternativas para resolver problemas. O método científico é a estrutura do conhecimento em que são elaboradas e testadas as hipóteses que dizem respeito à ciência (MAGALHÃES, 2005). A escolha da metodologia depende do problema de pesquisa, pois este delineará as melhores alternativas a serem utilizadas com vistas a solucionar o problema em questão e atingir os objetivos propostos (BOAVENTURA, 2004).

Esta pesquisa teve como local de estudo a região do Conselho Regional de Desenvolvimento das Hortênsias – que faz parte dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul. Esses Conselhos (COREDE's) caracterizam-se por ser um fórum de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visam ao desenvolvimento regional e foram criados oficialmente pela Lei 10.283, de 17 de outubro de 1994.

Explícito no artigo 2º da lei consta que:

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento têm por objetivo a promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, através da integração dos recursos e das ações de governo na região, visando à melhoria da qualidade de vida da população, à distribuição equitativa da riqueza produzida, ao estímulo à permanência do homem em sua região e à preservação e recuperação do meio ambiente. (RIO GRANDE DO SUL, 1994).

O COREDE das hortênsias é composto por sete municípios (Cambará do Sul, Canela, Gramado, Jaquirana, Nova Petrópolis, Picada Café e São Francisco de Paula), abrange uma área territorial de 6.261,7km<sup>2</sup>, possui população total de 128.865 habitantes e sua densidade demográfica é de 20,4hab./km<sup>2</sup>. O PIB *per capita* (em 2010) foi de R\$17.474, de acordo com os dados da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE, 2011).

Para a realização deste estudo, o turismo no espaço rural foi abordado a partir do bojo dos estudos turísticos, levando em consideração que nesta pesquisa foi analisada somente a óptica do proprietário rural.

O tipo de pesquisa escolhido para o desenvolvimento deste trabalho foi qualitativo de natureza exploratória. Segundo Malhotra (2006), a pesquisa pode ser classificada como exploratória ou conclusiva. A pesquisa exploratória tem como principal objetivo ajudar a compreender a situação-problema enfrentada pelo pesquisador. Já a pesquisa conclusiva é realizada para determinar, avaliar e selecionar o melhor curso de ação e é eficaz para identificar características de determinada população ou fenômeno (BOAVENTURA, 2004).

O problema de pesquisa do presente estudo está ligado à visão geral de uma situação que envolve a compreensão das limitações e possibilidades do turismo no espaço rural como atividade complementar de geração de renda e ocupação não agrícola nas propriedades rurais ativas, em relação à atividade turística, do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) das Hortênsias, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. As respostas obtidas não são conclusivas, mas têm por objetivo compreender uma situação para, posteriormente, levantar hipóteses que poderão ser testadas. Dessa forma, a pesquisa exploratória atende às necessidades metodológicas do presente trabalho.

A pesquisa exploratória é a mais adequada ao objetivo deste estudo porque provê critérios e compreensão, o processo de pesquisa é flexível e não estruturado, a amostra é simples e não representativa, a análise dos dados primários é qualitativa e, geralmente, são seguidas por pesquisas adicionais ou conclusivas (SILVERMAN, 2009).

A pesquisa exploratória impede que o pesquisador inicie o estudo com preconceituações sobre aquilo que será encontrado, uma vez que são questões muito flexíveis, não estruturadas e qualitativas. A ausência de uma estrutura rígida facilita a investigação sobre as mais diferentes ideias e indícios sobre uma situação. Dessa forma, o pesquisador precisa estar atento, durante o desenvolvimento da investigação, para reconhecer as inter-relações entre as informações que são levantadas (RÉVILLION, 2003).

Para a escolha de método, na pesquisa qualitativa, o mais importante é o objeto que será estudado em sua complexidade e totalidade, não sendo reduzido a variáveis únicas, ou seja, não sendo possível a generalização (FLICK, 2009). As afirmações supramencionadas denotam a conformidade do tipo de pesquisa escolhido, visto que se pretendia compreender a atual situação do turismo no

espaço rural no COREDE das hortênsias em sua totalidade, para tanto, considerando vários aspectos que auxiliam no entendimento desse fenômeno.

Dencker (2001, p.124) acrescenta que “a pesquisa exploratória procura aprimorar ideias ou descobrir intuições. Caracteriza-se por possuir planejamento flexível envolvendo em geral levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes e análise de exemplos similares”.

Nessa perspectiva, a pesquisa foi realizada em dois momentos, o primeiro de caráter exploratório para investigar as propriedades existentes e ativas no COREDE das hortênsias que se enquadrariam neste estudo. Para isso, foram utilizados dados disponibilizados pela Secretaria Estadual de Turismo, pela administração do COREDE, pelas prefeituras dos municípios, bem como pelas secretarias de turismo dos municípios onde foram feitas as pesquisas e ainda informações dos proprietários rurais.

No segundo momento foram visitados todos (censo) os estabelecimentos a seguir citados e que se encontravam ativos no período de setembro a novembro de 2014 para a realização de uma entrevista minuciosa com os proprietários dos mesmos. Detectou-se que os municípios de Gramado e Picada Café não possuem propriedades ativas em relação à atividade turística cadastrada na SETUR – RS.

Tabela 1 - Lista das propriedades ativas do Corede das Hortênsias

<b>Propriedades</b>	<b>Localização</b>
Pampa Rural, Pesca e Lazer	Cambará do Sul
Pousada das Corucacas	Cambará do Sul
Eco parque Sperry	Canela
Parque Fazenda da Serra	Canela
Pousada Fazenda a Casa do Morro	Jaquirana
Pousada Bienenfreund	Nova Petrópolis
Pousada Verde Vale	Nova Petrópolis
Recanto dos Pioneiros	Nova Petrópolis
Fazenda Hotel Invernadinha	São Francisco de Paula
Fazenda Remanso do Faxinal	São Francisco de Paula

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Este estudo não se valeu de métodos tradicionais como, por exemplo, a amostragem — que é o método mais utilizado nas investigações científicas — pois se trata de um censo que foi realizado em todas as propriedades ativas em relação à atividade turística.

Para a realização das entrevistas, foi marcado um local, com data e horário previamente combinados e agendados com os proprietários rurais. Essa entrevista foi registrada por escrito, no momento de sua realização, tendo em média duração de duas horas.

As entrevistas foram realizadas com perguntas abertas e fechadas, elaboradas especialmente para este estudo, e foram investigados os seguintes tópicos:

- Dados de identificação dos proprietários e da propriedade
- Caracterização dos atrativos das propriedades
- Informações sobre a atividade primária
- Informações sobre a infraestrutura
- Empregos fixos e temporários
- Potencial turístico da propriedade

- Motivação e permanência na atividade turística
- Perfil e motivação dos turistas que frequentam a propriedade
- Situação conjuntural com o setor primário
- Comentários pessoais e conversas complementares

As respostas às questões fechadas foram tabuladas e analisadas a partir das categorias de respostas apresentadas nas entrevistas, analisando-se de forma descritiva conforme a frequência de respostas apresentadas a cada categoria. As abertas foram analisadas mediante análise de conteúdo.

Essa etapa do processo de pesquisa consiste na interpretação e análise de todos os dados coletados – no caso deste estudo, os registros dos dados secundários e entrevistas para confrontação destes com a fundamentação teórica.

A ideia de análise sugere algum tipo de transformação por meio do processamento de procedimentos analíticos que são criados para lidar com a grande quantidade de dados provenientes de algumas técnicas de coletas, como entrevistas em profundidade, coleta de documentos, notas de campo, gravações de áudio e vídeo, entre outros (GIBBS, 2009). Nesse sentido, foi realizada uma análise de conteúdo dos resultados das entrevistas e dos dados secundários, com o objetivo de organizar e interpretar as informações coletadas, desse modo, auxiliando no entendimento e na análise dos dados em relação à teoria.

A análise qualitativa envolve duas atividades centrais: (1) desenvolvimento da consciência de que dados podem ser examinados e como eles podem ser descritos e explicados; (2) desenvolvimento de uma série de atividades práticas adequadas aos tipos de dados e grandes quantidades que deverão ser examinadas (GIBBS, 2009).

A atividade um compreende vários estilos analíticos para a explicação do problema, como a descrição densa que demonstra riqueza do que está acontecendo e enfatiza a forma como isso envolve as interações. A atividade dois compreende as etapas práticas que deverão ser cumpridas para que a análise de conteúdo seja possível.

Foram cumpridas as seguintes etapas práticas determinadas por Silverman (2009):

1. Documentação e transcrição das entrevistas com os proprietários rurais.

2. Pré-análise dos dados coletados.
3. Codificação e categorização dos dados por meio da seleção das informações relevantes e categorização dos dados de acordo com os construtos a serem estudados.
4. Interpretação dos dados por meio da análise dos dados extraídos da etapa anterior.
5. Elaboração do relatório de resultados por meio da explicitação de evidências e consolidação de resultados comparativos.

De acordo com Bardin (1977), os dados devem ser analisados a partir de uma análise de conteúdo por categorias, permitindo a classificação dos elementos significativos para o estudo. Dessa forma, foi realizada a transcrição do conteúdo e a categorização dos dados com o objetivo de encontrar padrões e reproduzir explicações (GIBBS, 2009).

A seguir, será apresentado o COREDE das Hortênsias e, em seguida, a revisão de literatura abordando os conceitos de pluriatividade, atividades não agrícolas, turismo, ciclo de vida da atividade turística, turismo no espaço rural, turismo rural e agroturismo.

#### 4 CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

Segundo Büttenbender et al. (2011), as articulações para o desenvolvimento de regiões, seja em países ou estados está se dando, de maneira mais frequente, mediante a descentralização político-administrativa dos processos de planejamento e gestão territorial. A orientação das políticas públicas de desenvolvimento, das estruturas de governança regional e dos processos de planejamento e gestão exigem o envolvimento do governo e da sociedade civil atuando em diferentes espaços de organização social mediante diversos instrumentos e mecanismos de participação.

A experiência e a trajetória dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE's), a partir dos anos de 1990, no estado do Rio Grande do Sul, podem ser vistas como uma maneira inovadora de organização regional no Brasil, em que a estrutura institucional, os mecanismos de participação social, as formas de encaminhamento das demandas regionais, o amadurecimento dos processos e as relações entre governo e sociedade foram sendo aperfeiçoados ao longo do tempo. Criados a partir de iniciativa articulada do governo do estado do Rio Grande do Sul com as respectivas regiões, os COREDE's são definidos como espaço plural e aberto de construção de parcerias sociais e econômicas, em âmbito regional, por meio da articulação política dos interesses locais e setoriais em torno de estratégias próprias e específicas de desenvolvimento para as regiões (COREDES, 2010a).

Existem, basicamente, dois princípios constitucionais que fundamentam a criação dos COREDE's do estado do Rio Grande do Sul: de acordo com o disposto na Constituição Estadual de 1989 (Art. 149, §8), “os orçamentos anuais e a lei de diretrizes orçamentárias, compatibilizados com o plano plurianual, deverão ser regionalizados e terão, entre suas finalidades, a de reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Além disso, segundo a mesma lei (Art. 167), a definição das diretrizes globais, regionais e setoriais da política de desenvolvimento caberá a órgão específico, com representação paritária do governo do estado e da sociedade civil, por meio dos trabalhadores rurais e urbanos, servidores públicos e empresários, entre outros, todos eleitos em suas entidades representativas.

Desta forma, os COREDE's foram sendo configurados a partir do ano de 1991, mas instituídos legalmente pela Lei Estadual nº 10.283, de 17 de outubro de

1994, e regulamentados através do Decreto nº 35.764, de 28 de dezembro de 1994. Com a instituição do Conselho Regional de Desenvolvimento Metropolitano do Delta do Jacuí, em 1996, todo o território do Rio Grande do Sul estava subdividido em 22 regiões. A partir desta configuração territorial, uma nova região somente poderia surgir pelo desmembramento (ou fusão) de regiões já existentes. Para ir na contramão do movimento de fracionamento regional que, quase sempre, vai ao encontro dos interesses políticos passageiros e emergentes, foi decidido que nenhuma nova região que viesse a ser criada fosse configurada por um número de municípios inferior à região com menor número de municípios – sete – existente na época (Campanha). Em 2011, estavam legalmente instituídos 28 COREDE's no Rio Grande do Sul, conforme disposto na figura 1.

Os Coredes devem ser entendidos como fóruns regionais de discussão sobre estratégias, políticas e ações que visam ao desenvolvimento regional, constituídos de pessoas jurídicas de direito privado, organizados sob a forma de associações civis sem fins lucrativos.

O desenvolvimento equilibrado e harmônico do estado, a partir do enfrentamento das desigualdades e desequilíbrios econômicos e sociais das regiões, sustenta seis objetivos principais relacionados aos COREDE's, em conformidade com a lei de criação. São eles:

- a) a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável;
- b) a integração dos recursos e das ações do governo e da região;
- c) a melhoria da qualidade de vida da população;
- d) a distribuição equitativa da riqueza produzida;
- e) o estímulo à permanência do homem em sua região; e
- f) a preservação e recuperação do meio ambiente.

Da mesma forma, as competências dos COREDE's foram estabelecidas na sua lei de criação, com as seguintes atribuições formais:

a) Promover a participação de todos os segmentos da sociedade regional, no diagnóstico de suas necessidades e potencialidades, para a formulação e implementação das políticas de desenvolvimento integrado da região.

b) Elaborar planos estratégicos de desenvolvimento regional.

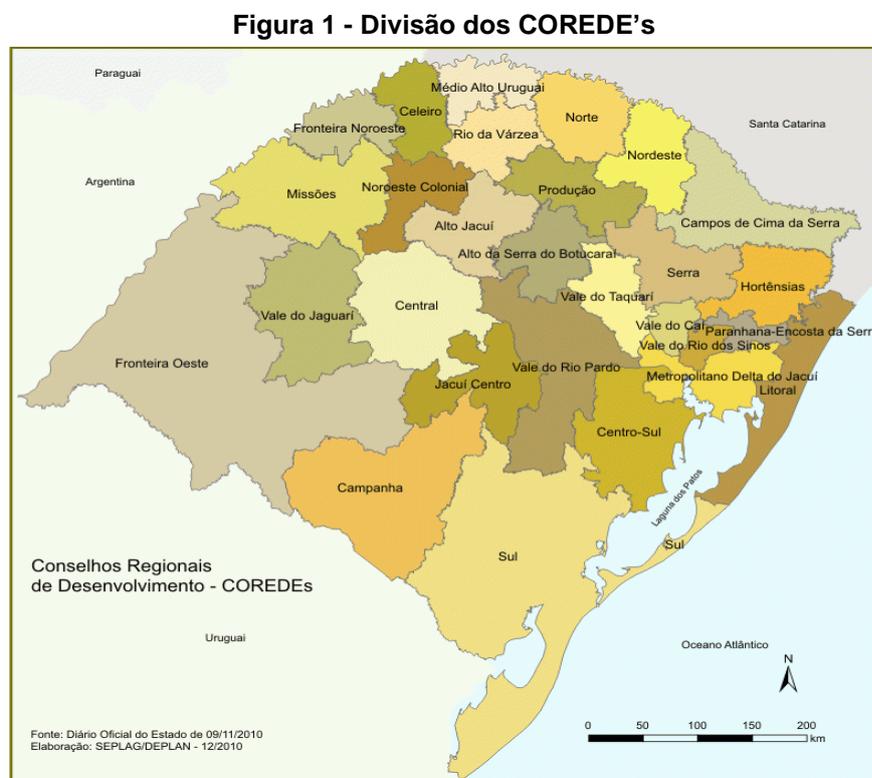
c) Manter espaço permanente de participação democrática, resgatando a cidadania, através da valorização da ação política.

d) Constituir-se em instância de regionalização do orçamento do estado, conforme estabelece o art. 149, parágrafo 8º, da Constituição do Estado.

e) Orientar e acompanhar, de forma sistemática, o desempenho das ações dos governos estadual e federal, na região.

f) Respalidar as ações do governo do estado na busca de maior participação nas decisões nacionais.

A localização exata dos 28 COREDE's existentes no território estadual, atendendo e respeitando as especificidades e as identidades regionais, é ilustrada pela figura 1.



Fonte: Atlas Sócio Econômico, 2011.

Os Coredes, à luz das atribuições propostas, desenvolvem um conjunto de atividades visando à consecução dos seus objetivos e exercendo uma missão relevante, tanto para cada uma das regiões representadas como para o estado como um todo. Entre as suas atividades principais destacam-se:

a) Produção de estudos e diagnósticos regionais visando à elaboração de Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regionais e Estadual, bem como suas respectivas alterações e atualizações. Estas atividades são realizadas em

colaboração com os órgãos estaduais, especialmente, os das áreas de planejamento e gestão, com as instituições de ensino superior e outras entidades públicas e privadas.

b) Contribuir na gestão dos processos regionais de implementação das prioridades dos planos estratégicos de desenvolvimento, fortalecendo a governança entre os diversos âmbitos e instâncias federativas (federal, estadual e municipal) e os demais locais e regionais de desenvolvimento.

c) Ajudar no mapeamento e definição das principais necessidades de atendimento no que se refere aos serviços de responsabilidade do Estado.

d) Fiscalizar a qualidade dos serviços prestados pelos órgãos estaduais.

e) Colaborar na busca de fontes alternativas de recursos para o financiamento de investimentos públicos e privados na região.

f) Apoiar, junto ao governo federal, as reivindicações de interesse regional encaminhadas pelo governo do estado e pelas regiões.

g) Mobilizar a comunidade regional em torno das campanhas de interesse público, desencadeadas pelos governos, destacando os processos de participação popular a partir das suas diferentes nomenclaturas e metodologias.

Na tabela 2, pode-se verificar os 28 COREDE's do estado do Rio Grande do Sul, a quantidade de municípios que o mesmo abrange e a data de fundação desses.

Tabela 2 - Os 28 COREDE's do RS e suas respectivas datas de fundação

Ano	Data	Ordem	Região	Nº atual de Municípios
		1	Central	19
	14/06	2	Noroeste Colonial	11
		3	Produção	23
	26/07	4	Hortênsias	7
	03/08	5	Fronteira Noroeste	20
	16/08	6	Norte	32
1991	18/08	7	Litoral Norte	21
		8	Missões	25
	30/08	9	Nordeste	19
	20/09	10	Fronteira Oeste	13
	25/10	11	Alto Jacuí	14
	09/11	12	Médio Alto Uruguai	23
	22/11	13	Sul	22
	05/12	14	Serra	31
	19/12	15	Vale do Rio Pardo	23
		16	Vale do Taquari	36
	20/12	17	Centro Sul	17
1992	09/01	18	Vale do Caí	19
	25/01	19	Campanha	7
1993	02/07	20	Paranhana - Encosta da Serra	10
1994	05/07	21	Vale do Rio dos Sinos	14
1996	09/12	22	Metropolitano do Delta do Jacuí	10
2002	14/06	23	Alto da Serra do Botucarái	16
2004	07/07	24	Jacuí-Centro	7
		25	Campos de Cima da Serra	10
2006	28/12	26	Vale do Rio da Várzea	17
		27	Celeiro	21
2008	10/01	28	Vale do Rio Jaguari	9

Fonte: Fórum dos COREDE's do RS (2010b) e Rio Grande do Sul (2014)

#### 4.1 CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS HORTÊNSIAS

O Conselho Regional de Desenvolvimento das Hortênsias foi fundado em 26 de julho de 1991, mas foi instituído legalmente pela Lei Estadual nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, e regulamentado pelo Decreto nº 35.764, de 28 de dezembro de 1994 (RIO GRANDE DO SUL, 1994).

Segundo dados da Fundação de Economia e Estatística (2015) do Estado do Rio Grande do Sul, o Corede possui abrangência de sete municípios (Cambará do Sul, Canela, Gramado, Jaquirana, Nova Petrópolis, Picada Café e São Francisco de Paula).

De acordo com a mesma fonte, o COREDE das Hortênsias possui uma área territorial de 6.257,6km<sup>2</sup> (2013), sua população total, em 2013, era de 130.058 habitantes, com uma densidade demográfica de 20,8hab/km<sup>2</sup>. O PIB *per capita* chegou, em 2012, a R\$18,828.

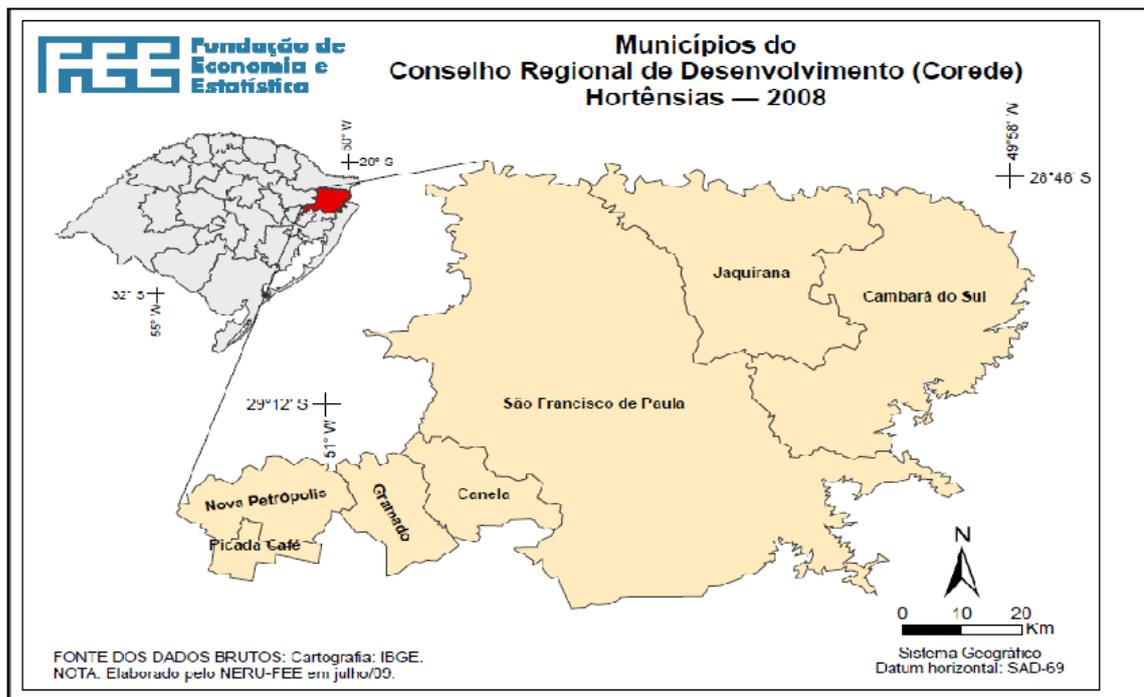
A taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais, em 2010, era de 4,26%, e a expectativa de vida ao nascer, em 2000, era de 73,21 anos. Esses números apontam para uma região com índices elevados, na grande maioria, acima da média do estado do Rio Grande do Sul.

Outros números que se fazem importantes é o Coeficiente de Mortalidade Infantil que, em 2012, era de 10,79 por mil nascidos vivos, o PIB de 2012 era de R\$ 2.424.546,00 e as Exportações Totais chegaram, em 2014, a U\$ 31.115.440.

Faz-se necessário ressaltar que nos subitens que seguem os dados quantitativos foram extraídos do *site* da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul e que os dados históricos referentes aos municípios que compõem o COREDE das Hortênsias foram retirados do *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na sequência, a figura 2 evidencia os municípios que fazem parte do Corede para que se possa apresentá-los com mais clareza nos subitens que seguem.

Figura 2 – COREDE das Hortênsias



Fonte: Fundação de Economia e Estatística (2008)

#### 4.1.1 Cambará do Sul

A palavra Cambará, em tupi-guarani, significa "Folha de Casca Rugosa". É uma árvore preciosa por sua beleza ornamental, madeira de muito cerne e folhas medicinais. Sua reprodução baseia-se em frutos que, ao secarem, soltam minúsculas sementes. A semeadura deve ser nos 15 primeiros dias da colheita e após cobre-se com uma leve camada de areia. Pode ser cultivada em lugares úmidos e é ótima para segurar barrancas de rios, arroios ou açudes. Suas folhas verde-claras esbranquiçadas são usadas em chás no tratamento de tosses rebeldes.

A área onde hoje se localiza o município de Cambará do Sul pertenceu, até 1963, ao município de São Francisco de Paula. O município de Cambará do Sul está localizado na região nordeste do Rio Grande do Sul, junto à fronteira do estado de Santa Catarina.

É campeã em baixas temperaturas durante o inverno, onde costuma nevar. Além do frio, é conhecida como a cidade dos *canyons*, sediados dentro de dois grandes parques, o Aparados da Serra e o Serra Geral, ambos federais. A região é ótima para a prática do *trekking* porque tem grandes espaços que proporcionam caminhadas de até 15 dias (pelo planalto, entrando no estado catarinense).

A região foi povoada a partir da doação de 20 hectares de terra à Igreja, por Dona Úrsula Maria da Conceição, em 17 de abril de 1864, como pagamento de uma promessa ao padroeiro São José. Suas casas de madeira e seu ambiente interiorano e tranquilo abrigam algumas das paisagens mais fascinantes e misteriosas do país.

Atualmente, a população total gira em torno de 6.568 habitantes (2013) e a área total do município é de 1.208,6km<sup>2</sup>. Possui densidade demográfica de 5,4 hab/km<sup>2</sup>, e a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais era de 6,88% em 2010. A expectativa de vida ao nascer no município era de 75,25 anos em 2010, e o coeficiente de mortalidade infantil, em 2012, era de zero crianças por mil nascidos vivos. O PIB *per capita*, em 2012, chegou a R\$16,226.

#### **4.1.2 Canela**

A denominação atual teve origem na existência de uma frondosa caneleira, vegetação abundante na região. O colonizador do então povoado de Canela foi o Coronel João Ferreira Corrêa da Silva, construtor da Estrada de Ferro Taquara-Canela. A formação étnica recebeu influências de origem italiana, alemã e portuguesa.

Quanto à formação administrativa, o distrito foi criado com a denominação de Canela, pelo Ato Municipal nº 309, de 02 de março de 1926, subordinado ao município de Taquara. Foi elevado à categoria de município, com a denominação de Canela, pelo Decreto-lei estadual nº 717, de 28 de dezembro de 1944, desmembrando-se do município de Taquara. Em divisão territorial datada de 1º de julho de 1960, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

Canela possuía uma população total de 40.520 habitantes em 2013, e sua área total é de 253,8km<sup>2</sup>, resultando em uma densidade demográfica de 159,7hab/km<sup>2</sup> no mesmo ano. A taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais era de 4,21% em 2010, mesmo ano em que a expectativa de vida ao nascer era de 75,92 anos. O coeficiente de mortalidade infantil, em 2012, foi de 6,50 por mil nascidos vivos e o PIB *per capita* do município chegou a R\$13,348 em 2012.

### 4.1.3 Gramado

Corria o ano de 1875 quando chegaram às terras do atual município os primeiros colonizadores, José Manoel Corrêa e cinco filhos homens, que se estabeleceram onde hoje assenta a cidade, e Trintão José Francisco de Oliveira e Leonor Gabriel de Souza, que se fixaram no local chamado Linha 28. Com o decorrer do tempo, descendentes dos primitivos imigrantes alemães e italianos se estabeleceram na região. Até 1904, era o território parte integrante do município de Taquara, então Taquara do Mundo Novo, do qual veio a tornar-se o 5.º distrito, com sede em Linha Nova. No mesmo ano, era criado um Cartório de Notas e Registro Civil. Entre os habitantes que mais contribuíram para o desenvolvimento do distrito, figuram João Leopoldo Lied, escrivão, José Nicoletti Filho, 1.º subintendente do Município, Pedro Benetti, comerciante, e outros.

Em 17 de janeiro de 1913, verificou-se a transferência da sede distrital para o local onde hoje se ergue a cidade. A princípio, fora escolhida a denominação de Dinizópolis, em homenagem a Diniz Martins Rangel, na época, chefe político e intendente de Taquara. A opção pelo novo sítio devia-se à notícia de que uma ferrovia iria passar por ali. Prevaleceu o topônimo Gramado, inspirado na existência de um terreno recoberto de grama e com frondosas árvores utilizado como local de parada e repouso de viajantes. Em 1914, concluiu-se a construção de uma capela, e a 7 de maio de 1917, era criada a paróquia de São Pedro.

Era já então evidente o progresso, tornado manifesto pela instalação de uma Agência do Correio e de um escritório do Banco Nacional do Comércio em 1918; de iluminação elétrica, dois anos depois, fornecida por usina própria, e pela chegada, em 1919, dos trilhos da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, facilitando o intercâmbio comercial com outras praças do estado. A 6 de fevereiro de 1926, inaugurava-se a Exatonia Estadual.

Compunha a população do distrito cerca de 60 famílias, com 3.500 pessoas, nos povoados de Caracol, Linha Nova, Linha Bonita, Pedra Branca, Várzea Grande, Renania, Tapera, Morro Redondo, Linha Ávila, Marcondes, São Roque, Linha Araripe, Linha 15, Linha 28, Serra Grande, Moreira Mascarenhas, Furna, Canelinha, Picada, Quilombo, Moleque, Campestre, Caboclos, destacando-se o de Canela, ponto terminal da linha férrea. Com o correr do tempo, novos melhoramentos se

sucedem: em 1930, cinema; em 1933, inauguração de um educandário católico; em 1935, construção da igreja matriz; em 1937, instalação do Hospital Santa Terezinha; em 1948, outro hospital, e, em 1951, o asfaltamento da principal rua da cidade.

Algumas indústrias iniciam suas atividades e o comércio desenvolve-se. Contribui para maior projeção de Gramado o fato de ser procurado como estação de veraneio. Em 1948, frustra-se uma tentativa de emancipação. Em 1951, organiza-se uma comissão Pró-Melhoramentos de Gramado, constituída de três membros: Wartel Bertolucci, presidente, Hugo Daros, secretário, e Eusebio Balzaretto, tesoureiro. A 15 de dezembro de 1954, a Lei Estadual n.º 2.522 cria o município de Gramado, acentuando-se o desenvolvimento, em todos os setores, e passando a constar entre as mais importantes cidades turísticas do estado, famosa por suas belezas naturais.

A população total de Gramado chegou, em 2013, a 33.187 habitantes distribuídos em uma área total de 237,8km<sup>2</sup>, resultando em uma densidade demográfica de 139,5hab/km<sup>2</sup>. Em 2010, o índice de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais chegou a 2,82%, e a expectativa de vida ao nascer aos 76,64 anos. O coeficiente de mortalidade infantil, em 2012, era de 16,43 por mil nascidos vivos e o PIB *per capita* no mesmo ano chegou aos R\$22,294.

#### **4.1.4 Jaquirana**

Na época do descobrimento, o vasto planalto hoje pertencente ao território de Jaquirana era ocupado por índios kaigangs. No século XVII, chegaram os missionários jesuítas e implantaram a criação extensiva de gado. Os bandeirantes paulistas também lá estiveram exercendo suas atividades escravagistas e buscando os rebanhos deixados pelos jesuítas. No início do século XVIII, os europeus e luso-brasileiros começam a marcar sua presença na região, representados por tropeiros e contrabandistas de gado.

Em 1807, o Rio Grande do Sul cria a sua primeira estrutura administrativa territorial, formando quatro municípios. Um deles era Santo Antônio da Patrulha, que integrou o município de Jaquirana em seu território até 1878. A partir daí, a região onde hoje é Jaquirana passa a pertencer a São Francisco de Paula, emancipando-

se em 1987. O nome do município é de origem indígena e significa cigarra cantadeira.

A população total de Jaquirana, em 2013, era de 4.093 habitantes e sua área total, no mesmo ano, era de 907,9km<sup>2</sup>, resultando assim em uma densidade demográfica de 4,5hab/km<sup>2</sup>. A taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais, em 2010, era de 10,72% e a expectativa de vida ao nascer, no mesmo ano, chegou aos 71,73 anos. Em 2012, o coeficiente de mortalidade infantil do município era de zero por mil nascidos vivos e o PIB *per capita*, no mesmo ano, chegou a R\$13.121.

#### **4.1.5 Nova Petrópolis**

Segundo opinião corrente, o nome de Nova Petrópolis teria explicação numa homenagem ao Imperador D. Pedro II. Para outros, por sua semelhança com a região de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro.

Nova Petrópolis era uma colônia provincial, fundada aos 7 de setembro de 1858, constituindo-se no 7.º distrito do município de São Leopoldo. Posteriormente, com a emancipação de Caí, em 1875, ficou anexada à nova comuna. Os primeiros colonos da região eram, na maioria, saxões e pomeranos. Os pomeranos, habituados ao árduo labor do campo e às suas privações, encontraram terreno propício e lograram êxito. Os outros, industrialistas, tiveram difícil aclimatação porque não estavam acostumados aos trabalhos do campo.

No local onde está localizada a atual sede do Município vicejavam antigamente frondosos pinheiros. As matas da região eram povoadas pelos indígenas, que ainda hoje se encontram no local, não raro, com alguns instrumentos de caça. A história registra que foi em Nova Petrópolis que se deu a última morte de colono vítima de flecha.

Os elementos que mais contribuíram para a fundação da sede de Nova Petrópolis foram os caboclos Juca Luciano da Silva, Barbosa e Augustinho, auxiliados pelos colonizadores austríacos — que se deram à tarefa da derrubada de matas. Como distrito de Caí, Nova Petrópolis permaneceu até 1953, quando em 20 de dezembro, após uma campanha emancipacionista, o plebiscito realizado deu maioria favorável à constituição independente. Esta aspiração foi convertida em

realidade no dia 15 de dezembro de 1954, pela Lei n.º 2 518, assinada pelo Governador General Ernesto Dornelles.

A população total do município chegou a 19.548 habitantes em 2013, sua área total, naquele ano, era de 291,3km<sup>2</sup> que resultavam em uma densidade demográfica de 67,1hab/km<sup>2</sup>. No ano de 2010, a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais era de 2,02%, e a expectativa de vida ao nascer chegou aos 78,38 anos. O coeficiente de mortalidade infantil, em 2012, foi de 4,67 por mil nascidos vivos, no mesmo ano, em que o PIB *per capita* alcançou os R\$24,571.

#### **4.1.6 Picada Café**

O nome originou-se de uma picada aberta pelos imigrantes onde paravam os viajantes para tomar um bom café. Seus pontos turísticos são a Tenda do Umbú, morros, colinas e grupos de dança, assim como belas paisagens.

Há duas versões que na verdade se complementam. No Império Brasileiro de 1800, havia distribuição de sementes variadas aos colonos imigrantes por parte do Império, no sentido de que as usassem para plantação de subsistência e eventuais experiências verificando se determinado produto vingava na região. Desta forma, na localidade, ainda hoje denominada "Canto do Café" (*Caffe Eck*) havia uma pequena plantação de café. Os grãos torrados e moídos, provavelmente, serviam um ótimo café aos tropeiros, que, após desceram a serra, por picadas, tinham, em Picada Café, o seu local de pouso e parada para saborearem um delicioso café.

O município, em 2013, tinha 5.325 habitantes distribuídos em uma área total de 85,1km<sup>2</sup>, resultando em uma densidade demográfica de 62,5hab/km<sup>2</sup>. A taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais, em 2010, chegou aos 2,33%, e a expectativa de vida ao nascer, no mesmo ano, foi de 75,50 anos. No ano de 2012, o coeficiente de mortalidade infantil foi de zero por mil nascidos vivos, e o PIB *per capita* alcançou, nesse ano, os R\$38,063.

#### **4.1.7 São Francisco de Paula**

Os primeiros habitantes de São Francisco de Paula foram os índios caáguas ou caaguaras, que estendiam suas aldeias pelas Serras Geral e do Mar. Esses

índios faziam parte da tribo Coroados, que usavam pelegos para se aquecer do rigoroso inverno. Além disso, os caáguas moravam em cavernas cavadas ou naturais. Eram de natureza pacífica e alimentavam-se da caça, pesca, frutos e sementes.

As incursões dos bandeirantes na região transformaram os índios em presas fáceis, sendo usados como mão de obra escrava. Assim, por volta de 1700, os caáguas estavam praticamente dizimados pelos bandeirantes e por doenças. No final do século XVIII, com a expansão da mineração na zona das Minas Gerais, novamente, os bandeirantes voltaram ao estado a fim de buscar mulas para a zona mineradora.

O Rio Grande do Sul tornou-se o grande fornecedor de animais de tração para a atividade extrativa. O processo de ocupação dos Campos de Cima da Serra ocorreu com o transitar dos tropeiros, pois a região estava no caminho das tropas — que partiam da altura de Palmares do Sul, atravessavam o atual território de Santo Antônio da Patrulha, alcançavam pelo planalto dos Campos de Cima da Serra e iam na direção de Lages, avançando para Sorocaba.

A cidade de São Francisco de Paula teve seu início com Pedro a Silva Chaves, militar natural de Lisboa que recebeu uma gleba de terras na região. O português doou uma pequena porção, juntamente com algumas vacas, para o patrimônio de uma igreja, que ele mesmo viera a construir e que seu filho viria a rezar a primeira missa. Mas a região ficou conhecida como Campos Francisco de Cima da Serra. Em 24 de maio de 1878, pela Lei nº 1152, a região passou à categoria de Vila, tendo a denominação de São Francisco de Paula de Cima da Serra. Em divisão territorial datada de 1995, o município foi constituído por sete distritos: São Francisco de Paula, Cazuzza Ferreira, Eletra, Juá, Lajeado Grande, Rincão dos Kroeff e Tainhas. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

A alteração toponímica distrital de São Francisco de Paula de Cima da Serra para São Francisco de Paula ocorreu em 1920.

A população total do município chegou, em 2013, aos 20.817 habitantes distribuídos em uma área de 3.272,9km<sup>2</sup>, resultando em uma densidade demográfica de 6,4hab/km<sup>2</sup>. No ano de 2010, a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais era de 7,46% e a expectativa de vida ao nascer chegou aos 76,57 anos. Em

2012, o coeficiente de mortalidade infantil foi alto, chegou aos 21,20 por mil nascidos vivos e o PIB *per capita* chegou, no mesmo ano, aos R\$15,616.

Os dados utilizados foram de grande importância e valia para este estudo e estão disponíveis nos *websites* da FEE (2015) e do IBGE (2015). Apresenta-se a seguir o referencial teórico que deu aporte ao presente estudo.

## 5 REFERENCIAL TEÓRICO

### 5.1 INTRODUÇÃO

Muitas foram as transformações pelas quais o espaço rural passou nos últimos anos, os produtores rurais se depararam com enormes dificuldades oriundas da crise no meio agrícola. Dessas dificuldades afloraram novos caminhos, e o campo passou a ser visto não apenas como local de produção, mas, além disso, como um local de contato profundo com a natureza e principalmente como um local onde se pode ter uma qualidade de vida satisfatória.

Nesse momento, percebeu-se uma valorização do espaço rural pelos cidadãos do meio urbano devido ao estresse enfrentado diariamente nos grandes centros. Com esse incremento substancial na demanda que procura o campo como espaço de lazer e turismo, algumas propriedades passaram a oferecer outros produtos além daqueles vindos do setor primário. Uma dessas atividades é o turismo no espaço rural, que aparece como alternativa de renda para famílias do campo.

Nos subitens que seguem, é possível compreender um pouco melhor os fatores decorrentes dessa nova dinâmica do campo.

### 5.2 PLURIATIVIDADE

A pluriatividade é um fenômeno que se caracteriza pela combinação de múltiplas atividades profissionais de pessoas pertencentes à mesma família. Normalmente, a pluriatividade acontece quando membros que compõem famílias rurais mesclam atividades agrícolas com outras formas de emprego em atividades não agrícolas. Fuller (1990), um dos pesquisadores que iniciaram a discussão desse tema, coloca que a ideia de pluriatividade possibilita analisar com clareza a maneira como o trabalho é organizado pelas famílias rurais, em diferentes tipos de atividades, também, possibilita a criação de distintos padrões, individuais e coletivos, de como se dá a distribuição do trabalho rural.

Esse fenômeno pressupõe a mistura de duas ou mais atividades, sendo uma delas sempre a agricultura. Esta interação entre atividades distintas tende a intensificar de acordo com a complexidade das relações entre os agricultores e o

ambiente social e econômico em que estiverem inseridos. Schneider (2003, p. 91) corrobora:

[...] um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural, optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural [...]

Nas últimas três décadas, a agricultura do Rio Grande do Sul, bem como a dos demais estados do sul do Brasil, conheceu um desenvolvimento econômico sem precedentes em sua história. Esse desenvolvimento, o mesmo que ocorreu na maior parte dos países desenvolvidos, foi marcado pelo surgimento de novas tecnologias, pela utilização em larga escala de maquinário e insumos, pela introdução de variedades de plantas e animais de alto rendimento através de alterações biogenéticas. O resultado desse avanço, por um lado, foi um grande crescimento na produção agrícola, em especial, dos grãos como a soja e o milho, que geraram um ganho na quantidade colhida em relação à área plantada.

Por sua vez, com esse desenvolvimento tecnológico, o tempo gasto pelos produtores rurais nas atividades agrícolas diminuiu, trazendo algumas dificuldades, como, por exemplo, rendimentos mais baixos, êxodo rural e a necessidade de buscar outras fontes de renda.

A partir daí, algumas formas de agricultura que antes eram muito condenadas, como a agricultura em tempo parcial, passaram a ser aceitas como condição imperativa para a sobrevivência dessas famílias rurais. É neste contexto que surgem as famílias pluriativas como agentes modificadores de uma realidade, capazes de conter o êxodo rural em larga escala, dando um novo sentido ao processo de produção rural (MATTEI, 2005).

Segundo Anjos (2003), a inserção da tecnologia reflete diretamente na capacidade de absorção e retenção da população rural ativa e ocupada. O mesmo autor acrescenta que é possível que essa parcela da população que fica restrita às atividades agrárias não precise, necessariamente, sair do seu lugar de origem, assim, buscando no próprio espaço rural alternativas de atividades fora do bojo da agricultura. De acordo com Kautsky (1980), existem três tipos de atividades não agrícolas que podem exercer esse papel:

a) Trabalho agrícola assalariado, mais conhecido como trabalho temporário, exercido nas grandes propriedades em épocas de maior demanda por mão de obra, como nas colheitas.

b) Ocupação dos camponeses em indústrias em domicílio, o que, em geral, ocorre em regiões de pouca aptidão agrícola para consolidar uma agricultura competitiva, caso de várias áreas na Alemanha e no restante da Europa, por ocasião dos estudos do autor. Apesar de ser menos eficiente do que a grande indústria urbana, para Kautsky, a indústria em domicílio rural desfrutaria da vantagem de se apoiar na agricultura, o que lhe permite rebaixar os custos de produção, especialmente com a remuneração da força de trabalho.

c) Fundação de indústrias no campo, que progride em função do avanço das comunicações (canais, estradas de ferro, telégrafos), o que também ocasiona a necessidade de trabalhos complementares para as famílias de pequenos proprietários (KAUTSKY, 1980, p. 205).

Este processo pode ser evidenciado na Espanha através da seguinte citação:

Análogamente a lo ocurrido en otros países modernos, inmersos en lo que podría ser conceptuado como la crisis del paradigma urbano-industrial, se experimentan hoy en el medio rural español tendencias hacia la desagrarización de la actividad productiva y económica, y a la tercerización de la misma; es decir, la agricultura pierde peso en el conjunto de las actividades que se desarrollan en dicho medio, en el que se está produciendo una paulatina diversificación económica, con la consiguiente extensión de la pluriactividad y la multifuncionalidad. (RUBIO, 2010, p. 271)<sup>1</sup>.

É importante que estas famílias deixem de lado o costume de viver unicamente de atividades agrícolas e consigam abrir um leque de possibilidades, pois “admite-se não ser mais possível assegurar ingressos econômicos suficientes a todas as famílias baseados somente na agricultura” (ANJOS, 2003, p.73).

Desta forma, a partir de tais transformações que o espaço rural vem sofrendo, deu-se a utilização de termos como: “*part-time farming*”, ou agricultura de tempo parcial e pluriatividade.

---

1 "À semelhança do que aconteceu em outros países modernos, imersos no que pode ser conceituada como a crise do paradigma urbano-industrial, hoje, na zona rural espanhola, existe uma tendência para a desagrarização da produção e da atividade econômica, e para a terceirização da mesma; ou seja, a agricultura perde peso em todas as atividades que ocorrem nesse ambiente, que está atualmente passando por diversificação econômica gradual, estendendo assim a pluriatividade e multifuncionalidade”.

Uma revisão da vasta literatura internacional que pesquisa a agricultura familiar e a pluriatividade permite afirmar que os avanços teóricos e metodológicos mais significativos sobre tais temas localizam-se em torno da corrente de pensamento social “Sociologia da Agricultura”, de Buttel e Newby (1980) e Buttel, Larson e Gillespie Jr. (1990). Os autores que mais se aproximam das convicções teóricas analíticas perseguidas neste trabalho são Marsden e Fuller.

De acordo com a revisão realizada por Fuller (1984), o termo “*part-time farming*” foi criado por Rozman (apud FULLER, 1984, p. 190) para “diferenciar os agricultores que produzem apenas para subsistência daqueles que se ocupavam plenamente com a produção para a venda”.

Até meados da década de 1980, os termos *part-time farming* (agricultura em tempo parcial) e *pluriactivité* (pluriatividade) eram encarados quase sempre como sinônimos pelos pesquisadores. Aceitava-se que a diferença entre os termos estava no fato de que o primeiro era de uso recorrente para os estudiosos de língua inglesa e o segundo, mais atrelado à pesquisa acadêmica francesa. Entretanto há mais do que pequenas diferenças etimológicas entre os dois termos, de acordo Schneider (2003b, p. 101):

[...] com uma leitura atenta dos trabalhos que utilizam essas noções indica que elas incorporam diferentes interpretações de um fenômeno social que começou a se generalizar ainda na década de 1970, correspondente à diversificação crescente das fontes de renda e da inserção profissional dos indivíduos pertencentes a uma mesma família de agricultores.

Conforme refere Anjos (2003, p.81), “no ano de 1984, surge o importante documento produzido pela “*Associação dos Ruralistas Franceses*”, intitulado, “*La Pluriactivité dans les Familles Agricoles*”, no qual o termo (pluriactivité) aparece destacado”.

O termo descreve aquelas unidades agrárias que associam a agricultura a atividades como:

- a) emprego em outras explorações;
- b) atividades para-agrícolas como o processamento de alimentos, a exemplo da produção de vinho para venda direta;
- c) outras iniciativas executadas na própria exploração (alojamento de turistas, fabricação de móveis, etc.);

d) atividades extra-agrícolas, incluindo o trabalho externo (FULLER, 1990, apud ANJOS, 2003).

A partir da década de 1990, a análise realizada demonstra um estudo mais aprofundado acerca do fenômeno da pluriatividade. Schneider (2003) infere que as principais pesquisas desta fase concentram-se na análise da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas na agricultura familiar e nos impactos sobre as economias locais.

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam o trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar (home-based farming). [...] A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como o trabalho efetivo das rendas. Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferências). (FULLER, 1990, p. 367).

É muito importante destacar que a pluriatividade é um fenômeno que, ao ser estudado, deve-se considerar o contexto e as condições sociais e econômicas em que vivem as famílias, assim como deve se levantar um estudo sobre as expectativas e os interesses dos indivíduos, conforme destaca Schneider (2009). Há algum tempo a possibilidade de um membro dessas famílias rurais deixar as atividades ligadas ao setor primário de lado, ou acrescentar ao seu cotidiano atividades relacionadas ao segundo e terceiro setor, era algo impensável.

Para Brun e Fuller (1991, p.25):

[...] a pluriatividade é um elemento de diversificação que pode se produzir no interior da família ou a partir do exterior, pois ela funciona como uma estratégia que se modifica de acordo com a dinâmica das famílias e de sua relação com a estrutura agrária existente.

O espaço rural sofreu grandes mudanças durante as últimas décadas, não apenas referentes à inserção de novas tecnologias, mas também em relação a vários novos arranjos e significados, conforme enuncia Schneider (2003, p.22):

[...] o que está acontecendo, no entanto, é que o rural não mais se resume à atividade econômica agrícola, pois a ele passaram a incorporar-se, nas leituras analíticas e nas representações sociais, outras dimensões como a natureza, as famílias rurais, as paisagens, o patrimônio cultural e as tradições, entre outras.

Esses novos arranjos e significados foram assimilados pelos membros dessas famílias no momento em que perceberam e vislumbraram outras possibilidades, alternativas de geração de renda que não estavam engendradas no primeiro setor, na atividade rural.

Como se pode perceber, “a pluriatividade apresenta variações muito expressivas de situações de espaço e tempo, ainda que se possa afirmar que sua característica fundamental seja a interação entre a agricultura, a unidade familiar e o mercado de trabalho” (FULLER, 1990, p. 368).

Estudos mais recentes corroboram um entendimento mais sólido do que é a pluriatividade e torna-se indispensável que se aborde o conceito de Anjos (2003) acerca do fenômeno:

[...] trata-se de um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem desenvolver-se no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração (industrialização no nível da propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva) que conjuntamente impliquem no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ou em seu entorno. (ANJOS, 2003, p.90).

Ainda sobre o fenômeno da pluriatividade é importante salientar a contribuição de Schneider (2003, p. 10),

[...] tende a se desenvolver como uma característica ou uma estratégia de reprodução das famílias de agricultores que residem em áreas rurais situadas em contextos nos quais a sua articulação com o mercado se dá através de atividades não agrícolas ou para-agrícolas [...] (SCHNEIDER, 2003, p. 10).

Para o mesmo autor, a pluriatividade pode ser definida como fenômeno pelo qual membros das famílias rurais que residem no campo optam por realizar atividades diferentes, não agrícolas, mantendo relação com campo (podendo ser

apenas a moradia) e uma ligação, inclusive produtiva (renda) com a agricultura e a vida no espaço rural.

Barbosa (2012) soma ao conceito de pluriatividade questões que vão além das econômicas anteriormente citadas, justificando o incentivo à pluriatividade da seguinte maneira:

O incentivo a pluriatividade justifica-se diante do peso de inúmeros atributos dessa forma de organização da exploração familiar, destacando-se, entre outros aspectos, por sua natureza flexível, espontânea, voluntária e propulsora do uso sustentável dos recursos locais (humanos e econômicos). Além disso, por favorecer não só a possibilidade de uma maior integração de atividades no âmbito interno da exploração (reciprocamente complementares), bem como no plano externo em relação a outros setores econômicos (turismo, indústria) que convergem no sentido de reforçar a autonomia do grupo doméstico, diminuindo a dependência de uma só fonte de ingresso. (BARBOSA, 2012, p.45).

A pluriatividade auxilia os produtores rurais a complementarem suas rendas familiares e não apenas isso, também, ajuda na retomada de uma autoestima elevada e de bem-estar social conforme menciona Schneider (2003, p. 166) ao comentar que:

São as unidades agrícolas familiares que, através da inserção de parte de seus membros no mercado de trabalho não agrícola, garantem não somente sua sobrevivência econômica, mas alcançam razoáveis índices de bem-estar social, garantindo a reprodução social dos membros que integram essas unidades.

Ainda, cabe salientar a importância de não se confundir pluriatividade com atividades não agrícolas, Schneider (2003, p. 231) afirma que:

A pluriatividade resulta da interação entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e econômico em que estão inseridas. Desse modo a pluriatividade é, ao mesmo tempo, causa e efeito das atividades não agrícolas. Por isso, insiste-se que não se deve confundir o estudo das atividades não agrícolas com a análise da pluriatividade, pois esta decorre das decisões e das estratégias dos indivíduos e das famílias rurais que podem ou não optar pela combinação de mais de um tipo de trabalho.

Desta maneira, pode-se verificar que a pluriatividade é uma reorganização da mão de obra da família rural, ao longo das décadas, ela se deu devido a inúmeros fatores que obrigaram essas famílias, que antes se ocupavam apenas da produção

agropecuária, a buscar outras atividades complementares para fomentar a renda familiar. Essas atividades normalmente são a industrialização de produtos do campo na propriedade, o setor de serviços — como a prestação de serviços a outros agricultores, o turismo no espaço rural com suas subdivisões, o agroturismo e o turismo rural.

Ao falar da pluriatividade, deve-se levar em conta o contexto em que a família está inserida, bem como suas relações com o mercado de trabalho e, ainda, não menos importante, deve-se observar o que está ocorrendo em seu núcleo familiar. A opção ou não por se tornar pluriativa é uma decisão que cabe à família como um todo, mas também a cada um de seus indivíduos formadores.

Para que se torne mais clara a diferença entre a pluriatividade e as atividades não agrícolas, este trabalho de pesquisa encerra esta síntese acerca dos conceitos de pluriatividade e segue apresentando uma análise realizada sobre os conceitos de atividades não agrícolas.

### 5.3 ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS

As pesquisas e as discussões em torno da organização e distribuição da força de trabalho das famílias rurais do Brasil passaram a fazer parte de temas maiores como as atividades não agrícolas e a pluriatividade, em meados da década de 1990. Alguns pesquisadores centralizaram seus esforços no comportamento dessas famílias, compreendendo que a adoção dos dois tipos de atividades, agrícolas e não agrícolas, fossem uma estratégia de reprodução típica dessas unidades familiares (ANJOS, 1995; CARNEIRO, 1998; SCHNEIDER, 1999). Entretanto estudos mais recentes desenvolvidos por Graziano da Silva se ocuparam de mostrar que as atividades não agrícolas existentes na estrutura agrária do Brasil assumiram um papel bem mais importante, esses ensaios apontam para a presença desse tipo de atividade em todos os segmentos sociais presentes no espaço rural. De acordo com dados revelados pelo autor, na década de 1990, pessoas que residiam em áreas rurais do Brasil e ocupadas em atividades não agrícolas cresceram a uma taxa de 2,5% ao ano, porcentagem bem maior que a porcentagem da população economicamente ativa (PEA) ocupada em atividades agrícolas, que durante o mesmo período caiu 2,2% ao ano (Graziano et al., 1996).

Conforme corrobora Schneider (2003), uma das maiores afirmações feitas nas pesquisas sobre o ambiente rural na década de 1990 foi a evidente tendência de queda no trabalho agropastoril, ao mesmo tempo em que as vagas nas atividades não agrícolas apresentaram altas taxas de crescimento anual. Existiu sim, para o autor, uma época em que os residentes das zonas rurais produziam em suas propriedades tudo o que era fundamental para o sustento de suas famílias e asseguravam a sua renda apenas com as atividades do campo. Desta maneira, ao redor destas propriedades se encontravam famílias que desempenhavam atividades diferentes, como comerciantes, carpinteiros, ferreiros, etc., entretanto estes também cultivavam terras para o sustento de suas famílias.

Leal (2004, p. 12) afirma que “as atividades não agrícolas já existiam entre as famílias rurais, demonstrando de certa forma que, essas famílias não se ocupavam de tempo integral nas atividades agrícolas”.

Segundo o mesmo autor:

Com o passar do tempo, algumas dessas atividades se modernizaram ou deixaram de existir, principalmente pós-revolução industrial. A tendência de aumento crescente da produção a custos menores, o acesso aos meios de transportes e comunicação, entre outros aspectos, propiciaram a decadência de algumas atividades, fossem elas agrícolas ou não agrícolas. Nota-se então, que essas modificações são constantes até os dias de hoje, inclusive com advento de novas atividades e ocupações. (LEAL, 2004, p. 12).

Nesse processo de transformação, as atividades agropecuárias eram as atividades econômicas mais importantes do meio rural brasileiro, porém estas cederam espaço para atividades econômicas diferentes que se dão no meio rural, como o setor de serviços e a indústria.

Atividades que se desenvolvem no meio rural, como o turismo, por exemplo, incrementam algumas atividades que já faziam parte do cotidiano das famílias rurais, como a fabricação de artesanatos, conservas, cultivo de flores, etc., que passam a ser mercadorias de valor agregado no comércio local.

Em regiões onde a agricultura é mais moderna, este fenômeno se dá em maior proporção, isso devido à presença de um mercado consumidor mais próximo das propriedades e com maior poder aquisitivo, capaz de pagar os preços mais altos dos novos produtos rurais em relação a produtos industrializados de larga escala.

Nesse contexto que a pluriatividade surge como uma opção para as famílias de pequenos produtores.

Com isso, pode-se perceber que uma grande parcela dos agricultores foram em busca de novas alternativas para complementarem suas rendas familiares, Campanhola e Silva (2000) afirmam que, como consequência da diminuição da renda dos agricultores familiares, observa-se o crescimento da importância das atividades e rendas não oriundas da atividade agrícola entre as famílias rurais por conta própria. Resumindo, pode-se inferir que as famílias rurais estão se transformando em famílias pluriativas ou não agrícolas.

Schneider (2003, p.32) corrobora ao enunciar que “as atividades não agrícolas tendem a representar uma oportunidade de emprego complementar, pois à medida que houver maior apropriação de tecnologias pela agricultura tende a crescer o aumento de ocupações nos serviços”.

Diversos foram os fatores que colaboraram com a emergência das atividades não agrícolas, esse processo de transformação estrutural pode ser dividido em três fases distintas (SCHNEIDER; NAVARRO, 1999). A primeira delas, iniciada na década de 1970, quando os governos militares empreenderam uma inédita transformação de algumas regiões agrárias brasileiras, foi decorrente do que se chama de “urbanização do campo”, um processo resultante de um transbordamento das cidades e de trabalho urbano para áreas rurais situadas em seu entorno. Nessas áreas, o processo de urbanização do campo se deu através da expansão de novas atividades que pouco ou nada tinham que ver com a produção agropecuária. Refere-se a novas ocupações ligadas ao lazer e ao ócio, atividades especialmente ligadas à prestação de serviços.

A segunda fase seria decorrente da crise do próprio setor agrícola, particularmente a partir das dificuldades enfrentadas pelo setor agroexportador instaladas no início da década de 1990. A queda dos preços não apenas afastou os interessados em obter lucro com o negócio agrícola como diminuiu, rapidamente, as rendas gerais na agricultura brasileira.

A terceira fase, o período mais recente, impôs uma nova realidade política e econômica no meio rural, com uma drástica diminuição no intervencionismo do Estado e muitas mudanças sociais e produtivas originadas, na grande maioria, da

liberalização comercial, os efeitos disso possuem magnitude sem precedentes. De acordo com Schneider e Fialho (2000, p.5):

Os efeitos sociais resultantes dessas mudanças variaram de região para região e pode-se arrolar, entre outros, uma forte modificação demográfica no meio rural, com a diminuição constante do número de famílias dedicadas às atividades propriamente agrícolas, o que repercutiu sobre a estrutura de ocupação e força de trabalho rural.

Existem, também, outras razões apontadas como responsáveis pela emergência das atividades não agrícolas no meio rural brasileiro. Uma delas está ligada ao processo de descentralização e interiorização de determinados tipos de indústrias, especialmente de bens de consumo não duráveis, como têxteis, vestuários e calçados (SCHNEIDER, 2003).

Souza (2000, p.44) resume que “a população rural com poucas opções de ocupação agrícola foi buscar outras oportunidades nas pequenas brechas de ocupações informais não agrícolas”.

Muitas são as atividades não agrícolas que atraem os trabalhadores do meio rural, como prestação de serviços, construção, comércio de mercadorias, entre outros. Segundo Schneider (2003, p. 7):

Entre os principais ramos das atividades não agrícolas da população economicamente ativa com domicílio rural, destaca-se o ramo da indústria de transformação que entre 1981 e 1992 cresceu 2,9% ao ano, mantendo uma participação ao redor de 7,7% do total da PEA rural ocupada em atividades não agrícolas. Em geral, esse ramo é composto pelas pequenas unidades semi-industriais processadoras de produtos agropecuários, como as agroindústrias avícolas e suinoculturas e também os laticínios de pequeno porte. Um outro aspecto a ser ressaltado é que neste ramo de atividades não agrícolas são também incluídos os setores industriais que ocupam esta mão-de-obra com domicílio rural.

Nas grandes mudanças da agricultura é de grande valia destacar alguns estudos a respeito do crescimento das atividades não agrícolas no meio rural como uma tendência em determinadas áreas. Schneider (2003) destaca que de fato a agricultura já não é mais sinônimo de exclusividade rural e observa que, nas regiões chamadas essencialmente rurais, são os setores não agrícolas que oferecem, cada vez mais, as maiores possibilidades de empregos no meio rural.

Com a queda generalizada do emprego agrícola em diferentes países e regiões, é possível afirmar que o aumento das atividades não agrícolas no meio rural

está se configurando como um fenômeno relevante, não apenas para promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social das populações rurais, mas também para a própria interpretação analítica das transformações agrárias contemporâneas (SCHNEIDER, 2000).

Rodrigues (2000) complementa que o campo não pode mais ser representado como simples espaço de produção agrícola. Além disso, a sua ressignificação como lugar de lazer ou de preservação da natureza tem sido responsável por novas imagens e novos usos desse espaço.

Campanhola e Silva (2000) apontam que o espaço rural já não é apenas mais um local de trabalho, existem muitos desempregados e aposentados que escolheram residir no campo. As pessoas que residem no meio rural não estão necessariamente ocupadas com atividades agrícolas. Os autores ainda complementam referindo que:

Essa dissociação crescente entre local de residência e local de trabalho, que há muito já ocorreu nas cidades, é mais um indicador da urbanização dos campos brasileiros e uma esperança de que num futuro próximo os trabalhadores rurais não precisem emigrar para as áreas urbanas se quiserem ser cidadãos brasileiros. (CAMPANHOLA E SILVA, 2000, p.11).

Carneiro e Teixeira (2012) ressaltam que o recurso à atividade não agrícola pode resultar de uma situação de equilíbrio do agricultor e, nesse caso, reforçaria um projeto de permanência na atividade agrícola e no campo, além de viabilizar investimentos na agricultura e no conforto familiar.

Portanto, é possível inferir que as atividades não agrícolas são aquelas praticadas por pessoas residentes no espaço rural, que devido a crises e a mudanças no meio rural, foram em busca de novas fontes de renda, além da agricultura, para complementar a renda familiar. Alguns optaram por trabalhar em outros locais, como indústrias, comércio, prestação de serviços, entre outros. Já alguns proprietários rurais agregaram valor ao que já possuem em suas propriedades, realizando a fabricação de compotas, conservas e outros produtos para venda. As atividades não agrícolas ajudam os moradores rurais a despertarem para novas fontes de renda, auxiliando no desenvolvimento das comunidades rurais e também na inserção social.

## 5.4 O TURISMO

De acordo com Araújo (2000), o turismo, mesmo que seja possível identificar alguns traços em civilizações muito antigas, só despertou a atenção de estudiosos nas últimas décadas dada sua importância econômica e por representar, na contemporaneidade, um dos setores mais importantes no que diz respeito à geração de renda e empregos.

Com a emergência do turismo como uma importante ciência a ser estudada, diversos autores passaram a conceituar o fenômeno de acordo com diferentes enfoques, dessa forma, na sequência são apresentadas algumas maneiras de se compreender a atividade.

Durante todo o século XX o termo turismo evoluiu muito e entrou de vez no imaginário e no cotidiano de uma grande parcela da população do mundo. Quando se trata de Turismo, a referência é a um complexo fenômeno sociocultural que engloba o transporte, a alimentação, a hospedagem, a motivação, a hospitalidade, impactos e todos os setores econômicos, sociais, culturais e ambientais, pois todos esses são fortemente afetados e economicamente movimentados pelo grande contingente de deslocamento de pessoas pelo planeta. Desta maneira, nota-se que Turismo significa muito mais do que se possa imaginar, segundo Panosso Neto (2010), as visões mais comuns de turismo são de férias, viagem, descanso, lazer e prazer, fuga da realidade, gerador de emprego e renda, difusor de cultura entre os povos, soma dos fenômenos resultantes das viagens, deslocamento para fora do lugar habitual de residência, atividade econômica, mas todas essas definições, ainda assim, não demonstram em si mesmas a complexidade do fenômeno.

O Turismo está engendrado em grande parte das ações do ser humano e principalmente do movimento da economia mundial, segundo dados do Ministério de Turismo, o setor de turismo é responsável pela geração de 6 a 8% do total de empregos mundiais e, no período de 1975 a 2000, cresceu a um ritmo médio de 4,4% anual, enquanto o crescimento econômico mundial médio, medido pelo PIB, foi de 3,5% ao ano no mesmo período (MTur, 2007). Mas isso é apenas uma das facetas, pois o Turismo é entendido como o “fenômeno de saída e retorno do ser humano do seu lugar habitual de residência, por motivos revelados ou ocultos, que pressupõem hospitalidade, encontro e comunicação com outras pessoas e utilização

de tecnologia, entre inúmeras outras condições, o que vai gerar experiências variadas e impactos diversos” (PANOSSO NETO, 2010, p.33). Ainda pode-se observar o fenômeno através de uma visão territorial, conforme Vera et al. (1997), “el turismo es un fenómeno espacial, implicando su práctica un desplazamiento, además de producirse el consumo turístico sobre una base de carácter territorial, el destino turístico”<sup>2</sup>.

Os primeiros estudos técnico-científicos que trataram do turismo datam do final do século XIX e início do século XX, entre os principais pensadores do fenômeno nesta época, Lohmann (2012) destaca: Guyer-Freuler (1883 e 1905), Era (1891), Bodio (1899) e Stradner (1905). O mesmo autor traz a importância destes primeiros ensaios para a compreensão do turismo na época em que foram escritos e nos dias de hoje. Mas foram nas últimas três décadas que se percebeu uma explosão na produção literário-acadêmica no campo de investigação do turismo. Jafari (1994) chama este processo de cientificação do turismo e acrescenta que isso está muito associado ao próprio desenvolvimento da atividade econômica no mundo, visto que, nos dias de hoje, muitos países têm no turismo não mais uma fonte de renda complementar, e sim sua fonte de renda principal. Esta inversão é denominada, por Valls (1996), de turistificação das economias.

Nota-se uma tendência do turismo, como campo de estudo, em se apoiar no escopo de outras ciências consolidadas, como a economia, e, apesar de ser um campo relativamente novo de investigação, os recentes estudos vêm tentando criar um arcabouço próprio, que tente explicar da melhor maneira possível as relações entre produção e consumo dadas entre pessoas do mundo todo nos mais distintos ambientes. Como campo de estudo específico, o turismo apresenta diversas definições tradicionais, entre elas, as de Hunsziker e Krapf (1942, p.14):

É o fenômeno originado pelo deslocamento e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocamentos não sejam utilizados para o exercício de uma atividade lucrativa principal, permanente ou temporária.

De acordo com a Organização dos Estados Americanos (OEA), o turismo:

---

<sup>2</sup> “O turismo é um fenômeno espacial, sua prática envolve deslocamento, além do consumo do turismo ser produzido sobre uma base de caráter territorial, o destino turístico”.

É o movimento migratório, até um limite máximo de 90 dias, seja internacional ou nacional, sem propósito de longa permanência e sem exercício de uma atividade ou profissão remunerada. O objetivo pode ser por prazer, comercial ou industrial, cultural, artístico ou científico. Não inclui viajantes que juridicamente entram no país, como é o caso dos passageiros de avião que permanecem nos aeroportos, seja em escala ou conexões ou outras linhas aéreas, nem o movimento unicamente de fronteiras (RABAHY, 1980, p.111).

Este conceito esclarece o objetivo da viagem, aprofunda um pouco a compreensão do fenômeno, mas, como o anterior, desconsidera o valor turístico reproduzido nas localidades. Em 1991, a OMT apresentou um novo conceito entendendo que:

O turismo compreende atividades desenvolvidas por pessoas ao longo de viagens e estadas em locais situados fora do seu enquadramento habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, para fins recreativos, de negócios e outros (apud CUNHA, 1997, p.9).

O conceito acrescenta a expressão enquadramento habitual para excluir pessoas que se deslocam de uma cidade a outra para trabalhar ou estudar. Na obra "Análise estrutural do Turismo", Beni (1998) caracteriza as definições, no campo acadêmico, em três níveis: econômico, técnico e holístico. Desta forma, como definição econômica do fenômeno, Herman Von Schullern zu Schattenhofen (1910) diz que: "A soma das operações, principalmente de natureza econômica, que estão diretamente relacionadas com a entrada, permanência e deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região". (apud BENI, 1998, p. 36).

Ainda sobre a visão econômica do Turismo McIntosh, em 1977, aduz: "O Turismo pode ser definido como a ciência, a arte e a atividade de atrair e transportar visitantes, alojá-los e cortesmente satisfazer suas necessidades e desejos". (apud BENI, 1998, p.36).

As definições técnicas, segundo Beni (1998), dedicam-se a distinguir turistas e viajantes e tiveram início nas Nações Unidas, em 1963. Os primeiros, segundo esta visão, são aqueles que permanecem mais de vinte e quatro horas na localidade visitada e esta estada é motivada por lazer, negócios, família, missões ou conferências. Já os visitantes são os que permanecem menos de vinte e quatro

horas no país, cidade ou região visitada. O autor ainda distingue essas “definições técnicas” de “conceitos” em torno do fenômeno.

As definições consideradas holísticas, pelo mesmo autor, são duas, uma de Hunziker e Krapf de 1942, onde consideram o turismo como sendo: “A soma dos fenômenos e das relações resultantes da viagem e da permanência e não está relacionada a nenhuma atividade remuneratória” (apud BENI, 1998, p.38).

E a de Jaffar Jafari, que diz: “É o estudo do homem longe do seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre o ambiente físico, econômico e sociocultural da área receptora” (apud BENI, 1998, p.38).

Nota-se que a ampla gama de abrangência do conceito de Hunziker e Krapf não chega até o turismo de negócios por não considerar as muitas atividades com fins lucrativos que o turismo engloba, assim, o conceito não contempla todas as formas de turismo. Bem como Jafari, ao falar sobre a indústria que satisfaz todas as necessidades, reduz o interesse das pessoas ao praticarem o turismo, pois não é apenas atrás de bens e serviços produzidos pela indústria que o turista está.

Desta maneira, na busca por um conceito que abranja toda a complexidade do fenômeno turístico, Moesch (1999, p. 20-21) enuncia:

A problemática é que o Turismo, muito mais que uma indústria de serviços, é fenômeno com base cultural, herança histórica, meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório que esta dinâmica sociocultural gera, parte de um fenômeno recheado de objetividade-subjetividade, que vem a ser consumido por milhões de pessoas. O Turismo é bem mais do que estas definições reducionistas: é um fenômeno com consequências culturais, sociais, políticas, comunicacionais que deve também ser estudado, principalmente por ter se convertido em direito, desejo de todos os cidadãos de qualquer classe social e de qualquer sociedade, seja ela desenvolvida ou não.

Desse modo, com uma análise do fenômeno turístico satisfatória para a continuidade desta pesquisa, segue-se com o referencial de outros temas de tamanha importância.

## 5.5 O CICLO DE VIDA DAS DESTINAÇÕES TURÍSTICAS: O CONCEITO DE BUTLER (1980)

Sabe-se que existem diferentes teorias que tratam do ciclo de vida e que estas em geral são oriundas das ciências biológicas, contudo áreas sociais e empresariais vêm utilizando este conhecimento e criando teorias que servem como base epistemológica para o ciclo de vida da atividade turística, entre estes autores, pode-se destacar Kotler (1998), que esclarece que a grande maioria dos estudos e ensaios sobre o ciclo de vida é representada por uma curva em forma de sino, passando por quatro variações: introdução, crescimento, maturidade e declínio.

Mauad (2005), na sua pesquisa sobre ciclo de vida industrial, aponta que as organizações vêm utilizando modelos divididos em quatro fases, como mencionado anteriormente, e acrescenta que, por meio de uma revisão de literatura feita por ela, pode-se encontrar modelos de indústrias com ciclos de vida que possuem de três a dezessete fases distintas.

A hipótese de que os destinos turísticos possuam atrativos que não se esgotam perante os olhos dos turistas, segundo Butler (1980), vem sendo encarada como verdade no planejamento turístico, pois o turismo tem sido encarado, pelos planejadores e pela indústria, como uma fonte inesgotável de acúmulo de capital. Contudo existem muitos exemplos que podem contradizer esses modelos de planejamento em que o número de visitantes cresce para sempre nestas localidades turísticas. Por sua vez, também, existem exemplos de antigos destinos turísticos que confirmam esse tipo de modelo de planejamento.

Para que se atinja o objetivo proposto por este estudo, faz-se necessário apresentar o conceito do ciclo de vida das destinações turísticas de Butler (1980), pois é este o modelo que servirá de base para as devidas análises. O conceito de Ciclo de Vida das Destinações Turísticas de Butler (1980) é um modelo teórico que auxilia na identificação do estágio em que se encontra uma localidade quanto ao desenvolvimento da atividade turística desde a sua implementação ou surgimento até seu declínio ou reinvenção. Ao ser aplicado em uma determinada localidade, este modelo possibilita a identificação do estágio atual da mesma, assim, permitindo um melhor entendimento da realidade, bem como auxilia na criação de um plano de

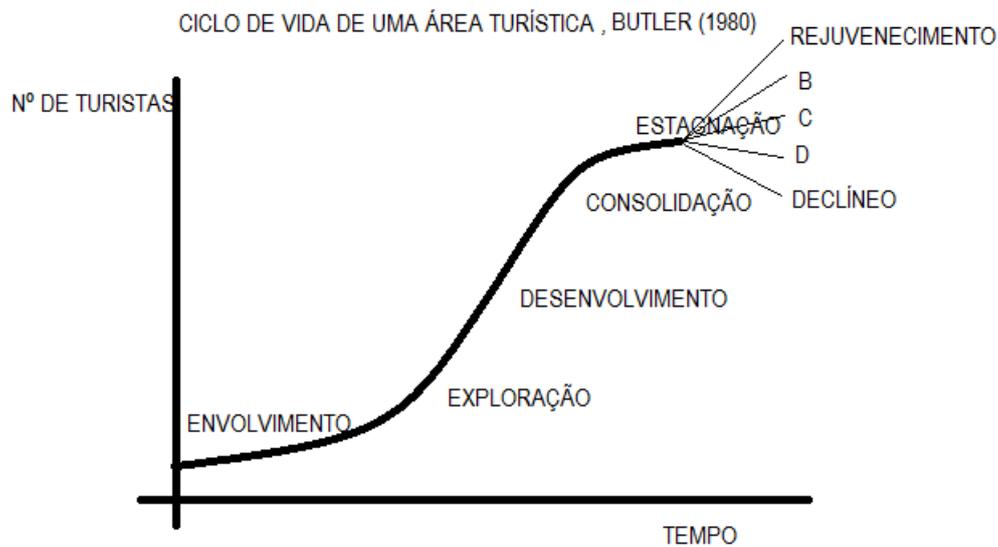
desenvolvimento turístico que possibilite monitoramento, ajustes e direcionamentos necessários para que se possam criar expectativas futuras.

De acordo com Butler (1980), conquanto se possa traçar o ciclo de vida de determinada localidade turística, isso pode ser mais fácil em umas em relação a outras. A grande dificuldade encontrada para se aplicar de maneira satisfatória este modelo é a necessidade de se obter dados quali-quantitativos de uma determinada localidade por um longo período de tempo. Estes números, de acordo com Butler (1980), são raros e não é provável que se possa consegui-los desde o início das primeiras visitas.

Butler criou o conceito de ciclo de vida das destinações turísticas em 1980, baseado em uma teoria desenvolvida pelo *marketing* de produtos. Butler (1980) testou o modelo ao verificar o crescimento e o declínio dos equipamentos turísticos e das localidades em que estes se encontravam. Distintos estudos de diferentes pesquisadores vindos das diversas regiões do mundo que utilizaram o modelo de Butler (1980) comprovam sua aplicabilidade para localidades turísticas.

Butler (1980) deixa claro em seus estudos que as destinações turísticas são dinâmicas e que a sua realidade está sempre em movimento e passando por constantes mudanças. O modelo proposto é apresentado por uma curva, normalmente em forma de sino, como apresentada no gráfico 1. O ciclo de vida de uma localidade ou região turística depende de vários fatores, como, por exemplo, a deterioração de determinado atrativo turístico ou até mesmo sua total substituição por algo artificial, interesse da comunidade local em participar do processo, etc. Os estágios do ciclo de vida das destinações turísticas estão ilustrados no gráfico 1.

#### **Gráfico 1 - O Ciclo de Vida das Destinações Turísticas**



Fonte: Butler (1980, p.7) (tradução livre)

O ciclo de vida das destinações turísticas é descrito por Butler (1980) da seguinte maneira: primeiramente, os visitantes vão chegar a uma determinada localidade de maneira espontânea, sem conhecimento da mesma, com contato informal com os locais. Como consequência, há um aumento dos equipamentos turísticos do local bem como da divulgação do mesmo, o que leva a aumentar o número de visitantes. Com a disseminação da informação e com a implementação do *marketing*, possíveis investimentos podem aparecer e a localidade passa a ser conhecida, por conseguinte, o número de turistas aumenta significativamente. Pode acontecer de determinada localidade possuir uma capacidade de carga menor e o número de turistas diminuir, esse limite poderá ser identificado a partir de diversos fatores como ambientais (escassez de terra, qualidade da água, qualidade do ar), da infraestrutura (transportes, acomodações, outros serviços) ou de fatores sociais (multidões, descontentamento da população local). Quanto maior o número de visitantes, maior o impacto e possivelmente mais rápida é a perda de atratividade desta localidade que deve se reinventar para se recolocar no mercado.

De acordo com Ruschmann (1997), conforme os serviços oferecidos aos visitantes em cada fase, no que diz respeito ao custo e à qualidade dos serviços oferecidos, constatou-se que o tipo de turista muda também. Nas primeiras fases do desenvolvimento da localidade, estas são visitadas pelos turistas aloctéricos, ou exploradores – aventureiros que buscam lugares inexplorados, que “abrem as trilhas”. Os visitantes psicocêntricos, que se caracterizam por buscar conforto e

segurança, tendem a buscar localidades que estão no seu ponto máximo de desenvolvimento. O turista de massa (mesocêntrico) busca conhecer o maior número de lugares pelo menor preço, sendo este então o visitante de localidades que se encontram na fase de declínio.

O primeiro estágio do conceito de Butler é o estágio de exploração (*exploration*) – que se caracteriza por um baixo número de turistas aloccêntricos que buscam novos destinos e aventuras. A partir do modelo de Christaller, Butler (1980, p. 8) afirma:

Estes visitantes “de fora” podem ter sido atraídos para este local por suas características naturais e culturais únicas e peculiares. Naquele momento, não haveria infraestrutura específica voltada para atender os visitantes. Desta forma, o uso de equipamentos públicos e o contato com a comunidade local provavelmente tenha sido mais frequente, o que pode ter constituído em um fator de atratividade para esta destinação turística. Naquele contexto, a chegada e partida dos turistas para a localidade teria tido relativamente pouco significado para a economia e vida social da população local.

Ao passo que o número de visitantes aumenta, alguns locais passam a se envolver no processo, criando infraestrutura e equipamentos turísticos para atender esta demanda que se criou de maneira espontânea, este estágio é a fase de envolvimento (*involvement*), o contato entre visitante e visitado se torna cada vez mais frequente e tende a aumentar porque alguns dos visitados passam a trabalhar em atividades exclusivamente ligadas ao turismo. Neste estágio, normalmente, começa a haver uma segmentação e a localidade passa a especializar-se em determinada atividade e cria sua imagem. A sazonalidade pode fazer com que se crie uma temporada para o turismo e alguns ajustes na maneira de viver desta comunidade podem ter de ser feitos. Nesta fase também começam as pressões para que o poder público comece a participar do processo e investir em melhorias na infraestrutura e no transporte.

A terceira fase, do desenvolvimento (*development*), corresponde a um momento em que o destino faz parte de um mercado turístico bem definido, é conhecido e o *marketing* funciona muito bem. Durante esta fase, a população local perde o controle do crescimento do destino e seu envolvimento decresce vertiginosamente. Neste momento, os equipamentos locais passam a ser substituídos por equipamentos maiores provenientes de grandes investimentos

externos. Atrações naturais e culturais do local serão desenvolvidas e, na falta de opções, serão criadas atrações artificiais. Podem ocorrer alterações físicas marcantes na região que nem sempre são de acordo com a vontade dos locais. Segundo Butler, “este momento pode ser facilmente identificado em regiões do México, nas ilhas mais desenvolvidas do Pacífico e no litoral norte e oeste da África” (BUTLER, 1980, p. 8).

Nesta fase, na alta temporada da destinação, pode haver uma importante inversão no que diz respeito ao número de turistas que muitas vezes passa a quantidade do número de moradores. Neste momento, muitas vezes se inicia a busca de mão de obra de fora e instalam-se pequenos equipamentos auxiliares, como locadoras e lavanderias. O tipo de turista também muda, tornando-se mais exigente e passa a buscar o conforto e a qualidade dos equipamentos turísticos. O custo de vida local tende a aumentar muito neste momento.

Quando se inicia o estágio da consolidação (*consolidation*), sempre lembrando que as fases se mesclam e que não existe um ponto no desenvolvimento em que se possa afirmar que determinada localidade está somente nesta fase ou naquela, o número de turistas diminui, mas, ainda assim, é maior do que o número de residentes em determinadas temporadas.

Grande parte da economia desta localidade estará ligada de alguma forma ao setor turístico e estratégias de *marketing* e propaganda serão adotadas com a finalidade de aumentar a permanência do turista no local. O grande número de visitantes e os investimentos públicos no setor podem causar descontentamento na população local, principalmente a que se encontra marginalizada do processo, “tais tendências estão presentes em áreas do Caribe e ao norte na costa do Mediterrâneo” (BUTLER, 1980, p. 8). Estas cidades concentram sua atratividade em “ilhas” formadas pelos *resorts* e fazem com que o restante seja considerado de segunda linha e assim indesejável para o turista.

O quinto estágio é a fase da estagnação (*stagnation*), onde o número máximo de visitantes já terá sido alcançado. O destino terá uma imagem bem estabelecida, mas não estará mais “na moda”. A capacidade de carga terá sido alcançada ou excedida, como consequência, impactos ambientais, sociais e econômicos serão percebidos. Nesta fase, normalmente, as localidades buscam captar eventos que tragam de volta os visitantes. A localidade fica conhecida pelos seus *resorts*, e não

mais por seu verdadeiro ambiente geográfico. Neste momento, o perfil do turista também muda, passando a ser considerado turista de massa.

Na sexta fase, o estágio de declínio (*decline*), outras destinações turísticas entraram no mercado do segmento específico e a localidade perde força de atração, deixa de ser competitiva. Butler (1890, p. 9) aduz: “tais tendências podem ser facilmente percebidas em antigas áreas de resort na Europa, como por exemplo “*Firth of Clyde*” na Escócia Ocidental. “*Miami beach*” está no início desta fase”. Neste momento, começam a ser substituídos os grandes equipamentos voltados para o turismo por equipamentos voltados a outras áreas, mudam os donos e os investimentos externos recuam e, muitas vezes, deixam de existir. Neste processo, o autor acredita que “cada vez mais as instalações turísticas desaparecem na medida em que as destinações turísticas se tornam menos atraentes aos olhos dos turistas” (BUTLER, 1980, p. 9).

Esta fase também se caracteriza por uma volta da comunidade à atividade, isso porque os imóveis estão com os preços baixos e ainda existe uma demanda para pequenos equipamentos e instalações, passa-se a ter novamente o envolvimento da comunidade local. As grandes redes de hotéis acabam por sair da localidade, deixando ociosas grandes construções que se tornam condomínios, lares para idosos ou asilos. Por fim, o que antes foi uma destinação turística pode deixar de ser neste momento. Existe também a possibilidade de uma destinação ter o declínio forçado por uma catástrofe natural como, por exemplo, o sudeste asiático após os *tsunamis* de 2005. Se esta fase perdurar por muito tempo, esta destinação pode não voltar a ser mais atraente mesmo após solucionar os problemas.

Ainda assim, o ciclo de vida da atividade turística apresenta possibilidades. O rejuvenescimento (*rejuvenation*) pode ocorrer, mas para isso devem ocorrer drásticas mudanças na destinação. Butler (1980) mostra duas maneiras de se alcançar o rejuvenescimento, a primeira pela construção de um novo atrativo pelo homem, cassinos, *shoppings center*, etc. A segunda, de acordo com o autor, é aproveitar de melhor maneira os atrativos naturais do local. Nos dois caminhos, são necessários esforços combinados entre o governo e o setor privado. Butler (1980) acrescenta um dado importante à sua análise: pode-se esperar que até mesmo as atrações de uma destinação turística rejuvenescida perderão sua competitividade.

Somente em casos de áreas verdadeiramente únicas seria possível manter uma atratividade atemporal capaz de suportar a pressão das visitas.

Dos exemplos citados por Butler (1980) de destinos que já passaram pelo rejuvenescimento e que sua atratividade parece se perpetuar frente aos olhos dos visitantes são a Disneylândia e “Niágara Falls” no Canadá.

Essas destinações que atraem constantemente os visitantes se renovam e reinventam-se todo o tempo, não deixando chegar a fase do declínio sem antes já ter traçado um plano de rejuvenescimento. A velocidade com a qual a sociedade pós-moderna muda seus estilos e gostos reflete na velocidade com a qual os destinos devem se reinventar, oferecendo novas experiências e criando oferta para uma demanda criativa que está sempre atrás do novo, da descoberta.

## 5.6 ELEMENTOS HISTÓRICOS DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL

Nas últimas décadas, o crescimento da oferta turística em âmbito mundial vem intensificando a diversificação das modalidades turísticas, a segmentação, e, como consequência disso, a busca e criação de novos destinos e de novos produtos turísticos.

Em decorrência da saturação dos destinos turísticos “tradicionais” (modelo sol e praia) e da explícita visão economicista e expansionista do *trade* turístico, a partir da década de 1990, o turismo passa a ser visto de maneira polarizada, de um lado, o turismo convencional ou de massa e, do outro, o turismo alternativo ou sustentável.

Entre as atividades turísticas que se destacam no lado do turismo alternativo, de acordo com esta visão polarizada, estão o ecoturismo, o agroturismo e o turismo rural, pois nos dois, teoricamente, deve haver uma valorização dos espaços naturais e da ruralidade. Essa valorização levaria a um melhor aproveitamento dos recursos da natureza, bem como das instalações, dos equipamentos e da cultura local. Ainda, o turismo rural tende a ser um turismo brando, mais simples, individualizado, de base local, que, portanto, não causa grandes alterações na paisagem rural.

A intensificação em âmbito mundial da atividade turística no espaço rural, bem como a popularização do assunto no meio acadêmico, está ligada a acontecimentos ocorridos no período após a Segunda Guerra Mundial. Ao resumir a

evolução histórica do Turismo no Espaço Rural de países europeus, Tulik (2003) aponta, com destaque, acontecimentos do final da década de 1940 e início de 1950.

Impulsionado pelo desenvolvimento econômico gerado pela industrialização e pela conquista de direitos trabalhistas nos países europeus, como as férias, redução da jornada de trabalho e décimo terceiro salário, o turismo rural se alastra pela Europa, tornando-se uma atividade promissora e incentivada em países como França, Espanha e Itália.

Para Verbole (2002), o aumento da demanda de turismo rural na Europa, dado pelo interesse da população urbana pelo meio rural, contribuiu para o crescimento da atividade. Além disso, os incentivos proporcionados pelo setor público para o crescimento estratégico do turismo como setor econômico e da reorganização do *trade* turístico a fim de viabilizar o turismo rural colaboraram para esse crescimento. O interesse dos cidadãos pelo espaço rural, citado pelo autor, seja para visitas esporádicas ou para moradia, contribuiu para afirmar o turismo rural e proporcionou novas relações econômicas e sociais no meio rural.

Esse fenômeno de retorno ao campo é chamado de neorruralismo, teve início na década de 1970, em países europeus, primeiramente, na França. Segundo Giuliani (1990), o neorruralismo traz a ideia de que valores típicos do velho mundo rural passam novamente a ganhar a adesão de pessoas da cidade.

Para Presvelou (2000), as visitas ao campo sempre foram comuns, principalmente para o descanso ou para rever parentes e amigos. O novo está no interesse pelo rural de pessoas que se deslocam na qualidade de turista para o espaço rural.

Segundo Tulik (2003), há um incremento do turismo no espaço rural europeu durante a década de 1980, este passa a ser visto como alternativa de renda em função de problemas estruturais nas propriedades rurais, como, por exemplo, os baixos preços dos produtos agrários e a diminuição do protecionismo.

Ante este panorama, pequeñas localidades con importantes recursos naturales y culturales han optado por la actividad turística como la base para el progreso de la comunidad, al organizar y administrar la localidad contemplando la eficiencia económica, el respeto ambiental y el desarrollo social. Tales manifestaciones son reconocidas como desarrollo local, el cual aparece como una política económica que pretende humanizar los estragos del modelo neoliberal y para entenderlo es necesario un acercamiento teórico del mismo; para definirlo es preciso entender que lo local son aquellas comunidades o poblaciones locales específicos que se encuentran

inmersos en un todo, las que están alejadas del centro y por ende su desarrollo es inferior, superfluo, casi nulo, es decir, que se constituyen en “un elemento marginal del todo y además su participación es calidad ejecutante y no vinculado a la toma de decisiones”<sup>3</sup> (ROZAS, 1998, p.148).

De acordo com Baidal (2000), as possibilidades do turismo rural/natural se mostram como uma saída na busca pela dinamização de áreas rurais atrasadas e diversificação da economia regional. Considerando essa realidade de preocupação com o futuro do espaço rural, aliada ao interesse pela expansão do turismo rural, a Europa começa a incentivar o turismo no meio rural a partir de políticas públicas da União Europeia, na década de 1990. Neste contexto, podem-se destacar as iniciativas Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER I), desenvolvida entre 1991 e 1994, LEADER II (1995- 1999), e LEADER+ (2000-2006), lançadas pela Comissão Europeia.

Após a formulação do documento *O futuro do mundo rural*, que “[...] sublinhava a necessidade de experimentar novas abordagens de desenvolvimento e de envolver as comunidades rurais na procura de soluções adequadas” (COMISSÃO EUROPEIA, 2001, p.8), surgiram as iniciativas LEADER a fim de promoverem a passagem “[...] de uma lógica de crescimento para uma lógica de desenvolvimento local sustentável, tendo em conta a dimensão ambiental, econômica, social e cultural dos territórios rurais” (COMISSÃO EUROPEIA, 2001, p.6).

A Comissão Europeia (2001, p. 11) afirma que tem como objetivo valorizar

[...] a diversidade dos territórios e das paisagens, a riqueza das identidades locais e a qualidade de um ambiente preservado. Neste contexto, a iniciativa LEADER representa um instrumento extraordinário para experimentar as novas possibilidades que se deparam ao meio rural.

O resultado da implementação na Europa do programa LEADER foi o surgimento da diversificação econômica do espaço rural, esta diversificação gerou um maior interesse no turismo como ferramenta para revitalizar o interior e as

---

<sup>3</sup> "Neste contexto, as pequenas localidades com recursos naturais e culturais significativos optaram pelo turismo como base para o desenvolvimento da comunidade, para organizar e administrar a localidade contemplando a eficiência econômica, o respeito ao meio ambiente e o desenvolvimento social. Tais manifestações são reconhecidas como desenvolvimento local, que aparece como uma política econômica que tem como objetivo humanizar os estragos do modelo neoliberal e para compreendê-lo é preciso uma abordagem teórica do mesmo; para defini-lo é preciso entender que o local são aquelas comunidades ou populações específicas locais que estão imersas em um todo, marginalizados e, assim, o seu desenvolvimento é supérfluo, quase zero, ou seja, que constituem um elemento marginal do todo e sua participação é operacional e não está ligado à tomada de decisão".

comunidades rurais, contribuindo desta maneira para o desenvolvimento do turismo rural europeu (VERBOLE, 2002). Baidal (2000) também lembra da relevância do LEADER na promoção e no crescimento do turismo no espaço rural europeu.

Depois da experiência vivida na Europa, na qual o turismo rural passou a ser encarado como alternativa importante na geração de emprego e renda no meio rural, que respeita características peculiares da cultura local e preserva a natureza, a atividade passou a ser vista com bons olhos pelo resto do mundo. Este interesse pelo desenvolvimento do turismo no espaço rural no Brasil, por parte do poder público, vem crescendo significativamente a partir da década de 1990, da mesma maneira que cresce o número de empreendimentos privados rurais que passam a ofertar produtos turísticos.

Fora os problemas econômicos enfrentados pela agricultura em todo o mundo, a dependência de garantir formas menos degradantes do uso dos recursos findáveis da natureza e o conceito de sustentabilidade, popularizado no início da década de 1990, contribuíram para a consolidação do turismo no espaço rural como uma atividade promotora de desenvolvimento sustentável. O interesse dos cidadãos pelo ambiente e pela cultura rural também se mostra como um dos grandes motivos para o crescimento do turismo no espaço rural.

Porém, quando se trata de turismo no espaço rural, ainda, podem-se perceber algumas lacunas conceituais que impedem a clareza do que venha a ser o turismo no espaço rural e quais as atividades engendradas nesse segmento turístico. No esforço de apresentar um debate conceitual em torno do turismo no espaço rural, bem como nossa posição diante desse debate, discutimos, a seguir, os conceitos de turismo no espaço rural, turismo rural e agroturismo.

## 5.7 O TURISMO NO ESPAÇO RURAL

A gama de denominações destinadas às atividades turísticas que são desenvolvidas no espaço rural traz a necessidade de se utilizar a generalização “Turismo no Espaço Rural” (TER). Os autores Roque e Mendonça (1999, p.145) defendem a utilização deste termo genérico para definir “toda maneira turística de visitar e conhecer o ambiente rural, enquanto se resgata e valoriza a cultura regional”.

Já Oxinalde considera sinônimos os termos Turismo Rural e Turismo no Espaço Rural (apud SILVA; VILARINHO; DALE, 2000, p.16) quando define que “turismo rural engloba modalidades de turismo, que não se excluem e que se complementam, de forma tal que o turismo no espaço rural é a soma do ecoturismo e turismo verde, turismo cultural, turismo espontâneo, agroturismo e turismo de aventura”.

Crosby e Moreda (1996) se valem dos termos “turismo em áreas rurais” e “turismo rural” com equivalência e os definem como qualquer atividade relacionada ao turismo que se desenvolva no meio rural, ainda, considerando como parte deste todas as áreas naturais inclusive litorâneas. Para Zimmermman (2000, p.130):

As atividades turísticas nos meios naturais tem recebido uma proliferação de termos, que fazem referências ao turismo rural: turismo de interior, turismo verde, turismo diferente, turismo alternativo, turismo rural e ecológico e por aí a fora. Evidentemente, cada atividade possui características próprias, que, dependendo das características geomorfológicas do espaço podem estar juntas, sob a denominação genérica de turismo rural.

Ainda, no caderno Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural:

Entende-se Turismo no Espaço Rural como um recorte geográfico, [...] as muitas práticas turísticas que ocorrem no espaço rural não são, necessariamente, Turismo Rural, e sim atividades de lazer, esportivas ou ócio de cidadãos que ocorrem alheias ao meio que estão inseridas. (MTUR, 2003, p.7).

Pode-se aduzir que, para além da proliferação de todos esses termos utilizados, o próprio termo “turismo rural” pode ser analisado sob uma nova ótica, de acordo com Froehlich e Rodrigues (2000), na atualidade, fica muito complicado que as dualidades rural/urbano, tradicional/moderno e cidade/campo sejam levadas como verdade, isso porque, segundo os autores, houve um “transbordamento” do que se considerava urbano para o rural, fazendo com que as características de ambos se sobrepusessem. Isso ocorre em diversos lugares do mundo como, por exemplo, na Espanha, como se pode observar na citação de Pérez-Díaz:

[...] se produjo un proceso de transformaciones en la sociedad rural española, cuyas formas de vida, hábitos y pautas culturales fueron poco a poco dejando de lado su tradicional carácter rural y autárquico-localista, a la

vez que eran penetradas, cada vez con mayor intensidad, por lo urbano. (PÉREZ-DÍAZ, 1983, p. 255)<sup>4</sup>.

Anos mais tarde, outro autor espanhol acrescenta alguns fatores que ajudaram a dissolver as fronteiras entre o rural e o urbano, Toledo aponta que:

[...] las demarcaciones territoriales rural/urbano cada vez son menos nítidas y más difusas, de tal forma que, en las actuales sociedades modernas avanzadas, el cambio tecnológico, la transmisión de la información y de la cultura, los nuevos medios de transporte, y, en definitiva, el proceso general de globalización en el que estamos inmersos, tienden a disolver progresivamente las fronteras socioeconómicas entre tales demarcaciones (TOLEDO, 1998, p. 172).<sup>5</sup>

Corroboram esta construção Del Grossi e Silva (2002) ao analisarem a crescente urbanização do meio rural, processo denominado “Novo Rural”, onde, “um conjunto de atividades não agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços são inseridas no espaço antes destinado exclusivamente à produção agrícola” (DEL GROSSI; SILVA, 2002, p.5).

Rodrigues (2000) traz exemplos práticos que reforçam a ideia de falência da dualidade entre o urbano e o rural, ela cita bairros rurais que, ao serem decretados distritos, devido a um desmembramento municipal, são considerados urbanos, ainda que apresentem características tipicamente rurais. Para esta mesma autora, até mesmo o termo “turismo” deve ser repensado em muitos casos que não envolvem pernoite como, por exemplo, chácaras alugadas para festas e empreendimentos de pesque e pague.

## 5.8 TURISMO RURAL

A tarefa de conceituar o turismo rural não é nada fácil, primeiramente por ser uma prática nova e, segundo, como coloca Tulik (1997), torna-se impossível a utilização de um único conceito sobre a atividade nos diferentes países em

<sup>4</sup> “[...] houve um processo de transformações na sociedade espanhola rural cujos estilos de vida, hábitos e padrões culturais foram lentamente deixando de lado seu tradicional caráter rural, local e autárquico, enquanto o campo era penetrado, com maior intensidade, pelo urbano”.

<sup>5</sup> “Os limites territoriais rural/urbano são cada vez menos claros e mais difusos, de modo que nas sociedades modernas, a mudança tecnológica, a transmissão de informações e cultura, novos meios de transporte, e, em última instância, o processo geral de globalização em que estamos imersos, tendem a dissolver gradualmente fronteiras socioeconômicas entre essas demarcações”.

decorrência de variações conceituais no que se refere às definições culturais, geográficas, econômicas e sociais relacionadas à concepção do turismo rural.

No Brasil, sabe-se que o turismo rural, na forma como se rotula hoje, teve suas primeiras iniciativas oficiais no município de Lages, localizado no planalto do estado de Santa Catarina, mais precisamente na Fazenda Pedras Brancas. Novais (1994) coloca que o turismo rural organizado teve início com a Serratur Empreendimentos e Promoções Turísticas S.A., um órgão oficial de turismo do município de Lages (SC), criado com a finalidade de implantar ações para desenvolver tal atividade.

Em 1986, a propriedade rural, anteriormente mencionada, propôs-se a receber turistas com a finalidade de passar um dia no campo, oferecendo-lhes serviços como pernoite e alimentação, além de atividades relacionadas à lida no campo. Outros empreendimentos como a fazenda Barreiro e a fazenda Boqueirão também são pioneiras neste tipo de turismo, elas aproveitaram de alguma forma a estrutura existente e o alto poder de atração que a vida no campo tem para com turistas oriundos de grandes centros urbanos.

Nestas propriedades, assim como em todo o município de Lages e mais, como nos países europeus que adotaram o turismo rural, este se tornou uma importante arma no combate à estagnação pela qual o campo estava passando nas décadas de 1970 e 1980 e às inúmeras crises agrárias. De acordo com Zdepski (2001, p. 156), “o turismo rural vem surgindo como alternativa para proprietários em face da atual crise fundiária, aliada à falta de incentivo para a atividade no campo”. Na Espanha, pode-se verificar que o mesmo processo ocorreu:

Durante las tres últimas décadas se han venido produciendo en España procesos de revalorización de los medios rurales y de revitalización socioeconómica y demográfica de algunos de sus espacios, cuya cultura y formas de vida tienden a ser apreciadas en contraste con la visión peyorativa que de ellas predominaba durante las décadas de máxima vigencia del desarrollismo (GARCÍA-SANZ, 1997, p. 644)<sup>6</sup>.

Desta maneira, as iniciativas se multiplicaram rapidamente por toda a região Sul e Sudeste do Brasil, mais recentemente municípios da região Centro-oeste

---

<sup>6</sup> "Ao longo das últimas três décadas têm ocorrido na Espanha processos de revalorização das zonas rurais e revitalização socioeconômica e demográfica de alguns dos seus espaços, cuja cultura e modos de vida tendem a ser apreciados em contraste com a visão pejorativa que prevaleceu durante as últimas décadas de máxima vigência do desenvolvimentismo”.

aderiram à ideia, pode-se destacar o Mato Grosso do Sul. Nos dias de hoje, pode-se afirmar que o Brasil conta com muitas experiências de turismo rural em toda a sua extensão.

Segundo Tulik (2010), o aumento do número de empreendimentos exigiu maior organização do setor e a criação de inúmeras associações, a atenção voltada para o segmento impulsionou a realização de diversos eventos, grupos de estudos, o que contribuiu para a produção de pesquisas e relatos de experiências envolvendo acadêmicos, associações de turismo rural, empresários, institutos, organismos públicos e outros interessados no assunto. Houve progresso nos conhecimentos, o que contribuiu para alimentar debates sobre as diversas manifestações do turismo no espaço rural.

Uma questão a ser analisada no tocante ao turismo rural no Brasil é essa dificuldade de se criar conceitos, o que parece estar intimamente relacionada à tentativa de classificações baseadas em experiências de outros países com realidades extremamente diferentes da local. Tulik (2010) reforça essa hipótese ao mencionar que, apesar das diferenças observadas quanto às características socioeconômicas, culturais e da estrutura agrária, a maioria dos empreendimentos de turismo rural seguiu modelos de países europeus, sobretudo de países como Portugal, França, Espanha e Itália. Faz-se necessária, portanto, uma ampla discussão a respeito da concepção oficial que norteia as ações do setor no Brasil, trazendo à tona sua fundamentação e possivelmente identificando estas marcas de outras realidades que não se encaixam na realidade brasileira, pois no continente europeu e mesmo dentro de um único país europeu podem-se identificar diferenças marcantes na conceituação da atividade turística no meio rural.

Outra vez, na Espanha, por exemplo, Gilbert (1992) considera que “el turismo rural consiste en un viaje o pernoitación en una zona rural, ya sea agrícola o natural, que cuenta con baja densidad de población”.<sup>7</sup>

Para Blanco (1996, p.25), outro autor espanhol, turismo rural é:

[...] una actividad económica caracterizada por desarrollarse fuera de los núcleos urbanos y dirigirse fundamentalmente a los habitantes de una ciudad, produciéndose de una forma reducida, a través de espacios generalmente amplios. Utiliza de manera diversa recursos naturales,

---

<sup>7</sup> “[...] o turismo rural é uma viagem ou pernoite em uma área rural, seja agrícola ou natural, com baixa densidade populacional”.

culturales, patrimoniales, de alojamiento y servicios propios del medio rural, y contribuye al desarrollo local y a la diversificación y competitividad turística.<sup>8</sup>

De acordo com Beni (2003), o turismo rural é desenvolvido em espaços rurais, onde as pessoas buscam descanso, lazer e recreação. O pernoite pode ser realizado tanto em casas rústicas, normalmente antigas casas coloniais adaptadas para a atividade turística, quanto em grandes sedes de fazendas que possuam um valor histórico e arquitetônico que tipificam importantes épocas da história do Brasil como, por exemplo, o ciclo do café e da cana-de-açúcar, ou ainda pode ser realizada em modernas instalações construídas para esta finalidade.

Segundo a EMBRATUR (1994), turismo rural é “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”. Logo, a atividade pastoril propriamente dita pode estar presente pela existência da ruralidade, ou seja, um ambiente que remeta ao modo de vida no campo, não sendo obrigatório que ela seja efetiva.

De acordo com Hernández, Muñoz e Santos (2007, p.951) “the main motivation of rural tourists is contact with a rural way of life and/or nature”.<sup>9</sup>

Souza (2004, p.19), referindo-se ao turismo rural na metade sul do estado do Rio Grande do Sul, afirma que “a despeito da tímida geração de emprego e renda para os envolvidos [...] admite-se que uma das principais características [...] é proporcionar às famílias empreendedoras um bem-estar perceptível vinculado a melhores condições financeiras”.

Comungam com esta ideia de melhoria na qualidade de vida em consequência do aumento da renda familiar os autores Hernández, Muñoz e Santos (2007, p.952) “most are family businesses and may represent supplementary income

---

<sup>8</sup> “[...] atividade econômica caracterizada por se desenvolver fora dos centros urbanos e por ser dirigida principalmente para os habitantes de uma cidade, sendo produzida de uma forma reduzida, utilizando geralmente espaços grandes. Utiliza, simultaneamente, recursos naturais, recursos patrimoniais, serviços de hospedagem e serviços próprios do meio rural, e contribui para o desenvolvimento local, diversificação e competitividade do turismo local”.

<sup>9</sup> “A principal motivação dos turistas rurais é o contato com o modo de vida do espaço rural e / ou com a natureza”.

beyond which the family earns from agriculture, commercial, or construction activities".<sup>10</sup>

O principal ponto de diferenciação entre os conceitos apresentados está na propriedade onde o turismo se desenvolve, para Beni (2003), este turismo pode se dar em propriedades produtivas, sendo, porém, o turismo a atividade principal, mas também em propriedades não produtivas que ofereçam instalações amplas e diferentes serviços. Todavia, de acordo com a EMBRATUR (1994), para que haja turismo rural, este deve ser desenvolvido em propriedades produtivas e quanto à questão deste ser ou não fonte de renda principal não fica explicitada.

## 5.9 AGROTURISMO

O agroturismo é uma forma de turismo realizada no meio rural, por famílias de agricultores que compartilham seu estilo de vida com os habitantes dos centros urbanos. Essas famílias, com a manutenção de suas atividades agropecuárias, passam a oferecer serviços, respeitando e valorizando a cultura local e o meio ambiente. Com o aumento da demanda turística, este tipo de turismo pode trazer benefícios para o espaço rural, entre eles, verifica-se o estímulo à conservação do meio ambiente, a preservação da fauna e flora, entre outros. Almeida e Blos (2000) esclarecem o argumento ao afirmar que na atividade turística é necessário organizar todos os recursos disponíveis, os espaços agrários e naturais, os patrimônios histórico, arquitetônico, cultural e social e transformá-los em um único produto turístico agregando ainda outros serviços inerentes à atividade turística, como hospedagem, lazer e pessoal capacitado.

Economicamente, individuam-se benefícios para a comunidade receptora, as famílias rurais passam a ter uma segunda fonte de renda, agregando valor aos produtos tipicamente produzidos na propriedade, um exemplo são os doces em compota e queijo.

O desenvolvimento do agroturismo no campo gerou modificações no espaço rural, que, como mencionado, antes tinha sua base de produção pautada basicamente nas atividades agrícolas e agropecuárias e, a partir das últimas

---

<sup>10</sup> "A maioria são empresas familiares e podem representar uma renda complementar bem além da qual a família ganha através da agricultura, comércio, ou atividades de construção".

décadas, com o avanço tecnológico, teve de se reinventar. O agroturismo apareceu como uma das diversas atividades de complementação de renda e difere-se do turismo rural por uma série de fatores.

Para Beni (apud TURISMO VISÃO E AÇÃO, 2000, p. 9), agroturismo é a “denominação dada ao deslocamento de pessoas a espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite, para a fruição dos cenários e observações, vivências e participação nas atividades agropastoris”.

De acordo com Beni (2003) e Tulik (1997), o agroturismo ocorre somente em propriedades produtivas. A principal diferença em relação ao turismo rural está na participação dos hóspedes em atividades agropastoris rotineiras ou simplesmente pela observância das mesmas, assim, configurando um atrativo. No agroturismo, os turistas têm a possibilidade de participar da “lida” e de tarefas domésticas típicas do campo como, por exemplo, a colheita, a ordenha, o preparo de pratos típicos, o cultivo, cuidados com o rebanho, etc. E, quanto ao número de ocupação desses estabelecimentos, deve se tomar cuidado para que não interfira na qualidade do trabalho rotineiro. A motivação desse tipo de turista ao procurar este segmento do turismo está na experiência de viver a rotina do campo.

Outro ponto muito importante levantado por Beni (2003) é que, no agroturismo, a atividade agropastoril é a principal fonte de renda da propriedade, sendo o turismo apenas uma renda complementar. Esta questão torna-se muito importante, pois, caso o empreendedor abandone a atividade primária, sua propriedade sofre uma descaracterização, perdendo a ruralidade e, por consequência, a atratividade.

No entanto existem autores que não consideram a participação do hóspede nas lidas do campo uma prerrogativa para o agroturismo, é o caso de Silva et al. (2000), em um conceito detalhado da atividade para o caso brasileiro, ao afirmar que:

Atividades internas à propriedade – *on farm* -, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em maior ou menos intensidade, devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e bens não materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, as puro, etc.), a partir do “tempo livre” das famílias agrícolas, com eventual contratação de mão de obra externa. (SILVA et al., 2000, p.20-21).

Os mesmos autores citam como atividades associadas ao agroturismo: o pesque e pague, a fazenda-hotel, a pousada, a fazenda de caça, o restaurante típico, o artesanato, as vendas diretas do produtor, a industrialização de produtos do campo e atividades de lazer associadas à retomada do estilo de vida no campo.

Rodrigues (2000) propõe ainda outra classificação, ao associar a atividade turística ao período histórico pelo qual a propriedade rural passou, destacando, no caso brasileiro, os seguintes ciclos: gado, cana-de-açúcar, ouro e diamante, café e imigração europeia, sendo o último ciclo o principal identificado nas propriedades com as quais este estudo se preocupa. Ainda, classifica o turismo em dois grandes grupos: turismo rural contemporâneo, onde se identifica a presença de equipamentos instalados a partir da década de 1970 e podem se apresentar na forma de pousadas rurais, SPAS rurais, segunda residência e *campings* e turismo rural tradicional, onde as instalações remetem à história do país.

## **6 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS – O TURISMO NO ESPAÇO RURAL COMO ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE GERAÇÃO DE RENDA E OCUPAÇÃO NÃO AGRÍCOLA NO COREDE DAS HORTÊNSIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL**

Este capítulo foi destinado à discussão e análise dos dados levantados através de pesquisa de campo, por meio de um censo realizado em todas as propriedades ativas em relação à atividade turística nos municípios do Corede das Hortênsias. Cabe salientar que o censo realizado levou em consideração as propriedades cadastradas na Secretaria Estadual de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul, em consulta previamente realizada, conforme foi citado no processo metodológico do presente estudo.

A análise foi realizada em partes, de acordo com o tema abordado na entrevista realizada com os proprietários rurais. A apresentação dos resultados foi feita em oito partes, como elencadas na sequência:

- Parte I      Quanto à atividade turística
- Parte II     Dados de identificação dos proprietários e da propriedade
- Parte III    Informações sobre a atividade primária
- Parte IV    Informações sobre a infraestrutura
- Parte V     Empregos fixos e temporários
- Parte VI    Potencial turístico da propriedade;
- Parte VII   Motivação e permanência na atividade turística
- Parte VIII  Estágio das atividades turísticas desenvolvidas nas propriedades

### **6.1 QUANTO À ATIVIDADE TURÍSTICA**

Com o intuito de responder a um dos objetivos específicos desta pesquisa, foram analisadas as propriedades rurais que fazem parte do objeto deste estudo quanto à atividade turística exercida.

De acordo com Criado et al. (2003), existem muitas razões para que proprietários rurais introduzam o turismo em seus estabelecimentos, o principal é a diminuição da renda proveniente da agricultura, já que a atividade turística no espaço rural aumenta a receita, agrega valor e diversifica a atividade econômica.

Dessa forma, as propriedades investigadas foram divididas em dois grupos, as que praticam o agroturismo, na qual a atividade turística é complementar à primária; e as que praticam o turismo rural, nas quais o turismo é a atividade principal. Conforme Beni (apud TURISMO VISÃO E AÇÃO, 2000) essa classificação pode ser definida de acordo com a receita anual mencionada pelo proprietário rural em relação aos setores primários e terciários.

Pode-se verificar no gráfico que segue que o turismo rural é o mais praticado no Corede das Hortênsias.

**Gráfico 2 - Classificação da atividade turística total**



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

De acordo com o gráfico, observa-se que 80% das propriedades rurais ativas da região têm como principal fonte de renda e ocupação o turismo e apenas 20% das propriedades possuem o primeiro setor como atividade econômica predominante.

Para elucidar ainda mais a diferença entre as duas tipologias de turismo no espaço rural, ainda de acordo com Beni (apud TURISMO VISÃO E AÇÃO, 2000), existem dois aspectos que distinguem o agroturismo do turismo rural. Primeiramente, a produção agropastoril em escala econômica representa o maior rendimento da propriedade, ficando o turismo como uma receita extra para a família. O segundo ponto é que as atividades agropastoris representam o principal diferencial turístico, os turistas podem praticar e vivenciar a vida no campo da maneira mais autêntica possível.

Segundo Cavaco (1996, p.109.) “pela motivação dos que o praticam, o turismo rural é um turismo de espaços naturais e, sobretudo de espaços

humanizados, ativo ou apenas contemplativo”. É de fato o que se percebe na região, o turismo praticado na grande maioria das propriedades do COREDE das Hortênsias se dá em um espaço natural, contemplativo e extremamente humanizado, com grande participação das famílias proprietárias e, ainda, ativo enquanto motor de desenvolvimento local.

É importante observar que a região das Hortênsias, que compreende os municípios de Gramado, Canela, Nova Petrópolis e São Francisco de Paula, teve seu aparecimento no cenário turístico nacional de uma forma consistente desde os meados da década de 1980, ou seja, antes mesmo do Corede das Hortênsias ter sido instituído. Este histórico de envolvimento com o turismo garantiu à região uma maior atenção e conseqüentemente maiores investimentos nos mais diversos segmentos da atividade. A partir dessa década, a região passou a caracterizar-se como um destino de férias e negócios, atraindo turistas de vários segmentos e de diversas faixas socioeconômicas, em todos os períodos do ano.

Segundo Veiga (2002), é o processo de volta às “riquezas naturais”, onde os encantos da vida – beleza, tranquilidade, e segurança – são muito valorizados, em especial, por turistas. Foi esta a situação que permitiu que as propriedades abrissem suas portas para o turismo e que conseguissem faturar mais com esta atividade do que com aquelas ligadas ao primeiro setor. Por serem na grande maioria propriedades pequenas, estas não conseguiam grandes montantes econômicos apenas com atividades primárias. De acordo com Oliveira (2001), o turismo rural está em ascensão em todo país pela,

[...] necessidade que o produtor rural, dono de terras e dos meios de produção, tem de tentar diversificar sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos; e a vontade de algumas pessoas, principalmente moradores das grandes cidades, têm de reencontrarem suas origens e permanecerem mais perto da natureza, convivendo e conhecendo a vida calma e a tranquilidade do campo, seus hábitos, tradições e costumes. (OLIVEIRA, 2001, p. 279).

É o que foi encontrado nas entrevistas realizadas com os proprietários rurais do Corede das Hortênsias, por um lado, a dificuldade de geração de renda a partir das atividades agropastoris e a introdução da atividade turística como fonte extrarreceita e, por outro lado, o turista oriundo de grandes centros urbanos e sua necessidade de resgatar suas origens e estar perto da ruralidade.

## 6.2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS E DA PROPRIEDADE

Sabe-se que a atividade turística se dá em um território, no caso específico deste estudo, um território rural. Nas últimas décadas, esse espaço vem sofrendo diversas alterações físicas, espaciais, devido a um transbordamento das cidades e isso faz com que as pessoas que neste espaço vivem também alterem seus padrões de comportamento. De acordo com Posada:

Dicha implantación territorial puede producirse en diferentes tipologías de espacios, entre los cuales están las áreas rurales, que se encuentran en un proceso de transformación en el que no sólo se producen cambios en los aspectos físicos o funcionales, pasando dichas áreas de ser espacios para la producción a espacios para el consumo (POSADA, 1999, p. 71).<sup>11</sup>

Dessa forma, faz-se necessário explicitar a localização das propriedades visitadas para que se saiba o quão distantes essas se localizam dos grandes centros urbanos da região, em especial, da capital, Porto Alegre.

A tabela 3 apresenta a localização das propriedades que fizeram parte do presente estudo. A maior parte das propriedades se encontra no município de Nova Petrópolis (30%), município que fica 75,53km da capital, Porto Alegre, em seguida, os municípios de Cambará do Sul, Canela e São Francisco de Paula (20%) se encontram a 193km, 141km e 117km respectivamente de distância da cidade de Porto Alegre. Jaquirana possui 10% e fica a 152,7km da capital. Não foram encontradas propriedades rurais ativas em relação à atividade turística em Gramado e Picada Café, credenciadas na Secretaria Estadual de Turismo.

---

<sup>11</sup> "Essa implantação territorial pode ocorrer em diferentes tipologias de espaços, entre os quais estão as áreas rurais, que estão em um processo de transformação no qual existem não só as alterações nos aspectos físicos e funcionais, mas também, essas áreas passam a ser espaços de produção e de consumo".

**Tabela 3 -Tabela 3 – Localização das propriedades ativas**

Município	Freq.	%
Nova Petrópolis	3	30%
Canela	2	20%
São Francisco de Paula	2	20%
Cambará do Sul	2	20%
Jaquirana	1	10%
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Pesquisa de Campo 2014

Fica evidente a proximidade de todas as propriedades da cidade de Porto Alegre já que estão a um raio de 200km, por um lado, isso se torna um grande facilitador da atividade turística, na medida em que os visitantes não encontram grandes dificuldades no acesso às cidades em que estas propriedades se localizam, de acordo com Martinez e Monzonis (2000, apud SANTOS, 2008, p.133),

[...] a partir de los datos de la OCDE (Organización para a Cooperación e Desenvolvimento Económico), que en el contexto europeo cerca de 68% de las personas que utilizan los servicios de turismo rural hacen su traslado en auto, lo que refleja la importancia de la conservación adecuada de los caminos vecinales.<sup>12</sup>

Esta situação é similar a das propriedades estudadas, pois está relacionada, segundo esses autores, às próprias características da atividade e do perfil dos turistas.

Por outro lado, a proximidade faz com que a dicotomia rural/urbano se esvaia, tornando cada vez mais difícil a manutenção de características fundamentais para o Turismo no espaço rural, que, de acordo com Martín e Martínez, são as de:

[...] “un espacio sometido a factores condicionantes de carácter físico, como la orografía, el clima, la disponibilidad de agua, suelos, vegetación, y de carácter socioeconómico como la población, el poblamiento, el sistema productivo, las actividades agropecuarias, las actividades no agrarias, los equipamientos e infraestructuras, la accesibilidad y las políticas con incidencias en el medio rural” (MARTÍN; MARTÍNEZ, 2002, p. 131).<sup>13</sup>

<sup>12</sup> "A partir dos dados da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que mostram que no contexto europeu cerca de 68% das pessoas que usam os serviços de turismo rural realizam a viagem de carro, refletindo a importância da manutenção adequada das estradas."

<sup>13</sup> "Um espaço submetido a fatores condicionantes físicos, como a topografia, clima, disponibilidade de água, solo, vegetação, e de fatores socioeconômicos como população, o sistema de produção, as atividades agrícolas, atividades não agrícolas os equipamentos de infraestrutura, acessibilidade e políticas com incidência nas áreas rurais."

Já a tabela 4 apresenta a área das propriedades investigadas. Em relação à área das propriedades, a menor propriedade tinha 1,2ha e a maior possuía 900ha. A média das áreas foi de 171,7ha. Como se pode observar na tabela, a maior parte das propriedades (70%) tinham menos de 50ha e apenas 30% possuíam mais de 51ha. Cabe salientar que 20% das propriedades visitadas possuíam área maior do que 400ha, o que elevou a média da área em hectares significativamente, na sua grande maioria, o estudo abrangeu pequenos produtores. Esses dados apontam que houve um empobrecimento dos proprietários rurais do Corede das Hortênsias e de todo o Brasil nos últimos anos, isso os levou a buscar alternativas de geração de fonte de renda na atividade turística.

Para corroborar esta constatação, Veiga (2002) traz a seguinte afirmação:

Alguns pesquisadores dizem que no Brasil há excesso de agricultores. Ao examinarem as contas dos que dispõem de menos de 100 hectares, notam que nem um terço tira das lavouras renda familiar superior a dois salários. Deduzem daí que metade desses 4,3 milhões de estabelecimentos não tem condições de sobreviver. (VEIGA, 2002, p.109).

**Tabela 4 - Área das propriedades do Corede das Hortênsias em hectares (ha)**

Área em hectares	Freq.	%
1-50ha	7	70%
51-100ha	1	10%
101-ou mais ha	2	20%
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Pesquisa de Campo 2014

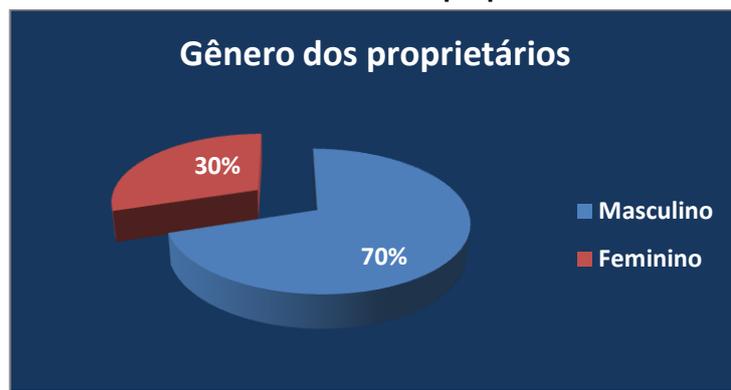
O gráfico 3 apresenta o gênero dos proprietários rurais dos estabelecimentos investigados no Corede das Hortênsias. Como verificado, 70% são homens e 30% são mulheres. Esses números apontam algo muito importante, um aumento significativo na participação da mulher como proprietária rural, algumas delas por se encontrarem sem outra opção após o falecimento de seus cônjuges e outras por receber as terras como herança de seus pais. De qualquer forma, ao invés de se desfazer destes bens imóveis, estas estão cada vez mais cuidando e tocando estes empreendimentos.

Segundo Dieguez-Castrillon et al. (20012, p.372):

Durante os últimos anos coexistem dois fenômenos no âmbito rural: por um lado, a execução de novas propostas e medidas de desenvolvimento e reestruturação rural e, por outro, a incorporação das mulheres ao âmbito econômico, social e laboral. O papel tradicional da mulher no rural estava associado fundamentalmente às explorações agrárias e às atividades artesanais, em grande medida realizadas no lar e em benefício dele, sem vinculação direta a compensações e rendimentos, com horários totalmente flexíveis, e compatibilizados com o trabalho doméstico. No quadro da reestruturação econômica, da diversificação das rendas familiares e do desenvolvimento rural, aparecem novas atividades como o turismo rural além de se gerar o processo de incorporação das mulheres às mesmas.

Pôde-se perceber que a participação das mulheres no Corede das Hortênsias está diretamente ligada à inserção da atividade turística na região, por tratar-se de turismo rural, suas propriedades têm como principal fonte de renda o turismo e são elas quem gerenciam a atividade.

**Gráfico 3 - Gênero dos proprietários**



Fonte: Pesquisa de Campo 2014

A tabela 5 relaciona ao gênero o estado civil dos proprietários. É possível que as mulheres sigam com o empreendimento e que mantenham as terras herdadas por serem casadas já que 60% dos proprietários são casados. Nestes casos, percebe-se que na maioria das propriedades a mulher fica mais a par da atividade turística e que o homem toma conta das atividades relacionadas ao primeiro setor e da administração da propriedade. Na Espanha, pode-se perceber o mesmo processo através do texto de Sampadero e Camarero (2007, p.139)<sup>14</sup>:

<sup>14</sup> "Na atividade de mulheres entrevistadas está difuso o trabalho produtivo e reprodutivo, de modo que as mulheres devem cumprir o dever feminino de cuidado e assistência à família como condição para assumir a gestão do negócio, e até mesmo, por vezes, a razão oculta para fazê-lo"

[...] en la actividad de las mujeres entrevistadas se entremezcla constantemente el trabajo productivo y reproductivo, de forma tal que cumplir con el deber femenino de atención y cuidado de la familia es la condición *sine qua non* para asumir la gestión Del negocio, e incluso em ocasiones, la razón oculta para hacerlo.

**Tabela 5 - Estado civil dos proprietários rurais**

Estado Civil	Total	
	Freq.	%
Casados	6	60%
Viúvos	3	30%
Separado(a)/ Divorciado(a)	1	10%
Solteiro(a)	0	0%
Total	10	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo 2014

A tabela 6 elenca a escolaridade dos proprietários. A maior parte destes possui o terceiro grau completo (60%), sendo um desses na área das ciências agrárias. Percebeu-se também que não havia proprietários com o primeiro grau incompleto, e que 90% possuía ao menos o segundo grau completo. Estes números apontam para um nível de escolaridade alto que de acordo com as entrevistas se dá pela proximidade das propriedades de centros urbanos e, conseqüentemente, de grande oferta de redes de ensino.

**Tabela 6 - Escolaridade dos proprietários rurais**

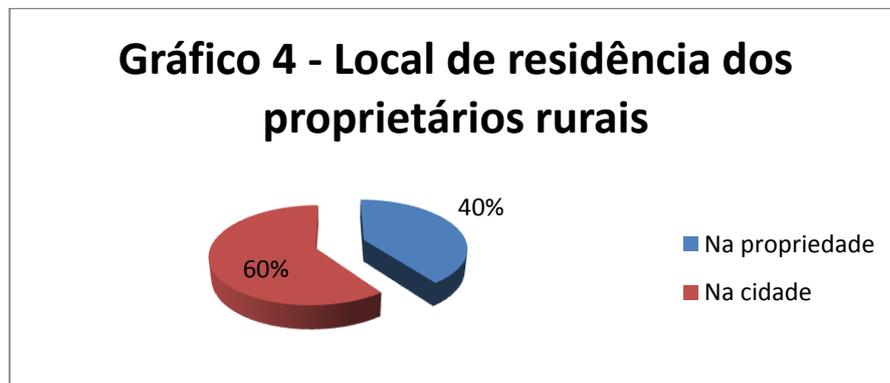
Escolaridade	Total	
	Freq.	%
1º Grau incompleto	0	0%
1º Grau completo	1	10%
2º Grau incompleto	0	0%
2º Grau completo	3	30%
3º Grau incompleto	0	0%
3º Grau completo	5	50%
3º Grau completo nas áreas das agrárias	1	10%
Pós Graduado	0	0%
Total	10	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo 2014

O gráfico 4 representa o local de residência dos proprietários rurais entrevistados. Detectou-se que a maioria deles, 60%, vive nos centros urbanos mais próximos à propriedade e que apenas 40% vive na própria propriedade rural. De acordo com Veiga (2002, p.111),

[...] um indicador do caráter multissetorial da renda dos agricultores é o local de residência. O censo agropecuário de 1995/6 mostrou a enorme frequência com que os agricultores (proprietários rurais) não moram no estabelecimento e sim em “zona urbana”.

**Gráfico 4 – Local de residência dos proprietários rurais**



Fonte: Pesquisa de campo 2014.

A tabela 7 indica o local de residência dos filhos dos proprietários rurais, pode-se destacar que a grande maioria (71,42%) mora no estado do Rio Grande do Sul, pois ainda vivem com os pais por estarem em idade escolar ou cursando a faculdade. Nas entrevistas, pôde-se verificar que o grau de escolaridade, muito alto para os pais, vai se perpetuar nos filhos que almejam uma ligação restrita entre vida profissional e acadêmica.

Tabela 7 - Local de residência dos filhos

Residência	Total	
	Freq.	%
Rio Grande do Sul	20	71,42%
Santa Catarina	4	14,28%
Paraná	2	7,14%
Argentina	1	3,57%
Suíça	1	3,57%
Total	28	100,00%
Não obteve resposta	0	

Fonte: Pesquisa de Campo 2014

Nota: Múltipla resposta

### 6.3 INFORMAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE PRIMÁRIA

Quanto à atividade primária, cabe salientar que é muito importante a manutenção da mesma a fim de garantir a ruralidade da propriedade, por conseguinte, da atratividade quanto produto turístico, de acordo com Castanheira (2001), quando a atividade tradicional é abandonada em decorrência da inserção de uma atividade não agrícola, como o turismo, o risco de haver uma descaracterização e, com isso, perda da atratividade é muito grande.

Dessa forma se torna possível o incremento da renda através da valorização dos produtos gerados na propriedade. De acordo com as entrevistas, foi possível notar que há um valor agregado nesses produtos, na região foi verificada a comercialização de geleias, doces em calda, compotas variadas, queijos, vinhos orgânicos, entre outros produtos. De acordo com Schneider e Fialho (2000), existe uma possibilidade inerente a essa prática, que é a criação de um mercado local para consumo desses insumos, possibilitando um real aumento na renda mensal das famílias rurais. Os mesmos autores seguem:

Esse mercado pode ser explorado através de produtos característicos da região e que tenham qualidades diferenciadas em relação aos encontrados no comércio varejista tradicional. Um exemplo, já bem sucedido em várias iniciativas deste tipo, é a venda de produtos sem agrotóxicos que enfatizam as qualidades protéicas do consumo de alimentos naturais. Além disso, este tipo de produção, por requer maiores tratamentos culturais e ocupar mais tempo de trabalho do agricultor, em geral, acaba se constituindo em um “nicho” cuja viabilidade se dá, em larga medida, embora não exclusivamente, em função dos preços mais altos pagos por consumidores de maior poder aquisitivo. (SCHNEIDER; FIALHO, 2000, p.20).

Pôde ser verificado, nas visitas às propriedades onde o turismo é desenvolvido, que ocorre uma aproximação entre o turista oriundo dos centros urbanos e os produtores mediante os alimentos orgânicos produzidos e outros produtos, essa prática favorece os dois lados, pois elimina valores de transporte e revenda praticados pelos mercados e feiras e possibilita que o preço fique bom para todos.

Quanto à pecuária, na tabela 8, é apresentado o tipo praticado nas propriedades rurais investigadas. A principal atividade encontrada no Corede das Hortênsias é a bovinocultura, com destaque para o gado de cria e leiteiro encontrados em 80% das propriedades pesquisadas, na grande maioria das propriedades, essa prática visa o consumo interno e algum tipo de faturamento com o excedente, por exemplo, na produção de queijos artesanais. Destaca-se aqui que as propriedades visitadas possuem a agropecuária de subsistência familiar e como atrativo turístico. Em apenas 20% dos estabelecimentos (conforme gráfico 2), o primeiro setor é de fato a fonte principal de renda familiar, nestes casos, a criação de bovinos é o principal segmento explorado, gerando montantes importantes dos quais o turismo se torna um complemento.

Verificou-se que em 30% das propriedades foi observada a presença da uva, muito comum na região para a fabricação caseira de vinho orgânico que é vendido aos turistas por preços muito competitivos. A apicultura foi encontrada em apenas 10% das propriedades visitadas, neste caso, a venda de mel orgânico foi identificada como um complemento da renda familiar.

**Tabela 8 - Atividade primária nas propriedades**

Atividades agropastoris	Total	
	Freq.	%
Bovinos de corte	1	10%
Bovino de cria	8	80%
Bovinos de leite	8	80%
Ovinos para carne	1	10%
Ovinos para consumo interno	3	30%
Ovinos para lã	3	30%
Apicultura	1	10%
Plantação de cítricos	1	10%
Plantação de uva	3	30%
Não tem	2	20%
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa de campo 2014

Nota: Múltipla resposta

#### 6.4 INFORMAÇÕES SOBRE A INFRAESTRUTURA

De acordo com as entrevistas e visitas realizadas, foi verificado que no Corede das Hortênsias já existem alguns movimentos importantes partindo de diversos atores sociais no sentido de melhorar a infraestrutura da região.

De acordo com Graziano da Silva, Vilarinho e Dale (1998) e Campanhola e Graziano da Silva (1999), a comunidade local, na maioria dos casos, também, é muito favorecida por iniciativas de expansão e consolidação do turismo no espaço rural devido à realização de obras de melhoria de infraestrutura e pela criação ou aperfeiçoamento dos serviços oferecidos, tais como o saneamento básico, a pavimentação de estradas, o acesso às telecomunicações, a recuperação de áreas degradadas, a conservação de parques e reservas florestais, etc.

A tabela 9 apresenta a infraestrutura básica das propriedades visitadas, em relação à distribuição de luz, a empresa privada RGE é a maior fornecedora com 100% de abrangência. A voltagem é 220 volts em todas as propriedades. Já na tabela 10, destaca-se o abastecimento de água, em que 40% das propriedades utilizam o poço artesiano como forma de economizar na conta de água, este abastecimento é realizado pela empresa Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN).

Importante ressaltar que apenas 10% das propriedades possuem uma nascente e podem contar com o benefício de beber água pura diretamente da fonte. Nesse caso, foi verificada, pela entrevista, a insatisfação da proprietária em relação à falta de conscientização dos turistas, a reclamação de que esses jogam dejetos nas trilhas e que o lixo vai parar nos córregos e, por consequência, poluem a água, o que vai ao encontro da afirmação de Campanhola e Graziano da Silva (1999), que afirmam que com o crescimento da demanda turística em comunidades que não estão totalmente prontas para isso pode causar sérios danos ao meio ambiente, os autores citam, como exemplo, o caso de uma pequena comunidade receptora que não possui uma rede de esgotos satisfatória para atender toda população (visitantes e residentes). Nesse exemplo, ocorre exatamente o mesmo que foi verificado nas entrevistas, aumento da poluição das águas advindo do lançamento de dejetos nos rios. Essa situação, com o tempo, pode levar à total poluição do rio e, por consequência, a perda de atratividade turística do equipamento em questão.

**Tabela 9 - Infraestrutura básica das propriedades (energia elétrica)**

Infraestrutura básica	Total	
	Freq.	%
Gerador	0	0%
CEE	0	0%
RGE	10	100%
Outra	0	0%
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa de campo 2014

Nota: Múltipla resposta

**Tabela 10 - Infraestrutura básica das propriedades (abastecimento de água)**

Infraestrutura básica	Total	
	Freq.	%
Vertente	1	10%
CORSAN	10	100%
Poço Artesiano	4	40%
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa de campo 2014

Nota: Múltipla resposta

## 6.5 EMPREGOS FIXOS E TEMPORÁRIOS

O presente subitem tem como intuito responder a mais um objetivo específico ao qual este estudo se propõe — que é o de estabelecer o perfil da geração de empregos fixos, temporários e renda nos setores primário e terciário nos Corede das Hortênsias do estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

De acordo com Lage e Milone (2000), não é todo o empreendimento turístico que tem por objetivo direto a geração de emprego, mas, com certeza, esse é um dos resultados mais comuns, isso porque o turismo, por ser uma atividade que pertence ao setor de serviços, tem como característica gerar novas vagas de trabalho e diferentes tipos de ocupações. Para esses autores, os empregos gerados pelo desenvolvimento da atividade turística podem ser divididos em três categorias:

A. Empregos diretamente relacionados com a direção e o funcionamento da indústria turística.

B. Empregos resultantes do desenvolvimento da indústria turística, como transportes, agricultura, bancos, etc.

C. Empregos indiretos criados pelo turismo, que surgem derivados do montante de recursos obtidos pelas atividades produtivas dos residentes locais.

Segundo o que foi verificado no Corede das Hortênsias, grande parte dos empregos diretos gerados pela atividade turística exige mão de obra pouco qualificada, o que quase sempre também representa salários mais baixos. Lage e Milone (2000) esclarecem que, por essa razão, o turismo, torna-se uma atividade com potencial para ser explorada nas áreas rurais, uma vez que a população rural, em geral, é pouco qualificada e muitas vezes receptiva a esses baixos níveis de ganho monetário.

Por mais contraditório que pareça, esse fato pode ser visto como um ponto positivo da atividade, pois a absorção, principalmente, da mão de obra mais jovem residente no meio rural, pode, inclusive, reduzir ou retardar a saída dos mesmos para a cidade, diminuindo bastante o êxodo rural. Para Carneiro (2008, p.21), “encontram-se, sobretudo, para os jovens rurais oportunidades de postos de trabalho alternativos e/ou complementares, que colaborariam para que estes permanecessem no campo através da pluriatividade”.

Entretanto existem outros pontos importantes a serem levantados quando se fala em ocupação e emprego no turismo no espaço rural. Por um lado, verifica-se que o turismo pode alavancar a produção de produtos alimentícios tanto para os

visitantes quanto para o comércio local. Por outro lado, deve-se levar em conta que a agricultura, ao invés de ser estimulada e desenvolvida pelo turismo, pode ser substituída pelas muitas outras atividades advindas desse que são, às vezes, mais rentáveis, perdendo a competição em termos de trabalho e área destinada.

Na tabela 11, há um comparativo entre o número de empregos fixos e temporários nas propriedades investigadas. Como se pode notar em relação ao número total de vagas oferecidas, 42,1% são temporárias para os três modelos. No tocante a empregos fixos, Veiga explica a pequena ocorrência da dupla jornada de trabalho do modelo dois da seguinte forma: “[...] principalmente porque o sucesso desses negócios resulta justamente da redução de subemprego de mão de obra familiar em função do simultâneo aproveitamento de oportunidades complementares de geração de renda”. (VEIGA, 2002, p.209).

No modelo um, detectou-se a predominância dos empregos fixos gerados pelo 1º setor, tradicionalmente este setor conta com trabalhadores de confiança das famílias que dedicam suas vidas à propriedade. Também a ocorrência de empregos temporários, isso acontece graças ao período da safra da uva na região.

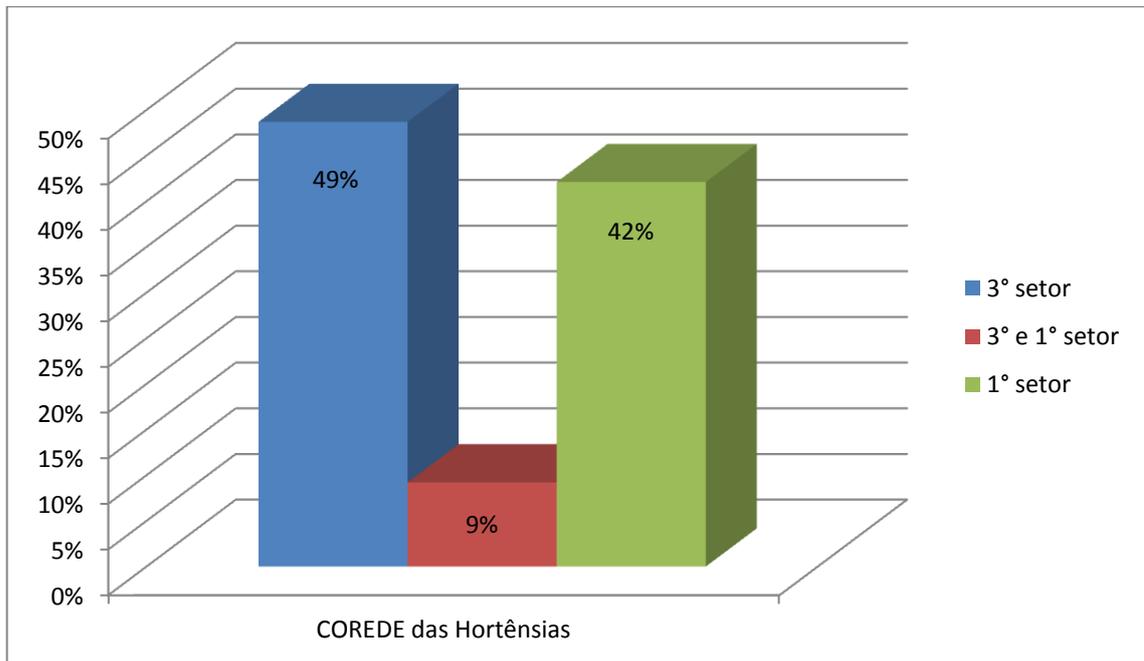
No modelo três, observou-se um volume muito grande de vagas temporárias geradas pelo turismo, isso ocorre pela falta de vínculo empregatício, visto que os proprietários rurais ainda reclamam da sazonalidade da atividade turística. Percebeu-se nas entrevistas que estes trabalhadores são chamados nos períodos de alta temporada ou quando há necessidade de mais mão de obra. Ainda no modelo três, individuou-se que o turismo ainda gera poucos empregos fixos, mesmo que a atividade exercida na região seja, em sua absoluta maioria, o turismo rural.

Tabela 11 - Número de vagas de empregos fixos e temporários

MODELO 1	MODELO 2	MODELO 3	Total de Vagas em
Pecuária e Agricultura (emp. fixo)	Pecuária, Agricultura e Turismo (emp. fixo)	Pecuária e Turismo (emp. fixo)	Empregos Fixos
59,09 % (26)	9,09% (4)	31,81% (14)	100% (44)
Pecuária e Agricultura (emp. temporário)	Pecuária, Agricultura e Turismo (emp. Temporário)	Pecuária e Turismo (emp. temporário)	Total de Vagas em Empregos Temporários
18,75% (6)	9,37 (3)	71,87% (23)	100% (32)
Total Fixo + Temp.	Total Fixo + Temp.	Total Fixo + Temp.	Total de Vagas em Empregos Fixo + Temp.
42,10 % (32)	9,21% (7)	48,68% (37)	100% (76)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014

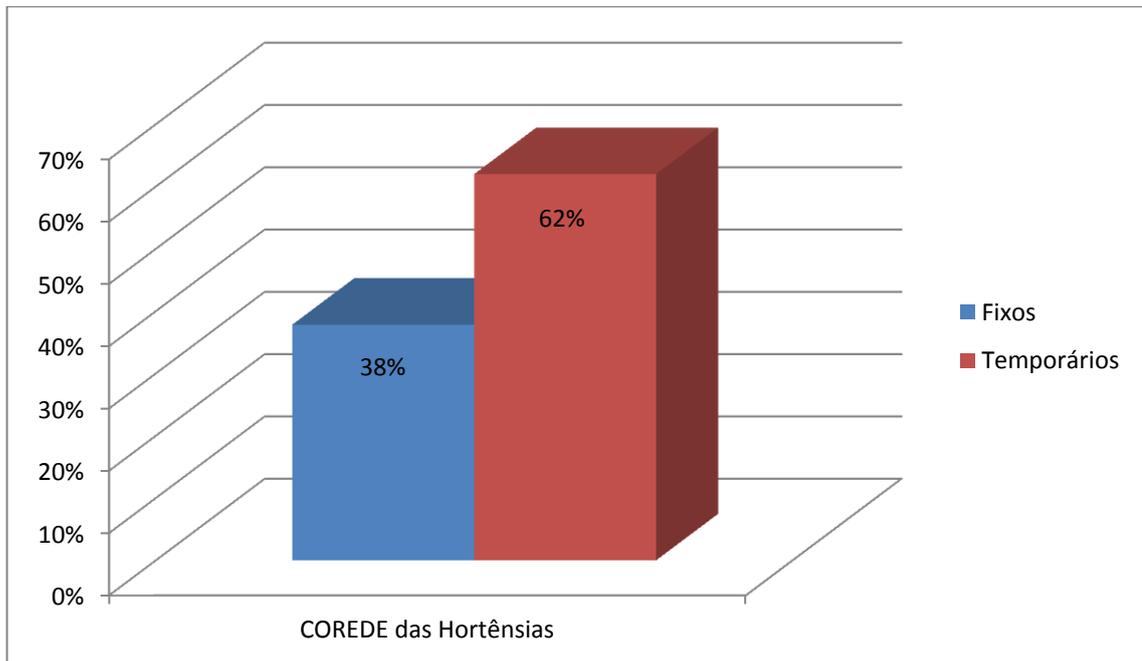
No gráfico 5, pode-se observar que o setor que mais emprega no Corede das Hortênsias, nas propriedades rurais ativas, em relação à atividade turística, é o terceiro setor com quase 49% das vagas, somados ao trabalhadores que possuem jornada dupla e atuam tanto no primeiro quanto no terceiro setor, chegando-se a 58% dos empregos. Esse dado aponta para a profissionalização do turismo rural na região e corrobora a hipótese de que o turismo é uma alternativa na geração de emprego e renda nas áreas rurais dos municípios visitados.

**Gráfico 5 - Setorização dos empregos gerados**

Fonte: Pesquisa de Campo 2014

O gráfico 6 ilustra a quantidade de empregos fixos e temporários gerados pelo turismo no Corede das Hortênsias, ainda verifica-se um maior número de empregos temporários respaldado na falta de constância do rendimento gerado pela atividade, a sazonalidade do turismo foi citada, por grande parte dos entrevistados, como sendo o maior entrave para novas contratações.

**Gráfico 6 - Quantidade de empregos fixos e temporários**



Fonte: Pesquisa de Campo 2014

Para responder um dos objetivos específicos do presente estudo, que como citado anteriormente, pretendia estabelecer o perfil da geração de empregos fixos, temporários e renda nos setores primário e terciário nos Corede das Hortênsias do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, pode-se observar no gráfico que segue a média salarial dos colaboradores. Foi realizado um comparativo desses valores com o Departamento Intersindical de Estudos Econômicos, Sociais e Estatísticos (Dieese) no mês em que as entrevistas foram realizadas a fim de se estabelecer um critério de análise dos salários praticados na região. Cabe salientar que os valores são expressos em dólares por ser um indexador mais durador, para isso, a conversão foi feita a partir de dados retirados da “web page” do Branco do Brasil, cuja média mensal do dólar foi de R\$2,54.

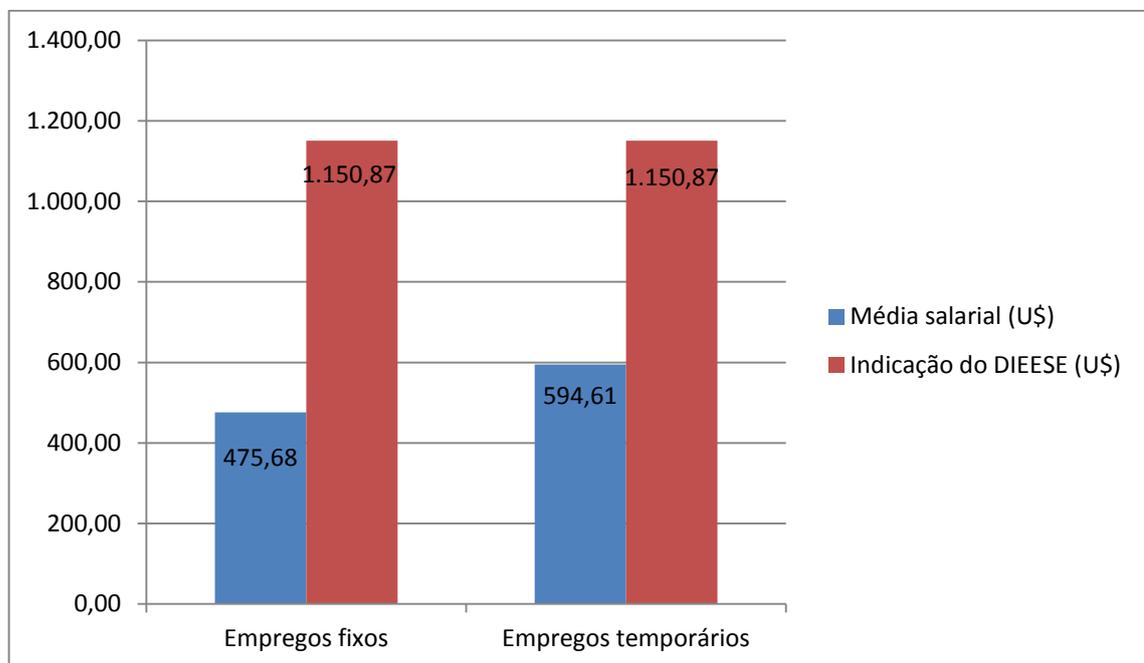
No gráfico 7, observa-se que a média salarial dos empregos fixos e temporários praticada no Corede das Hortênsias é inferior ao indicado pelo Dieese, conforme citado:

A pesquisa da Cesta Básica Nacional (Ração Essencial Mínima), realizada hoje pelo Dieese, em dezesseis capitais do Brasil, acompanha mensalmente a evolução de preços de treze produtos de alimentação, assim como o gasto mensal que um trabalhador teria para comprá-los. Outro dado importante da pesquisa são as horas de trabalho necessárias ao

indivíduo que ganha salário mínimo, para adquirir estes bens. O salário mínimo necessário, também divulgado mensalmente, é calculado com base no custo mensal com alimentação obtido na pesquisa da Cesta.

Percebeu-se que a média salarial dos empregos temporários é mais alta do que a praticada nos empregos fixos, isso se dá porque os proprietários preferem pagar um pouco a mais nos períodos em que precisam mais dos serviços desses colaboradores do que manter o vínculo empregatício durante todo o ano e enfrentar desta forma a sazonalidade.

**Gráfico 7 - Média salarial praticada no Corede das Hortênsias.**



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

## 6.6 POTENCIAL TURÍSTICO DA PROPRIEDADE

A tabela 12 elenca a quantidade de unidades habitacionais que as propriedades dispunham para a atividade turística. Pôde-se perceber que a grande maioria (40%) das propriedades possuía de 1 a 5 unidades habitacionais ou quartos, isso por que grande parte delas não altera a casa principal da propriedade para abrir as portas para o turismo, os turistas pernoitam nos quartos da sede da propriedade e participam efetivamente da vida destas famílias. Em seguida, 20% das propriedades possuíam de 6 a 10 unidades habitacionais ou quartos, este tipo de

propriedade fez investimentos em cabanas ou chalés. Apenas 10% das propriedades possuíam de 11 a 20 unidades habitacionais ou quartos combinando hospedagem na sede principal e chalés e cabanas construídos para o turismo. É importante salientar que 30% das propriedades não possuíam nenhum tipo de opção de hospedagem, estas propriedades recebem visitantes para passar o dia ou reservavam espaços para eventos particulares e corporativos.

**Tabela 12 - Capacidade hoteleira**

Capacidade	Total	
	Freq.	%
1 a 5 U.H. ou quartos	4	40%
6 a 10 U.H. ou quartos	2	20%
11 a 20 U.H. ou quartos	1	10%
Sem hospedagem	3	30%
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Pesquisa de Campo 2014

Na tabela 13, verificam-se os equipamentos de lazer dos quais as propriedades se valem para agregar valor à experiência turística. Pôde-se perceber a importância dada a equipamentos voltados à ruralidade das propriedades como, por exemplo, o fato de 80% das mesmas disponibilizarem aos visitantes cavalos e acompanhamento da vida campeira. Foram encontrados açudes em 50% das propriedades visitadas, bem como se verificou a presença de trilhas ecológicas em 30% dos estabelecimentos.

**Tabela 13 - Equipamentos de lazer**

Equipamento	Total	
	Freq.	%
Trilhas ecológicas	3	30%
Açude	5	50%
Cavalos	8	80%
Lida campeira	8	80%
<i>Playgroud</i> rústico	2	20%
Cachoeira	1	10%
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Pesquisa de campo 2014

Nota: Múltipla resposta

## 6.7 MOTIVAÇÃO E PERMANÊNCIA NA ATIVIDADE TURÍSTICA

De acordo com as entrevistas e em relação à visão dos proprietários rurais, detectou-se que as motivações dos turistas que visitam uma propriedade rural são as mais variadas possíveis. De acordo com Pires (2001, p.57), “ele possui motivações difusas, muitas vezes, difíceis de serem categorizadas. Isso porque as motivações são muitas, todas elas emaranhadas e quase que igualmente importantes para o turista”.

Segundo Zimmermann (1996), o agroturismo e o turismo rural possuem vários fatores que formam o produto turístico a ser oferecido, estes fatores isoladamente podem constituir-se em motivadores da busca do turista pelo campo, são exemplos a própria atividade produtiva, a gastronomia, paisagem, hospedagem, acesso, cultura, clima, lazer, compras e informação.

Já para os proprietários, a motivação de seguir com a atividade turística, para Zimmermann (1996), vem da possibilidade dos turistas comprarem produtos, como doces, compotas, frutas, vinhos caseiros e artesanato da região, trazendo mais uma fonte de renda para o proprietário rural e seus empregados. Além disso, o turismo nas propriedades é uma das raras atividades que permite a venda direta dos produtos agrícolas a preços menores do que os do mercado atacadista.

Quanto à permanência na atividade turística, pode-se observar na tabela 14, elaborada a partir de uma questão aberta, que 80% dos entrevistados gostam de trabalhar com o turismo, em seguida, com 60% das respostas vem o fato de o turismo gerar uma renda adicional para a família. 20% dos entrevistados afirmaram estar tendo sucesso com a atividade turística, bem como afirmaram que a atividade faz com que convivam com pessoas diferentes, já que as rotinas das atividades agropastoris os deixam muito isolados do convívio social.

**Tabela 14 - Motivos para permanecer na atividade turística**

Motivos	Total	
	Freq.	%
Gosta	8	80%
Fonte de renda adicional	6	60%
Está tendo sucesso	2	20%
Conviver com pessoas diferentes	2	20%
Não desperdiçar o investimento	2	20%
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Pesquisa de Campo 2014

Nota: Múltipla resposta

Em relação à tabela 15, por sua vez, verificam-se as dificuldades para a permanência no terceiro setor. Também elaborada a partir de uma questão aberta, a tabela mostra que 80% dos proprietários rurais apontaram a sazonalidade do turismo como o fator mais complicado de se driblar para permanecer com as portas abertas para o turismo. Ainda a respeito das dificuldades de permanência, 60% dos entrevistados elegeram a falta de apoio governamental e as dificuldades de acesso como o principal complicador. Outros 40% indicaram a falta de divulgação um fator importante e relevante nas dificuldades encontradas para se manter trabalhando com o terceiro setor. A distância das propriedades da capital e de centros urbanos foi apontada por 20% dos entrevistados e apenas 10% não relacionaram dificuldades para manter o turismo ativo nos seus estabelecimentos.

**Tabela 15 - Dificuldades para permanecer no turismo**

Dificuldades	Total	
	Freq.	%
Falta de apoio governamental	6	60%
Dificuldade de acesso	6	60%
Não vê dificuldades	1	10%
Falta de divulgação	4	40%
Distância/localização	2	20%
Sazonalidade do turismo	8	80%
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Pesquisa de campo 2014

Nota: Múltipla resposta

Quando perguntados a respeito do período de permanência dos hóspedes em suas propriedades, 80% dos entrevistados indicaram receber turistas para passar o dia, 60% dos visitantes ficam de 1 a 2 noites, 20% permanecem de 3 a 4 noites e apenas 10% ficam mais de 5 noites nas propriedades.

**Tabela 16 - Período de permanência dos hóspedes**

Período	Total	
	Freq.	%
1 a 2 pernoites	6	60%
3 a 4 pernoites	2	20%
Mais de 5 pernoites	1	10%
Passar o dia	8	80%
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Pesquisa de Campo 2014

Nota: Múltipla resposta

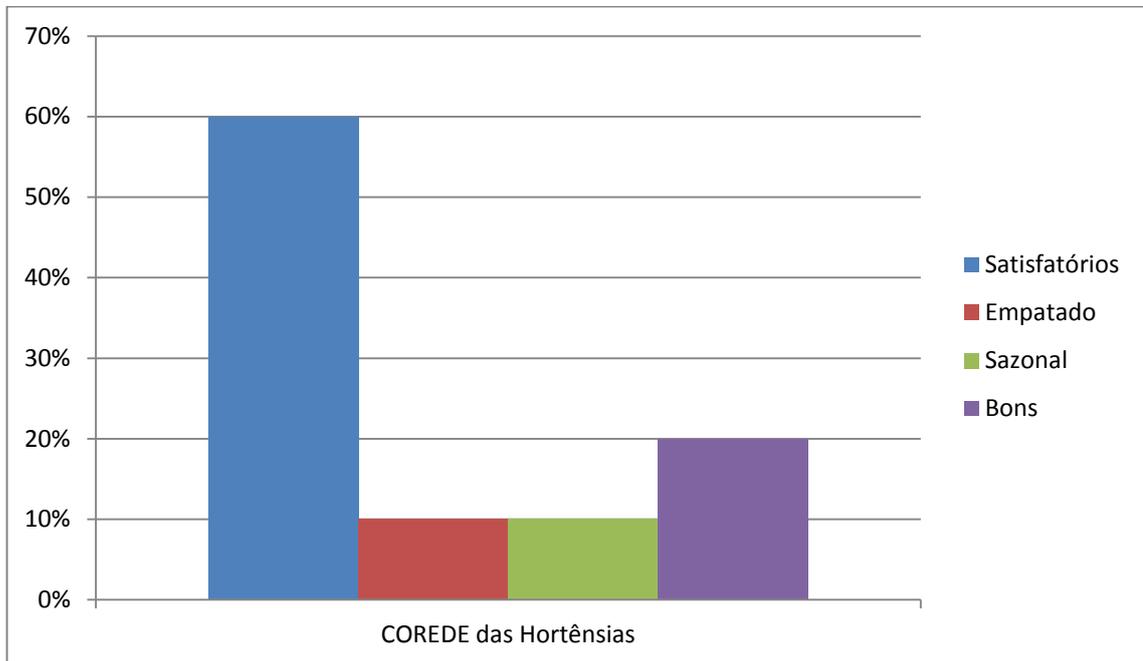
De acordo com a tabela 17, a taxa de retorno dos visitantes das propriedades ativas em relação ao turismo do Corede das Hortênsias evidencia que 80% dos frequentadores retornam de 1 a 2 vezes por ano, enquanto 10% retornam de 3 a 4 vezes ao ano e outros 10% de 4 a 5 vezes por ano.

**Tabela 17 - Retorno dos hóspedes**

Retorno	Total	
	Freq.	%
1 a 2 vezes ao ano	8	80%
3 a 4 vezes ao ano	1	10%
4 a 5 vezes ao ano	1	10%
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Pesquisa de Campo 2014

O gráfico 8 aponta a percepção dos proprietários rurais em relação aos resultados obtidos pelo turismo. Pôde-se verificar que 60% deles se sentem satisfeitos com os resultados, enquanto 20% consideram apenas bons os resultados obtidos. Apenas 10% dos entrevistados apontam que empatam os resultados em relação aos custos que a atividade gera e 10% apontam que depende da época do ano e trazem a sazonalidade da atividade turística como fator importante neste quesito.

**Gráfico 8 - Resultados obtidos pelo turismo**

Fonte: Pesquisa de Campo 2014

## 6.8 ESTÁGIO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS DESENVOLVIDAS NAS PROPRIEDADES

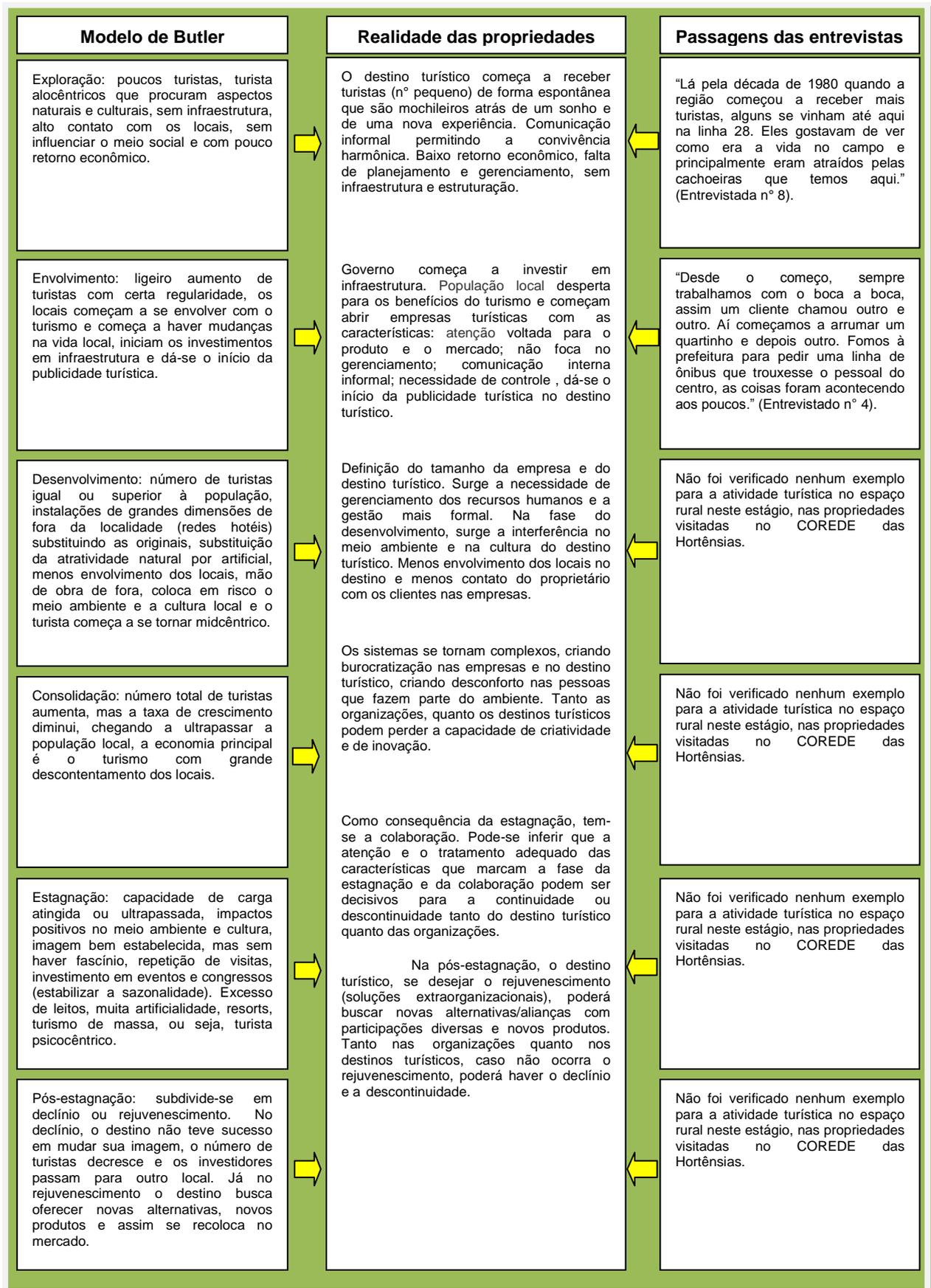
A fim de responder a um dos objetivos específicos ao qual esta pesquisa se propôs, foram resumidos em um quadro os estágios pelo qual a atividade turística passa em um destino de acordo com o modelo teórico desenvolvido por Butler na década de 1980 — ainda muito utilizado nos dias de hoje. Neste mesmo quadro, foram colocados extratos retirados das entrevistas realizadas com os proprietários rurais, que traziam informações importantes e valiosas para que se pudesse evidenciar em qual estágio a atividade turística se encontrava na região.

É importante ressaltar que nem sempre é possível encontrar todas as características de uma fase em um destino, pois se trata de um modelo evolutivo. Dessa forma, podem existir destinos que se encontram passando de uma fase para outra e ainda destinos que possuem algumas características de cada fase do modelo. O que vale é a predominância de características de um modelo para que se possa enquadrar o destino em tal fase.

Pôde-se verificar que o primeiro estágio, da “exploração”, em que poucos turistas chegam até a região de maneira espontânea, estes normalmente são turistas alocêntricos, ou seja, turistas aventureiros, que não se preocupam com roteiros preestabelecidos, que procuram aspectos naturais e culturais, sem se preocupar com a infraestrutura, turismo de alto contato com os locais, sem influenciar o meio social e com pouco retorno econômico foi totalmente ultrapassado na região.

Já a segunda fase proposta por Butler (1980) é a do “envolvimento”, e nessa fase encontra-se a comunidade receptora do Corede das Hortênsias totalmente engendrada. Os motivos foram o início do envolvimento do setor público a fim de suprir as necessidades básicas de infraestrutura como acesso, abastecimento de água e luz, entre outras necessidades, certo aumento no número de turistas e na regularidade de visitas dos mesmos e certo grau de envolvimento da comunidade local que começa a enxergar no turismo alguns benefícios, principalmente econômicos, como a geração de emprego e renda extra.

Figura 3 - Estágio das atividades turísticas desenvolvidas



Fonte: (SOUZA, 2014).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Corede das Hortênsias é uma região muito importante para o estado do Rio Grande do Sul, de imigração italiana, alemã e portuguesa, O Conselho Regional de Desenvolvimento das Hortênsias foi fundado em 26 de julho de 1991, mas foi instituído legalmente pela Lei Estadual nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, e regulamentado pelo Decreto nº 35.764, de 28 de dezembro de 1994 (RIO GRANDE DO SUL, 1994).

Segundo dados da Fundação de Economia e Estatística (2015) do Estado do Rio Grande do Sul, o Corede possui abrangência de sete municípios (Cambará do Sul, Canela, Gramado, Jaquirana, Nova Petrópolis, Picada Café e São Francisco de Paula), nos quais o presente estudo foi realizado com o intuito e com o objetivo geral de verificar se o turismo no espaço rural pode ser considerado atividade complementar de geração de renda e ocupação não agrícola nas propriedades rurais ativas, em relação à atividade turística, do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) das Hortênsias, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

Este objetivo foi alcançado por meio da realização de um censo em todas as propriedades rurais ativas, em relação à atividade turística e credenciadas na Secretaria Estadual de Turismo, conforme mencionado na metodologia da presente pesquisa. Importante salientar que os municípios de Gramado e Picada Café não atenderam aos critérios preestabelecidos e ficaram de fora deste estudo. A pesquisa partiu do pressuposto que o turismo no espaço rural do COREDE das Hortênsias foi inserido nas propriedades rurais como alternativa de aumento da renda familiar. E essa foi a hipótese que se focalizou ao longo da pesquisa de campo, assim, considerando o turismo como importante alternativa na geração de renda e empregos nessa região do estado.

No presente estudo, o universo foi de 10 propriedades ativas. De qualquer modo, a pesquisa teve o mérito de investigar todas as propriedades que se adequavam aos critérios de seleção para a análise realizada.

Verificou-se que o turismo no espaço rural é uma realidade na região, em sua grande maioria, na forma de turismo rural e, em menor quantidade, na forma de agroturismo, dessa forma, chegou-se à resposta para um dos objetivos específicos ao qual esta pesquisa se prestou, que era o de diferenciar as propriedades rurais

ativas que praticam agroturismo daquelas que praticam turismo rural no Corede das Hortênsias do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Percebeu-se que 80% desses estabelecimentos são de turismo rural, o que significa que a fonte de renda principal da família é o turismo. Outros 20% têm o primeiro setor (atividades agropastoris) como provedor fundamental e o turismo entra apenas como complementação da renda.

A pesquisa foi realizada em propriedades de tamanhos bem distintos que variaram de 1,2ha até 900ha, isso demonstra que a investigação se deu em diversos contextos. Importante salientar que, por se tratar de um estudo descritivo, o cruzamento da variável extensão com as demais variáveis não se fez necessário.

De acordo com os dados obtidos, pôde-se traçar um perfil dos proprietários rurais da região e chegar a um significativo aumento da participação feminina neste processo, lugar antes ocupado apenas por homens. Quanto ao grau de escolarização, verificou-se que os proprietários possuem formação elevada e, ao constatar que nenhum tem formação na área do turismo, é possível inferir que isso não é um fator que influencie no início da atividade na propriedade. Uma parcela importante dos entrevistados tem seus rendimentos provenientes do campo e complementa sua renda com o turismo, o que sinaliza que esses proprietários apresentam destreza em administrar suas terras e driblar as adversidades encontradas no primeiro setor. A grande maioria, todavia, encontrou no turismo a saída para esses problemas e manteve as atividades agropastoris apenas como atrativo turístico.

Quanto à pecuária, pôde-se notar, nas propriedades investigadas, que a bovinocultura é a mais recorrente, com ênfase no gado de cria e corte. As propriedades produzem leite para consumo interno e para a satisfação dos visitantes em ordenhar. A criação de suínos e ovinos também foi verificada. No tocante à agricultura, verificou-se a presença de plantio apenas para consumo interno e para o preparo da alimentação incluída na hospedagem. Os proprietários que conseguem manter as atividades agropastoris como principal fonte de renda engordam o gado por possuírem grandes pastagens.

A fim de responder a outro objetivo específico proposto por esta pesquisa, que era o de estabelecer o perfil da geração de empregos fixos, temporários e renda nos setores primário e terciário no Corede das Hortênsias do estado do Rio Grande

do Sul, Brasil, percebeu-se que a atividade turística é geradora de empregos e renda para estas famílias e comunidade mesmo que, na maioria das vezes, com empregos temporários. Veiga (2002) confirma essa afirmação ao colocar que o setor terciário tem oportunizado geração de renda e empregos, enquanto, nos setores primário e secundário, a necessidade de trabalho reduz-se. Na região estudada, o turismo gerou 37 vagas de emprego, sendo 14 fixas. As outras 23 temporárias em muitos casos são realizadas na forma de jornada dupla pelo trabalhador do primeiro setor.

De acordo com os dados analisados, detectou-se que os trabalhadores que possuem vínculo empregatício nos estabelecimentos ganham menos dos que aqueles que trabalham temporariamente. E isso ocorre porque os proprietários preferem driblar a sazonalidade da atividade turística contratando menos colaboradores e sempre que necessário chamando extras para cobrir as funções que são necessárias.

O terceiro e último objetivo específico do presente estudo era avaliar em qual estágio se encontrava a comunidade receptora ativa, com relação à atividade turística no espaço rural, desenvolvida em suas propriedades, para isso, foi elaborado um quadro comparando o modelo TALC, criado por Butler (1980), com extratos retirados das entrevistas realizadas com os proprietários rurais. Com isso se conseguiu claramente estabelecer em que estágio se encontra a atividade turística realizada na região compreendida por esta pesquisa. Por inúmeros motivos como o início do envolvimento do setor público, despertar da população local para os benefícios do turismo e a abertura das portas de empresas locais para a atividade, pôde-se concluir que o turismo se encontra na fase de “envolvimento” na região.

Enfim, este estudo revelou que o turismo no espaço rural é importante alternativa de geração de emprego e renda nas propriedades rurais do Corede das Hortênsias, de tal forma que o turismo rural é a tipologia mais encontrada, na qual a fonte essencial da família é proveniente do terceiro setor, dos serviços. A pesquisa também revelou o perfil da geração de renda tanto no primeiro como no terceiro setor e, ainda, casos em que os dois setores se juntam em uma dupla jornada de trabalho. Por último, evidenciou o estágio em que o turismo no espaço rural se encontra de acordo com um modelo teórico desenvolvido na década de 1980 e que ainda é o mais utilizado nos dias de hoje.

Como esta pesquisa se deteve ao olhar dos proprietários rurais, sugere-se a realização de futuros estudos que incluam também a visão do turista em relação ao turismo rural e agroturismo praticados no Corde das Hortênsias.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Joaquim A.; BLOS, Wladimir. O marketing do turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J.A.; RIEDL, M. **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000, p. 75 – 84.
- ALMEIDA, Joaquim A.; FROELICH, José M.; RIEDL, Mario (Orgs). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Papirus, 2000. (Coleção Turismo).
- ANJOS, F. S. **Agricultura familiar em transformação: os colonos-operários de Massaranduba (SC)**. Pelotas, UFPEL, 1995.
- ATLAS SÓCIO ECONÔMICO. 2011. Disponível em:  
<<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/>>. Acesso em: 09 abr. 2014.
- BAIDAL, Josep A. I. Turismo y espacios rurales: conceptos, filosofías y realidades. **Estudios territoriales**, Buenos Aires, n. 23, p. 59-88, en.-jun. 2000.
- BARBOSA, Andyara Lima. O rural no olhar do turismo: novas possibilidades de desenvolvimento. In: CERETTA, Caroline Ciliene. JASPER, Juliana Rose (Orgs.). **Turismo no Espaço Rural oportunidades e sinergias contemporâneas**. Pelotas: Ed. da UFPEL, 2012, p. 9-17.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- BCB. Disponível em:  
<<http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpsq.asp?id=txcotacao>>. Acesso em: 22 de abril de 2015 às 14h e 22 min.
- BENI, Mario C. **Análise estrutural do turismo**. 2. ed. São Paulo: SENAC, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Análise estrutural do turismo**. 8. ed. São Paulo: SENAC, 2003.
- BLANCO, F. J. Fundamentos de la política comunitaria y española en materia de turismo rural. **Estudios Turísticos**, n. 131, p. 25-49, 1996.
- BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da Pesquisa: monografia, dissertação, tese**. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo: Diretrizes, Metas e Programas**. 2003 – 2007. Brasília, 29/04/2003.

BUTLER, Richard. The concept of a tourist area life cycle of evolution implications for management of resources. **Canadian Geographer**, v. 24, p. 5-12, 1980.

BÜTTENDER, P. L; SIEDENBERG, D. R; ALLEMBRANDT, S. L. Conselhos regionais de desenvolvimento – coredes/rs: articulações regionais, referenciais estratégicos e considerações críticas. In: I CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS. **Anais...** Brasília: CODE/Ipea, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo24.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2014.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro: uma análise estadual: Sul, Sudeste e Centro-Oeste**. Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. v.3.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J.A.; RIEDL, M. **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000, p. 32-46.

CARNEIRO, Maria José. De terra de plantação à terra de lazer. In: CARNEIRO, Maria José. **Ruralidades Contemporâneas modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012, p. 23-50.

\_\_\_\_\_. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.

CASTANHEIRA, Paulo. A inserção da atividade turística na exploração agropecuária. In: OLIVEIRA, Cássio Garkalns de Souza et al. (Ed.). **Turismo no espaço rural brasileiro – Anais do 3º Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. Piracicaba, FEALQ, 2001, p. 41-54.

COMISSÃO EUROPEIA. **LEADER, de uma Iniciativa a um Método: guia pedagógico da acção LEADER**. 2001. Direção Geral de Agricultura, (documento digital). Disponível em: <[http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/dossier\\_p/pt/contents.htm](http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/dossier_p/pt/contents.htm)>. Acesso em: 21 jan. 2014.

COREDES. **Pro-RS IV. Propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Passografic, 2010a.

\_\_\_\_\_. Fórum dos Coredes do Rio Grande do Sul. In: XIII ENCONTRO ANUAL DE AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO DOS COREDES. CARTA DE SÃO BORJA. **Anais...** Documento Impresso. Porto Alegre. 2010b.

CUNHA, Licínio. **Economia e política do Turismo**. Lisboa: McGraw Hill, 1997.

CRIADO, E. A; BAENA, D.M; FERNÁNDEZ, M.M. **Cultura, políticas de desarrollo y turismo rural em el ambito de la globalización**. México: Horizonte Antropológico, 2003.

CROSBY, Arturo; MOREDA, Adela. **Desarrollo y gestión del turismo em áreas rurales y naturales**. Madri: Centro Europeo de Formación Ambiental y Turística. 1996.

DEL GROSSI, Mauro E.; SILVA, José G. **O novo rural: uma abordagem ilustrada**. Londrina, PR: IAPAR, 2002. v.1.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. 5.ed. São Paulo: Futura, 2001.

DIEESE. Disponível em:  
<<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 22 de abril de 2015 às 16h e 35 min.

DIEGUEZ-CASTRILLON, M. Isabel et al. Turismo rural, empreendedorismo e gênero: um estudo de caso na comunidade autônoma da Galiza. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 50, n. 2, p. 371-381, jun. 2012 .

EMBRATUR. **Manual operacional do Turismo rural**. Brasília: EMBRATUR,1994.

\_\_\_\_\_. **O novo rural: uma abordagem ilustrada**. Londrina, PR: IAPAR, 2002. v.2.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. 2011. Disponível em:  
<<http://www.fee.rs.gov.br/>>. Acesso em: 09 abr. 2014.

FLICK, U. Introdução a pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed. 2009.

FROELICH, José M.; RODRIGUES, Ivone da S. A atividade turística e espaço agrário: considerações exploratórias sobre o município de Restinga Seca (RS). In: FULLER, A. M. Part-time farming and the farm family: a note for future research. **Sociologia Ruralis**, v. 23, n.1, p. 5-9, 1990.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GILBERT, D. C. Touristic Development of a Viticultural Regions of Spain. **International Journal of Wine Marketing**, n. 4-2, p. 25-32, 1992.

GIULIANI, Gian. M. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, Ano 5, n.14, p. 59-67, out. 1990.

GRAZIANO DA SILVA, J. et al. Meio rural paulista: muito além do agrícola e do agrário. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.10, n.2, p.60-72, 1996.

HERNÁNDEZ MAESTRO, R., MUÑOZ GALLEGO, P.; SANTOS REQUEJO, L. The moderating role of familiarity in rural tourism in Spain. **Tourism Management**, v. 28, p. 951-964, 2007.

JAFARI, J. La cientifización Del turismo: estudos y perspectivas em turismo. **CIET**, v.3, n.1, p. 7-36, jan. 1994.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 24.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

KOTLER, Philip. **Princípios de Marketing**. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil Ltda., 1998.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Tradução contexto traduções. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2009. (Turismo).

LEAL, Rubens Savaris. **Pluriatividade e Atividades não-agrícolas no Estado do Rio Grande do Sul**: Anos 90. 2004, p. 78. Dissertação (Mestrado em Ciências Rurais) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004.

MAGALHÃES, G. **Introdução à metodologia da pesquisa**: caminhos da ciência e tecnologia. São Paulo: Ática, 2005.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARTÍN, M. A.; MARTÍNEZ, J. Aspectos territoriales del desarrollo rural, comunicación. In: ESPANHA. **Libro blanco de la agricultura y el desarrollo rural**. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 2002.

MAUAD, Talita Marum. **Ciclo de vida setorial**: uma proposta para orientar o desenvolvimento local e as políticas públicas. Brasília: ANPAD, 2005. Disponível em: <[http://dedalus.usp.br/F/RSB3Y1X6BE9LUHXI63RN2QMHKNIQN4YV6KGLEMY65B14MIEYG-04633?func=full-set-set&set\\_number=031442&set\\_entry=000004&format=037](http://dedalus.usp.br/F/RSB3Y1X6BE9LUHXI63RN2QMHKNIQN4YV6KGLEMY65B14MIEYG-04633?func=full-set-set&set_number=031442&set_entry=000004&format=037)>. Acesso em: 11 set. 2013.

MATTEI, L. A relevância da família rural como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade e desenvolvimento rural. In: XLIII ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. **Anais...** Ribeirão Preto, 2005, p. 137-165.

MOESH, Marutschka Martini. O saber fazer turístico. In: GASTAL, Susana. **Turismo**: 9 propostas para um saber fazer. Porto Alegre: Edipucrs, 1999. p.11-28.

MORAES, C. dos S.; SOUZA, M. de. Turismo rural, renda e bem-estar: estudo com agricultores e familiares no município de Salvador do Sul, RS. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, Ano XIV, p. 109-134, jan.-dez. 2007.

MTUR – MINISTÉRIO DO TURISMO. **Caderno de diretrizes para o desenvolvimento do Turismo Rural**. Disponível em: <[http://www.idestur.org.br/download/E\\_Diretrizes\\_TR.pdf](http://www.idestur.org.br/download/E_Diretrizes_TR.pdf)>. Acesso em: 08 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional do Turismo 2007/2010**: uma viagem de inclusão. Brasília, MTur, 2007.

NOVAES, Marlene Huebes. **O turismo no espaço rural de Joinville**, SC, na óptica do planejamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 1999. **Anais...** Piracicaba: FEALQ, 1999. p.194-198.

PANOSSO NETO, Alexandre. **O que é o turismo**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

PRESVELOU, Clio. Ações inovadoras em turismo rural. In: ALMEIDA, J. A.; FROELICH, J. M.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 143-162.

RABAHY, W. A. **Subsídios de uma política de desenvolvimento da atividade turística**: modelos potencial e desempenho real. São Paulo: ECA/USP, 1980.

RÉVILLION, Anya Sartori Piatnicki. A Utilização de Pesquisas Exploratórias na Área de Marketing. **Revista Interdisciplinar de Marketing**, v.2, n.2, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.rimar-nline.org/artigos/v2n2a2.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. 1994, Disponível em: <[http://feedados.fee.tche.br/consulta/unidades\\_geo\\_coredes.asp](http://feedados.fee.tche.br/consulta/unidades_geo_coredes.asp)>. Acesso em: 09 abr. 2014.

RODRIGUES, Adyr B. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, Joaquim A.; FROELICH, José M.; RIEDL, Mario (Orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Papirus, 2000. (Coleção Turismo).

ROZAS, G. Pobreza y desarrollo local en Chile. **Sociedad Civil**, v.III, n.7, p. 145-174, 1998.

ROQUE. Andréia M.; MENDONÇA, Maria Cristina A. Bases para a produção do turismo no espaço rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL — 1999. **Anais...** Piracicaba: FEALQ, 1999.

RUBIO, P. Modelización de los cambios y evolución reciente del sistema rural español. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles (AGE)**, n. 54, p.203-235, 2010.

RUSCHMANN, Dóris. V.M. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 1997.

SAMPEDRO, R.; CAMARERO L. Mujeres empresarias en el mundo rural. El sujeto pendiente de desarrollo. **Revista Internacional de Sociología**, v. 65, n. 48, p. 121-146, 2007.

SANTOS, Eurico de Oliveira. **O Agroturismo e o Turismo rural em propriedades da metade sul do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Ed. Palloti, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio; FIALHO, Marco Antônio Verardi. Atividades não-agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, J.A.; RIEDL, M. **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000, p. 14 – 50.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1999.

\_\_\_\_\_. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003a.

\_\_\_\_\_. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Rev. Bras. Ci. Soc.** v.18, n.51, p. 99-122, 2003b.

\_\_\_\_\_. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: MARTINEZ, Valle Luciano (Org). **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. Quito: Flasco, 2009.

SILVA, José G.; VILARINHO, Carlyle; DALE, Paul J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, Joaquim A.; FROELICH, José M.; RIEDL, Mario (Orgs). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Papirus, 2000. (Coleção Turismo).

SILVA, José G. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

SILVERMAN, D. **Interpretação de dados qualitativos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SOUZA, Marcelino de. **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no Estado do Paraná**. 2000. 304 p. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SOUZA, Marcelino de; ELESBÃO, Ivo. (Orgs). **Turismo Rural Iniciativas e inovações**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011.

TULIK, Olga. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo: desenvolvimento local**. São Paulo: HUCCITEC, 1997.

\_\_\_\_\_. **Turismo Rural**. São Paulo: ALEPH, 2003.

\_\_\_\_\_. Turismo e desenvolvimento no espaço rural: abordagens conceituais e tipologias. In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. (Orgs.) **Teoria e prática do Turismo no espaço rural**. Barueri, SP: Manole, 2010.

**TURISMO – Visão em Ação**, Ano 2, n.4, p.9;25;28, fev. 2000.

VALLS, Josep-Francesc. **Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis**. Trad.: Cristiano Vasques e Lialian Wang. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VERBOLE, A. A busca pelo imaginário rural. In: RIEDL, Mario; ALMEIDA, Joaquim A.; VIANA, Andyara L. B. (Org.). **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 117-140.

ZIMMERMANN, Adonis. Planejamento e organização do turismo rural no Brasil. In: ALMEIDA, Joaquim A.; FROELICH, José M.; RIEDL, Mario (Orgs). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Papirus, 2000. (Coleção Turismo).

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO**

## ENTREVISTA COM O PROPRIETÁRIO RURAL

Prezado(a) proprietário(a),

A presente entrevista é direcionada a cada proprietário(a) rural que pratica o Agroturismo e/ou Turismo Rural em sua propriedade, no COREDE das Hortênsias. A sua participação é fundamental para a realização deste estudo. Os dados fornecidos serão mantidos em sigilo, sendo revelado apenas o nome das propriedades que participarem do estudo, e fotos do local retiradas das *home pages* e fotografadas pelos pesquisadores.

### I – Dados de Identificação dos proprietários e da Propriedade

---

---

---

1) Qual foi o ano de início das atividades turísticas na propriedade?

---

2) Qual a razão para o início das atividades turísticas?

---

---

---

3) Em que município está localizada a propriedade rural?

COREDE das Hortênsias:

O 1 Cambará do Sul

O 2 Canela

O 3 Gramado

O 4 Jaquirana

O 5 Nova Petrópolis

O 6 Picada Café

O 7 São Francisco de Paula

4) Área da fazenda em hectares (há)

---

5) Nome da Fazenda

---

---

6) Endereço da Fazenda

---

---

7) Vocês possuem residência urbana?

O 1 Sim

O 2 Não

O 3 Moram na propriedade

Endereço:

---

---

8) Local da residência urbana:

---

9) A que distância a propriedade rural fica da capital do Estado (Porto Alegre) em Km?

---

10) A que distância a propriedade rural fica da cidade mais próxima em Km?

---

11) CEP: \_\_\_\_\_

12) Telefone da fazenda

---

---

13) Fax

---

14) Contato com

---

---

15) Telefone do contato

---

---

16) Percentual de receita da atividade primária  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

17) Percentual de receita da atividade terciária  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

18) Nome do proprietário  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

19) Sexo  
O 1 Feminino                      O 2 Masculino

20) Estado Civil  
O 1 Casado(a) / vive com alguém  
O 2 Solteiro(a)  
O 3 Separado(a) / Divorciado  
O 4 Viúvo(a)  
O 5 Outro, \_\_\_\_\_

21) Escolaridade do proprietário  
O 1 1º Grau incompleto  
O 2 1º Grau completo  
O 3 2º Grau incompleto  
O 4 2º Grau completo  
O 5 3º Grau incompleto  
O 6 3º Grau incompleto nas áreas agrárias  
O 7 3º Grau incompleto na área do Turismo  
O 8 3º Grau completo  
O 9 3º Grau completo nas áreas agrárias  
O 10 3º Grau completo na área do Turismo  
O 11 Pós-graduado  
O 12 Pós-graduado nas áreas agrárias  
O 13 Pós-graduado na área do Turismo

22) Atividade profissional do proprietário  
O 1 Agropecuarista  
O 2 Aposentado(a)  
O 3 Comerciante  
O 4 Consultor(a)  
O 5 Corretor(a) rural  
O 6 Dona de Casa  
O 7 Empresário(a)  
O 8 Engenheiro(a) Ciências Agrárias  
O 9 Engenheiro(a) Não Agrárias  
O 10 Professor

O 11 Profissional Liberal  
O 12 Outro \_\_\_\_\_  
Você pode marcar 3 opções no máximo.

23) Nome do Cônjuge  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

24) Atividade profissional do Cônjuge  
O 1 Agropecuarista  
O 2 Aposentado(a)  
O 3 Comerciante  
O 4 Consultor(a)  
O 5 Corretor(a) rural  
O 6 Dona de Casa  
O 7 Empresário(a)  
O 8 Engenheiro(a) Ciências Agrárias  
O 9 Engenheiro(a) Não Agrárias  
O 10 Professor  
O 11 Profissional Liberal  
O 12 Outro \_\_\_\_\_  
Você pode marcar 3 opções no máximo.

25) Escolaridade do Cônjuge  
O 1 1º Grau incompleto  
O 2 1º Grau completo  
O 3 2º Grau incompleto  
O 4 2º Grau completo  
O 5 3º Grau incompleto  
O 6 3º Grau incompleto nas áreas agrárias  
O 7 3º Grau incompleto na área do Turismo  
O 8 3º Grau completo  
O 9 3º Grau completo nas áreas agrárias  
O 10 3º Grau completo na área do Turismo  
O 11 Pós-graduado  
O 12 Pós-graduado nas áreas agrárias  
O 13 Pós-graduado na área do Turismo

Você pode marcar 3 opções no máximo.

26) Possui Filhos  
O 1 Sim                      O 2 Não

27) Caso a resposta acima seja sim, informar quantos?  
\_\_\_\_\_

29	Idade	
30	Escolaridade	
31	Local de residência	
32	Situação estudantil atual	
33	Trabalha	
34	Onde	
35	Frequência de visita à propriedade	

36	Nome	
37	Idade	
38	Escolaridade	
39	Local de residência	
40	Situação estudantil atual	
41	Trabalha	
42	Onde	
43	Frequência de visita à propriedade	

44	Nome	
45	Idade	
46	Escolaridade	
47	Local de residência	
48	Situação estudantil atual	
49	Trabalha	
50	Onde	
51	Frequência de visita à propriedade	

52	Nome	
53	Idade	
54	Escolaridade	
55	Local de residência	
56	Situação estudantil atual	
57	Trabalha	
58	Onde	
59	Frequência de visita à propriedade	

60	Nome	
61	Idade	
62	Escolaridade	

63	Local de residência	
64	Situação estudantil atual	
65	Trabalha	
66	Onde	
67	Frequência de visita à propriedade	

68	Nome	
69	Idade	
70	Escolaridade	
71	Local de residência	
72	Situação estudantil atual	
73	Trabalha	
74	Onde	
75	Frequência de visita à propriedade	

76) Esta propriedade vem desde qual geração na sua família?

- O 1    1ª geração                      O 5    5ª geração  
O 2    2ª geração                      O 6    6ª geração  
O 3    3ª geração                      O 7    7ª geração  
O 4    4ª geração                      O 8    8ª geração  
O 9    \_\_\_\_\_

77) Quem administra a propriedade?

- O 1    Proprietário  
O 2    Proprietário/Parceiro  
O 3    Proprietário/Arrendatário  
O 4    Parente (filhos/irmãos)  
O 5    Outro \_\_\_\_\_

78) Por quê?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

79) Essa propriedade já foi dividida?

- O 1 Sim                      O 2 Não

80) Dados da propriedade: Caso a resposta acima for sim, informar qual área total anterior em hectares?

---

---

## II – CARACTERIZAÇÃO DOS ATRATIVOS DA PROPRIEDADE

81) É possível haver pesca artesanal?

- O 1 Sim                      O 2 Não

82) Quais os locais disponíveis?

- O 1 Açude                      O 4 Lagoa  
O 2 Arroios                    O 5 Riachos  
O 3 Confinamento        O 6 Rios

83) É possível haver alguma espécie de caça?

- O 1 Sim                      O 2 Não

84) Se sim, quais espécies podem ser caçadas?

- O 1 Capivara                O 4 Perdiz  
O 2 Lebre                    O 5 Pombão  
O 3 Marreca                O 6 Outros

## III – INFORMAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE PRIMÁRIA

85) Qual é a exploração agrícola/pastoril/cabana da propriedade?

- O 1 Abóbora  
O 2 Aipim ou Mandioca  
O 3 Arroz  
O 4 Batata Doce  
O 5 Beterraba  
O 6 Cebola  
O 7 Cenoura  
O 8 Feijão  
O 9 Laranja  
O 10 Maça  
O 11 Melancia  
O 12 Milho  
O 13 Pêssego  
O 14 Soja  
O 15 Uva  
O 16 Outro(s) \_\_\_\_\_

Você pode marcar diversas casa (5 no máximo)

86) Quanto ao plantio de arroz, soja ou milho, você:

- O 1 Faz por conta própria  
O 2 Possui plantador  
O 3 Arrendamento (água e terra)  
O 4 Parceria  
O 5 Não Planta

Você pode marcar diversas casa (3 no máximo)

87) É utilizado recursos próprios para custeio da lavoura?

- O 1 Sim                      O 2 Não

88) Caso a resposta seja não, informar quem faz empréstimos bancários para custear a lavoura.

- O 1 O proprietário  
O 2 O plantador  
O 3 Ambos

89) O proprietário e/ou plantador tiveram recursos próprios ou financiamento para custeio de suas lavouras?

- O 1 Recurso para arroz  
O 2 Recurso para soja  
O 3 Recurso para milho  
O 4 Financiamento para arroz  
O 5 Financiamento para soja  
O 6 Financiamento para milho

90) Qual é o órgão financiador (Banco)?

- O 1 Banco do Brasil            O 4 Bradesco  
O 2 Banrisul                    O 5 Sicredi  
O 3 Não financiou              O 6 Outro

91) Qual o maquinário que o proprietário possui? Trator

- O 1 1                              O 5 5  
O 2 2                              O 6 Mais de 5 tratores  
O 3 3                              O 7 Não tem  
O 4 4                              O 8 Não informou

92) Qual o maquinário que o proprietário possui?

- Colheitadeira  
O 1 1                              O 5 5  
O 2 2                              O 6 Mais de 5 colheitadeiras  
O 3 3                              O 7 Não tem  
O 4 4                              O 8 Não informou

93) Tem silos de armazenagem?

- O 1 Proprietário              O 3 Ambos  
O 2 Plantador                O 4 Usa Cooperativa

94) Você possui avião?

- O 1 Sim O 2 Não

95) De que tipo?

- O 1 Particular O 2 Agrícola

96) Você contrata serviço de aviação agrícola para pulverizar a lavoura?

- O 1 Sim O 2 Não

97) Quanto à pecuária?

- O 1 Bovinos de corte  
O 2 Bovinos de cria  
O 3 Ovinos para consumo interno  
O 4 Ovinos para carne  
O 5 Ovinos para lã  
O 6 Bovinos de leite – tipo: \_\_\_\_\_

98) Quanto à produção de leite, o consumo é? Interno

- O 1 1 a 5 litros/dia O 5 21 a 30 litros/dia  
O 2 6 a 10 litros/dia O 6 31 a 39 litros/dia  
O 3 11 a 15 litros/dia O 7 Não tem  
O 4 16 a 20 litros/dia

99) Quanto à produção de leite, o consumo é? Externo

- O 1 40 a 50 litros/dia  
O 2 600 a 750 litros/dia  
O 3 1000 a 1200 litros/dia  
O 4 Mais de 1200 litros/dia  
O 5 Não tem

100) Você fez pastagem para o inverno que passou?

- O 1 Sim O 2 Não

101) Se sim, é financiado?

- O 1 Sim O 2 Não

102) Você tem cabanha na sua fazenda?

- O 1 Sim O 2 Não

103) Se sim, qual a raça?

- O 1 Ovinos Corriedale  
O 2 Bovinos Devon/Bravon  
O 3 Bovinos Charolês  
O 4 Outros: \_\_\_\_\_

104) Você tem haras na sua fazenda?

- O 1 Sim O 2 Não

105) Se sim, qual a raça?

- O 1 Crioulo  
O 2 Quarto de Milha  
O 3 Puro sangue inglês  
O 4 Outros: \_\_\_\_\_

106) Existem outros tipos de criação?

- O 1 Cabra O 8 Marreca  
O 2 Chinchila O 9 Pato  
O 3 Emas O 10 Pavão  
O 4 Faisão O 11 Peru  
O 5 Galinha O 12 Porco  
O 6 Ganso O 13 outros \_\_\_\_\_  
O 7 Granisé

#### IV – INFRA-ESTRUTURA

107) Quanto à energia elétrica quem fornece?

- O 1 Gerador O 3 RGE  
O 2 CEE O 4 Outro \_\_\_\_\_

108) Qual a voltagem em sua fazenda?

- O 1 110volts O 2 220 volts

109) Quanto ao abastecimento de água, quem fornece?

- O 1 Cisterna/cacimba O 5 Poço artesiano  
O 2 CORSAN O 6 SANEP  
O 3 DMAE O 7 Vertente  
O 4 Poço O 5 outro \_\_\_\_\_

110) Transporte rodoviário

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

111) Transporte ferroviário

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

112) Transporte aéreo

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

113) Outros transportes

**V – EMPREGOS FIXOS NA PROPRIEDADE**

FUNÇÃO		Administrador Rural
114	Pecuária e Agricultura	
115	Valor recebido no mês	
116	Pec. Agric. E Turismo	
117	Valor recebido no mês	
118	Turismo	
119	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Agrônomo
120	Pecuária e Agricultura	
121	Valor recebido no mês	
122	Pec. Agric. E Turismo	
123	Valor recebido no mês	
124	Turismo	
125	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Alambrador
126	Pecuária e Agricultura	
127	Valor recebido no mês	
128	Pec. Agric. E Turismo	
129	Valor recebido no mês	
130	Turismo	
131	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Camareira
132	Pecuária e Agricultura	
133	Valor recebido no mês	
134	Pec. Agric. E Turismo	
135	Valor recebido no mês	
136	Turismo	
137	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Capataz
138	Pecuária e Agricultura	
139	Valor recebido no mês	
140	Pec. Agric. E Turismo	
141	Valor recebido no mês	
142	Turismo	
143	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Caseira
144	Pecuária e Agricultura	
145	Valor recebido no mês	
146	Pec. Agric. E Turismo	
147	Valor recebido no mês	
148	Turismo	
149	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Churrasqueiro
150	Pecuária e Agricultura	
151	Valor recebido no mês	
152	Pec. Agric. E Turismo	
153	Valor recebido no mês	
154	Turismo	
155	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Contador
156	Pecuária e Agricultura	
157	Valor recebido no mês	
158	Pec. Agric. E Turismo	
159	Valor recebido no mês	
160	Turismo	
161	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Copeira
162	Pecuária e Agricultura	
163	Valor recebido no mês	
164	Pec. Agric. E Turismo	
165	Valor recebido no mês	
166	Turismo	
167	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Cozinheira
168	Pecuária e Agricultura	
169	Valor recebido no mês	
170	Pec. Agric. E Turismo	
171	Valor recebido no mês	
172	Turismo	
173	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Doceira
174	Pecuária e Agricultura	
175	Valor recebido no mês	
176	Pec. Agric. E Turismo	
177	Valor recebido no mês	
178	Turismo	
179	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Faxineira
204	Pecuária e Agricultura	
205	Valor recebido no mês	
206	Pec. Agric. E Turismo	
207	Valor recebido no mês	
208	Turismo	
209	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Domador
180	Pecuária e Agricultura	
181	Valor recebido no mês	
182	Pec. Agric. E Turismo	
183	Valor recebido no mês	
184	Turismo	
185	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Garçom
210	Pecuária e Agricultura	
211	Valor recebido no mês	
212	Pec. Agric. E Turismo	
213	Valor recebido no mês	
214	Turismo	
215	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Eng.Agrícola
186	Pecuária e Agricultura	
187	Valor recebido no mês	
188	Pec. Agric. E Turismo	
189	Valor recebido no mês	
190	Turismo	
191	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Inseminador
216	Pecuária e Agricultura	
217	Valor recebido no mês	
218	Pec. Agric. E Turismo	
219	Valor recebido no mês	
220	Turismo	
221	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Eng. Florestal
192	Pecuária e Agricultura	
193	Valor recebido no mês	
194	Pec. Agric. E Turismo	
195	Valor recebido no mês	
196	Turismo	
197	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Lavadeira
222	Pecuária e Agricultura	
223	Valor recebido no mês	
224	Pec. Agric. E Turismo	
225	Valor recebido no mês	
226	Turismo	
227	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Esquilador
198	Pecuária e Agricultura	
199	Valor recebido no mês	
200	Pec. Agric. E Turismo	
201	Valor recebido no mês	
202	Turismo	
203	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Monitor infantil
228	Pecuária e Agricultura	
229	Valor recebido no mês	
230	Pec. Agric. E Turismo	
231	Valor recebido no mês	
232	Turismo	
233	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Peão
234	Pecuária e Agricultura	
235	Valor recebido no mês	
236	Pec. Agric. E Turismo	
237	Valor recebido no mês	
238	Turismo	
239	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Serviços gerais
264	Pecuária e Agricultura	
265	Valor recebido no mês	
266	Pec. Agric. E Turismo	
267	Valor recebido no mês	
268	Turismo	
269	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Pedreiro
240	Pecuária e Agricultura	
241	Valor recebido no mês	
242	Pec. Agric. E Turismo	
243	Valor recebido no mês	
244	Turismo	
245	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Tratorista
270	Pecuária e Agricultura	
271	Valor recebido no mês	
272	Pec. Agric. E Turismo	
273	Valor recebido no mês	
274	Turismo	
275	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Piloto agrícola
246	Pecuária e Agricultura	
247	Valor recebido no mês	
248	Pec. Agric. E Turismo	
249	Valor recebido no mês	
250	Turismo	
251	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Veterinário
276	Pecuária e Agricultura	
277	Valor recebido no mês	
278	Pec. Agric. E Turismo	
279	Valor recebido no mês	
280	Turismo	
281	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Recreacionista
252	Pecuária e Agricultura	
253	Valor recebido no mês	
254	Pec. Agric. E Turismo	
255	Valor recebido no mês	
256	Turismo	
257	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Zootecnista
282	Pecuária e Agricultura	
283	Valor recebido no mês	
284	Pec. Agric. E Turismo	
285	Valor recebido no mês	
286	Turismo	
287	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Safreiro
258	Pecuária e Agricultura	
259	Valor recebido no mês	
260	Pec. Agric. E Turismo	
261	Valor recebido no mês	
262	Turismo	
263	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		
288	Pecuária e Agricultura	
289	Valor recebido no mês	
290	Pec. Agric. E Turismo	
291	Valor recebido no mês	
292	Turismo	
293	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		
294	Pecuária e Agricultura	
295	Valor recebido no mês	
296	Pec. Agric. E Turismo	
297	Valor recebido no mês	
298	Turismo	
299	Valor recebido mês	

#### V – EMPREGOS TEMPORÁRIOS NA PROPRIEDADE

FUNÇÃO		Administrador rural
300	Pecuária e Agricultura	
301	Valor recebido no mês	
302	Pec. Agric. E Turismo	
303	Valor recebido no mês	
304	Turismo	
305	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Agrônomo
306	Pecuária e Agricultura	
307	Valor recebido no mês	
308	Pec. Agric. E Turismo	
309	Valor recebido no mês	
310	Turismo	
311	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Alambrador
312	Pecuária e Agricultura	
313	Valor recebido no mês	
314	Pec. Agric. E Turismo	
315	Valor recebido no mês	
316	Turismo	
317	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Camareira
318	Pecuária e Agricultura	
319	Valor recebido no mês	
320	Pec. Agric. E Turismo	
321	Valor recebido no mês	
322	Turismo	
323	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Capataz
--------	--	---------

324	Pecuária e Agricultura	
325	Valor recebido no mês	
326	Pec. Agric. E Turismo	
327	Valor recebido no mês	
328	Turismo	
329	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Caseira
330	Pecuária e Agricultura	
331	Valor recebido no mês	
332	Pec. Agric. E Turismo	
333	Valor recebido no mês	
334	Turismo	
335	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Churrasqueiro
336	Pecuária e Agricultura	
337	Valor recebido no mês	
338	Pec. Agric. E Turismo	
339	Valor recebido no mês	
340	Turismo	
341	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Contador
342	Pecuária e Agricultura	
343	Valor recebido no mês	
344	Pec. Agric. E Turismo	
345	Valor recebido no mês	
346	Turismo	
347	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Copeira
348	Pecuária e Agricultura	
349	Valor recebido no mês	
350	Pec. Agric. E Turismo	
351	Valor recebido no mês	
352	Turismo	
353	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Cozinheira
--------	--	------------

354	Pecuária e Agricultura	
355	Valor recebido no mês	
356	Pec. Agric. E Turismo	
357	Valor recebido no mês	
358	Turismo	
359	Valor recebido mês	

385	Pecuária e Agricultura	
386	Valor recebido no mês	
387	Pec. Agric. E Turismo	
388	Valor recebido no mês	
389	Turismo	
390	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Doceira
360	Pecuária e Agricultura	
361	Valor recebido no mês	
362	Pec. Agric. E Turismo	
363	Valor recebido no mês	
364	Turismo	
365	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Faxineira
391	Pecuária e Agricultura	
392	Valor recebido no mês	
393	Pec. Agric. E Turismo	
394	Valor recebido no mês	
395	Turismo	
396	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Domador
366	Pecuária e Agricultura	
368	Valor recebido no mês	
369	Pec. Agric. E Turismo	
370	Valor recebido no mês	
371	Turismo	
372	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Garçom
397	Pecuária e Agricultura	
398	Valor recebido no mês	
399	Pec. Agric. E Turismo	
400	Valor recebido no mês	
401	Turismo	
402	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Eng. Agrícola
373	Pecuária e Agricultura	
374	Valor recebido no mês	
375	Pec. Agric. E Turismo	
376	Valor recebido no mês	
377	Turismo	
378	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Inseminador
403	Pecuária e Agricultura	
404	Valor recebido no mês	
405	Pec. Agric. E Turismo	
406	Valor recebido no mês	
407	Turismo	
408	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Eng. Florestal
379	Pecuária e Agricultura	
380	Valor recebido no mês	
381	Pec. Agric. E Turismo	
382	Valor recebido no mês	
383	Turismo	
384	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Lavadeira
409	Pecuária e Agricultura	
410	Valor recebido no mês	
411	Pec. Agric. E Turismo	
412	Valor recebido no mês	
413	Turismo	
414	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Esquilador
--------	--	------------

FUNÇÃO		Monitor infantil
--------	--	------------------

415	Pecuária e Agricultura	
416	Valor recebido no mês	
417	Pec. Agric. E Turismo	
418	Valor recebido no mês	
419	Turismo	
420	Valor recebido mês	

445	Pecuária e Agricultura	
446	Valor recebido no mês	
447	Pec. Agric. E Turismo	
448	Valor recebido no mês	
449	Turismo	
450	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Peão
421	Pecuária e Agricultura	
422	Valor recebido no mês	
423	Pec. Agric. E Turismo	
424	Valor recebido no mês	
425	Turismo	
426	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Serviços Gerais
451	Pecuária e Agricultura	
452	Valor recebido no mês	
453	Pec. Agric. E Turismo	
454	Valor recebido no mês	
455	Turismo	
456	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Pedreiro
427	Pecuária e Agricultura	
428	Valor recebido no mês	
429	Pec. Agric. E Turismo	
430	Valor recebido no mês	
431	Turismo	
432	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Tratorista
457	Pecuária e Agricultura	
458	Valor recebido no mês	
459	Pec. Agric. E Turismo	
460	Valor recebido no mês	
461	Turismo	
462	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Piloto Agrícola
433	Pecuária e Agricultura	
434	Valor recebido no mês	
435	Pec. Agric. E Turismo	
436	Valor recebido no mês	
437	Turismo	
438	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Veterinário
463	Pecuária e Agricultura	
464	Valor recebido no mês	
465	Pec. Agric. E Turismo	
466	Valor recebido no mês	
467	Turismo	
468	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Recreacionista
439	Pecuária e Agricultura	
440	Valor recebido no mês	
441	Pec. Agric. E Turismo	
442	Valor recebido no mês	
443	Turismo	
444	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Zootecnista
469	Pecuária e Agricultura	
470	Valor recebido no mês	
471	Pec. Agric. E Turismo	
472	Valor recebido no mês	
473	Turismo	
474	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		Safreiro
--------	--	----------

FUNÇÃO		
--------	--	--

475	Pecuária e Agricultura	
476	Valor recebido no mês	
477	Pec. Agric. E Turismo	
478	Valor recebido no mês	
479	Turismo	
480	Valor recebido mês	

FUNÇÃO		
481	Pecuária e Agricultura	
482	Valor recebido no mês	
483	Pec. Agric. E Turismo	
484	Valor recebido no mês	
485	Turismo	
486	Valor recebido mês	

## VI – POTENCIAL TURÍSTICO DA PROPRIEDADE

487) Capacidade total de turistas

- O 1 1 a 5 U.H. ou quartos  
O 2 6 a 10 U.H ou quartos  
O 3 11 a 20 U.H. ou quartos  
O 4 21 a 40 U.H. ou quartos  
O 5 41 a 60 U.H. ou quartos  
O 6 \_\_\_\_\_

488) Tipo de alojamento hoteleiro. Quartos com W.C.

privativo – a/privativo

- O 1 1 O 6 6  
O 2 2 O 7 7  
O 3 3 O 8 8  
O 4 4 O 9 \_\_\_\_\_  
O 5 5

489) Tipo de alojamento hoteleiro. Quartos sem W.C.

privativo-a/não privativo

- O 1 1 O 6 6  
O 2 2 O 7 7  
O 3 3 O 8 8  
O 4 4 O 9 \_\_\_\_\_  
O 5 5

490) Tipo de alojamento hoteleiro. Quantidade de pessoas na casa compartilhada

- O 1 1 a 5 U.H O 3 11 a 20 U.H  
O 2 6 a 10 U.H O 4 Mais de 20 U.H

491) Tipo de alojamento hoteleiro. Alojamento centralizado

- O 1 1 a 5 U.H O 3 11 a 20 U.H  
O 2 6 a 10 U.H O 4 Mais de 20 U.H

492) Tipo de alojamento hoteleiro

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

493) Modo de atendimento do hóspede

- O 1 Alimentação com pernoite  
O 2 Passar o dia e alimentação  
O 3 Passar o dia, alimentação com pernoite

494) Local de alimentação

- O 1 Privativo  
O 2 Compartilhado  
O 3 \_\_\_\_\_

495) O sistema de TV é:

- O 1 Sistema VHF (repetidora na cidade mais próxima)  
O 2 Antena parabólica Comum  
O 3 Antena parabólica digital  
O 4 Outro \_\_\_\_\_

496) Quais canais existem no sistema VHF

\_\_\_\_\_

497) Qual o tipo de telefone da propriedade?

- O 1 Convencional  
O 2 Celular  
O 3 RuralCell  
O 4 Comunitário (via ramal)  
O 5 Comunitário (via telefonista)

498) Quanto à disposição, onde se encontram esses telefones?

- O 1 Não tem nos quartos  
O 2 Só recebe ligações nos quartos  
O 3 Tem na recepção  
O 4 Recebe ligação nos quartos e transmite na recepção

499) Equipamentos e atrativos de animação. Áreas de recreação e instalações desportivas:

- O 1 Açude  
O 2 Baralho  
O 3 Cancha de bocha

- O 4 Cancha de vôlei
- O 5 Cancha de futebol
- O 6 Carreta com bois
- O 7 Carreta com cavalos
- O 8 Cavalos
- O 9 Jogo do Osso
- O 10 Lida Campeira
- O 11 Piscina
- O 12 Playground rústico
- O 13 Trilhas ecológicas
- O 14 Outros \_\_\_\_\_

500) Quem faz o serviço de recepção e reservas?

- O 1 Agência de viagens
- O 2 Órgão de turismo responsável
- O 3 Transportadora turística
- O 4 Boca a boca
- O 5 Outro \_\_\_\_\_

501) Qual o investimento por pax para a modalidade?

	CHD 0 a 5 anos	CHD 6 a 10 anos	ADT
Passar o dia com alimentação			
Alimentação com pernoite			
Passar o dia, alimentação com pernoite			

502) Qual a taxa de ocupação anual?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

503) CEP do Município

\_\_\_\_\_

504) DDD do Município

\_\_\_\_\_

## VII – MOTIVAÇÃO E PERMANÊNCIA NA ATIVIDADE TURÍSTICA

505) Qual(is) o(s) motivos que fizeram você olhar para o turismo no espaço rural como mais uma fonte de receita para sua fazenda?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

506) Por que entrou na atividade turística?

- O 1 Área ociosa na propriedade
- O 2 Aumentar rendimentos/agregar valores
- O 3 Beleza naturais na propriedade
- O 4 Demanda para o turismo
- O 5 Diversificação da atividade econômica
- O 6 Maior convivência social no campo
- O 7 Manutenção econômica da propriedade
- O 8 Melhoria da qualidade de vida
- O 9 Morar no local
- O 10 Prevenção do patrimônio histórico da propriedade
- O 11 Outros: \_\_\_\_\_

507) Por que permanece na atividade turística?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

508) Quem teve a ideia de iniciar a atividade do turismo nesta propriedade?

- O 1 Amigos
- O 2 Filhos
- O 3 Netos
- O 4 Parentes próximos
- O 5 Proprietário
- O 6 Outros: \_\_\_\_\_

509) Quais as dificuldades para permanecer na atividade turística?

- O 1 Sazonalidade do turismo
- O 2 Dificuldade de acesso
- O 3 Falta de divulgação
- O 4 Problemas financeiros
- O 5 Falta de apoio do governo
- O 6 Distância/localização
- O 7 Dificuldade de comercialização do turismo rural

- O 8 Nenhuma
- O 9 Outros

510) Investimentos em equipamentos para o funcionamento?

- O 1 Infra-estrutura
- O 2 Eletrodomésticos
- O 3 Equipamentos de lazer
- O 4 Móveis e Utensílios
- O 5 Outros Investimentos

511) Quais os resultados?

- O 1 Satisfatórios
- O 2 Bons
- O 3 Bons, porém o retorno é sazonal
- O 4 Financeiramente empatado
- O 5 Dá para continuar
- O 6 Bons, mas existe pouca procura
- O 7 Excelente, lucrativa
- O 8 Mais positiva que negativa
- O 9 Realização, está ótimo
- O 10 Dentro das expectativas
- O 11 Perspectiva de melhoras
- O 12 Pequena tendência de melhora a médio e longo prazo
- O 13 Retorno lento
- O 14 Baixos, pois recebe somente fins de semana
- O 15 Abaixo daquilo que esperava
- O 16 Outros: \_\_\_\_\_

512) Quais as dificuldades operacionais?

---

---

---

---

### VIII – PERFIL E MOTIVAÇÃO DOS TURISTAS QUE FREQUENTAM A PROPRIEDADE

513) Quais as idades das pessoas que costumam frequentar as propriedades rurais?

- |                      |                   |
|----------------------|-------------------|
| O 1 Menos de 10 anos | O 7 41 a 46 anos  |
| O 2 de 11 a 16 anos  | O 8 47 a 52 anos  |
| O 3 17 a 22 anos     | O 9 53 a 58 anos  |
| O 4 23 a 28 anos     | O 10 59 a 64 anos |
| O 5 29 a 34 anos     | O 11 Mais de 65   |
| O 6 35 a 40 anos     |                   |

514) Qual a profissão dos hóspedes?

- O 1 Aposentados
- O 2 Advogados
- O 3 Bancários
- O 4 Comerciantes
- O 5 Dentistas
- O 6 Empresários
- O 7 Engenheiros
- O 8 Estudantes universitários
- O 9 Funcionários públicos
- O 10 Médicos
- O 11 Políticos
- O 12 Profissionais liberais
- O 13 Outros: \_\_\_\_\_

515) Qual o poder aquisitivo?

---

---

---

516) A pessoa que se hospeda na sua fazenda vem com:

- O 1 Amigos
- O 2 Avós e netos
- O 3 Casais em lua de mel
- O 4 Casal de namorados
- O 5 Cônjuge
- O 6 Cônjuge e filhos
- O 7 Família em sua totalidade
- O 8 Somente um dos pais com os filhos
- O 9 outros: \_\_\_\_\_

517) Localidade dos hóspedes

- O 1 Urbana Local
- O 2 Urbana Regional
- O 3 Urbana Estadual
- O 4 Urbana Fora do Estado
- O 5 Urbana Internacional

518) Período de permanência do hóspede?

- O 1 Passar o dia
- O 2 De 1 a 2 pernoites
- O 3 De 3 a 4 pernoites
- O 4 De 4 a 5 pernoites
- O 5 Mais de 5 pernoites

519) Os hóspedes costumam retornar?

- O 1 Sim
- O 2 Não

520) Quantas vezes?

- O 1 1 a 2 vezes ao ano
- O 2 3 a 4 vezes ao ano
- O 3 4 a 5 vezes ao ano
- O 4 Nunca retornam

521) O que você atribui o retorno/ou não do hóspede?

- O 1 Atendimento
- O 2 Localização
- O 3 Atrativos
- O 4 Contato com a natureza/campo
- O 5 Descanso/fuga do estresse
- O 6 Outros

522) O que motiva o hóspede a procurar o turismo rural em uma fazenda como forma de lazer para si e para sua família?

- O 1 Físicos
- O 2 Emocionais
- O 3 Culturais
- O 4 Desenvolvimento pessoal
- O 5 Pessoais
- O 6 Status
- O 7 Outros\_\_\_\_\_

## XII – A PROPRIEDADE E O MEIO AMBIENTE

523) Na propriedade é realizada a separação dos resíduos sólidos (lixo)?

- O 1 Sim
- O 2 Não

524) Se sim,

- O 1 Seletivo (metais, plásticos, papel, papelão, vidro)
- O 2 Embalagens de agrotóxicos
- O 3 Resíduos orgânicos (restos de alimentos)
- O 4 Pilhas e baterias
- O 5 Lâmpadas fluorescentes
- O 6 Embalagens de medicamentos em geral
- O 7 Outros\_\_\_\_\_

525) Os turistas são orientados em relação à separação dos resíduos sólidos?

- O 1 Sim
- O 2 Não

526) Se sim, como?

---

---

---

---

---

527) Na propriedade existe um local adequado e específico para o armazenamento de resíduos sólidos (lixo)?

- O 1 Sim
- O 2 Não

528) Se sim, qual?

---

---

---

---

---

529) Qual a forma de coleta de resíduos sólidos?

- O 1 Coleta Regular
- O 2 Coleta Seletiva
- O 3 Não há coleta
- O 4 Outros\_\_\_\_\_

530) Havendo coleta de resíduos, quem realiza?

- O 1 Poder público
- O 2 Empresa privada
- O 3 Outro\_\_\_\_\_

531) Havendo coleta de resíduos seletivos, qual é a periodicidade?

- O 1 Diária
- O 2 02 vezes por semana
- O 3 03 vezes por semana
- O 4 Semanal
- O 5 Quinzenal
- O 6 Mensal
- O 7 Não Sabe

532) Havendo coleta de resíduos orgânicos, qual é a periodicidade?

- O 1 Diária
- O 2 02 vezes por semana
- O 3 03 vezes por semana
- O 4 Semanal
- O 5 Não Sabe

- 533) Qual é o destino dos resíduos sólidos?
- O 1 Associação de recicladores
  - O 2 Aterro sanitário
  - O 3 Catadores
  - O 4 Composteira doméstica para os orgânicos
  - O 5 Devolução ao fabricante das embalagens de agrotóxicos
  - O 6 Disposto na horta
  - O 7 Disposto no terreno da propriedade
  - O 8 Empresa privada
  - O 9 Enterrado
  - O 10 Queimado
  - O 11 Não Sabe
  - O 12 Outro \_\_\_\_\_

534) O que é feito com as sobras alimentares?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

535) Quais são os resíduos sólidos gerados na propriedade?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- 536) Que tipo de sistema de esgoto a propriedade possui?
- O 1 a céu aberto
  - O 2 fossa séptica
  - O 3 fossa negra/sumidouro
  - O 4 rede coletora
  - O 5 outro \_\_\_\_\_

- 537) Como é feito o abastecimento de água?
- O 1 Rede pública
  - O 2 Rede comunitária
  - O 3 Nascente/fonte
  - O 4 Poço artesiano

- O 5 Poço escavado
- O 6 Outro \_\_\_\_\_

538) A água dos poços escavados, poços artesianos ou fontes é utilizada para:

- O 1 Consumo humano
- O 2 Animais
- O 3 Irrigação
- O 4 Limpeza
- O 5 Outro \_\_\_\_\_

539) Já foram feitas análises da água?

- O 1 Sim
- O 2 Não

540) se sim, quais? (Bacteriológica, físico-química)

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

541) A propriedade possui licença ambiental?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

542) A propriedade desenvolve programa ambiental (separação de resíduos sólidos, compostagem de resíduos sólidos alimentares, tratamento de esgoto, minimização de energia, minimização de água, captação da água da chuva, educação ambiental com os colaboradores e turistas)?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_